

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**Arquivo Histórico
da Câmara Municipal de Santarém
estudo histórico e orgânico-funcional para a
contextualização e inventariação da informação
acumulada: 1506-1820**

ISABEL MARIA GONÇALVES CLAUDINO SANTOS

Dissertação orientada pelo Professor Doutor Carlos Guardado da Silva,
especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da
Documentação e Informação

2018

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



Arquivo Histórico
da Câmara Municipal de Santarém
estudo histórico e orgânico-funcional para a
contextualização e inventariação da informação
acumulada: 1506-1820

ISABEL MARIA GONÇALVES CLAUDINO SANTOS

Dissertação orientada pelo Professor Doutor Carlos Guardado da Silva,
especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da
Documentação e Informação

2018

Agradecimentos

Ao Senhor Professor Doutor Carlos Guardado da Silva, meu professor e orientador de mestrado, que acolheu de bom agrado esta dissertação. Agradeço as orientações, as reformulações necessárias intrínsecas à realização da mesma. Obrigado Senhor Professor, pois reconheço que não foi fácil, porque foram muitos os momentos de desânimo, mas desistir nunca.

Seria injusta se não manifestasse o meu agradecimento a um grande amigo, que me incentivou a iniciar um percurso de elevada responsabilidade e de conhecimento científico. Ao Senhor Professor Doutor Martinho Vicente Rodrigues, o meu profundo reconhecimento de gratidão. Bem-Haja por tudo!

Aos meus filhos, Andreia ao Sandro e ao Marco, agradeço a compreensão por muitas vezes não estar mais disponível para eles, para além de lhes ter de solicitar ajuda, principalmente ao Sandro. Obrigada por tudo! Ao meu marido, por se tornar o cozinheiro cá de casa, enquanto eu me dedicava ao meu estudo. Ao recém-chegado à família, o Artur, netinho muito querido.

Sumário

Agradecimentos	5
Resumo	9
Abstract	11
Introdução.....	13
PARTE I	17
1. Revisão de literatura.....	17
2. Metodologia	33
OBJETIVOS	35
PARTE II	37
1. A ADMINISTRAÇÃO LOCAL NO ANTIGO REGIME E INÍCIOS DO LIBERALISMO... 37	
1.1 Introdução	37
1.2 Os Forais da Vila.....	47
2. A Administração Municipal.....	51
2.1 Eleições Camarárias	58
2.2 A Vereação	62
2.3 Os Procuradores locais	70
2.4 Procuradores do Povo.....	72
2.5 Escrivão da Câmara	74
2.6 O Tesoureiro da Câmara	93
2.7 Mesteres.....	98
2.8 O Almotacé.....	100
2.9 Lançadores do Verde	108
2.10 Subsídio Literário	109
3. A Vila, Instituições e o Poder Central.....	111
3.1 A Correição.....	111
3.2 O Corregedor	112
3.3 Juizes do Povo.....	118
3.4 O Juiz de Fora	122
3.5 Juiz dos Órfãos.....	125
3.7 Quadrilheiro.....	131
3.8 Carcereiro.....	132
3.9 Meirinho	134
3.10 Monteiro-mor e pequeno.....	136
4. A Fazenda Régia	137

4.1 A Provedoria de Santarém.....	137
4.2 O Provedor	138
PARTE III	139
1. O Liberalismo na administração local	139
1.2 Aspetos da Revolução de 1820 na vila	143
2. Reformas jurídica e fiscal	148
3. Conclusão	152
4. Bibliografia.....	157
Fontes Primárias Manuscritas	157
Estudos	158
ANEXOS	171
1. Outras Imagens	172
Índice de Figuras	180

Resumo

Pretendemos com a presente dissertação promover o acesso a um património documental de elevado interesse cultural e histórico, talvez esquecido, inacessível por diversas razões, de ordem material, económica e de escassez de recursos humanos qualificados.

Ao traçarmos a história administrativa local de Santarém, mais propriamente a administração camarária entre os séculos XVI e XIX, através da informação produzida no âmbito das atividades administrativas diárias da instituição, pretendemos, na sequência do mesmo, construir instrumentos de acesso à informação coerentes com os estudos contextualizados aqui efetuados auxiliados por Quadros de Classificação de igual modo produzido para o efeito, mediante a informação acumulada no seu Arquivo Histórico e apoiados nas normas internacionais para descrição arquivística e tratamento documental, nomeadamente a *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística ISAD(G)*. As Normas Portuguesas *NP 405* e a *NP 4438-1* entre outras normas de igual relevância para o tratamento da informação, como a norma *ISO 30300: Sistema de Gestão para Documentos de Arquivo* e a norma Internacional para a Descrição de Funções *ISDF*.

Com o espírito de reconstruir a dinâmica das instituições políticas, sociais e económicas de Santarém, desde o reinado de D. Manuel I ao de D. João VI, através de uma exaustiva pesquisa nas fontes disponíveis em arquivo, que nos permitirão uma descrição dos processos e a caracterização da instituição camarária de Santarém.

O nosso objetivo é de possibilitar a compreensão dos diferentes poderes que, na época moderna, determinavam a vida económica, social e cultural na vila e no termo de Santarém, assim como identificar, organizar e promover o acesso à informação por si produzida na Idade Moderna.

Palavras-Chave: Ciência da Informação; Arquivística; Sistema de Informação; História local; Câmara Municipal de Santarém.

Abstract

We intend with this dissertation to promote access to document heritage of higher cultural and historical interest, perhaps forgotten, inaccessible for several reasons, material, economic and shortage of qualified human resources.

In drawing up the local administrative history of Santarém, more specifically the city administration, between the XVI and XIX centuries, through the information produce within the scope of the daily administrative activities of the institution, we intend, as a consequence, to construct instruments of access to information in accordance with the contextualized studies here effectuated, using classification Boards constructed for that effect, based in the information present in city's historic archive, and supported for the International standard for archival description, and documentary treatment, namely the International General Standard for Archival Descriptions ISAD(G). The Portuguese Standards NP 405 and NP 4438-1 among other standards of equal relevance for the treatment of information, such as ISO 30300: Management System for Archive Documents and the International Standard for Description of ISDF Functions.

With the spirit of reconstructing the Dynamics of the political, social and economic institutions of Santarém, from the reign of D. Manuel I to that of D. João VI, through an exhaustive search in the sources available in archive, that will allow us a description of the processes and the characterization of the Santarém.

Our objective is to enable the understanding of the different powers that determined the economic, social and cultural life in the village and the territory of Santarém, as well as to identify, organize and promote access to information produced by itself in the Modern Age.

Keywords: *Information Science; Archives management; Information System; Local history; Municipality of Santarém.*

Introdução

A informação/documento é veículo de identificação, conhecimento e memória que liga os homens¹.

Este estudo, realizado no âmbito da dissertação do curso de mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Faculdade de Letras de Lisboa, é o resultado de um desejo de há alguns anos, tornado agora realidade.

Resulta de uma análise construída com o objetivo de conhecermos e darmos a conhecer parte da informação acumulada no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Santarém. Parte, porque apenas foi feito o levantamento da informação compreendida entre 1506 e 1820, devido ao grande volume ali acumulado. Objetivando a resposta à pergunta de partida:

Que informação acumulada possui o arquivo municipal de Santarém para o período entre 1506 e 1820?

Como resposta apresentamos a presente *Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Santarém: estudo histórico e orgânico-funcional para a contextualização e inventariação da informação acumulada: 1506-1820*.

O Arquivo histórico em investigação já foi alvo de uma primeira tentativa de inventariação, nos finais da década de setenta do século passado, que resultou uma publicação². Mas devido à ausência de conhecimentos de arquivística, também resultado do momento em que o trabalho foi desenvolvido, a mesma não obedecia a critérios técnicos cuidados. O que levou ao desaparecimento de alguma documentação aí referenciada.

A documentação era enviada pela Câmara Municipal para a Biblioteca (local onde se encontra na atualidade a instalação do Arquivo Histórico) a pedido dos investigadores, para a realização das suas pesquisas e estudos académicos. Outra parte da informação menos solicitada encontrava-se no

¹ CATROGA, Fernando (2009) - *Os Homens do passado como restolhos do tempo: Memória e fim do fim da História*. Coimbra: Almedina. p. 23-26; 131. ISBN 978-972-40-3847-5.

² PEDRO, António Mário (1980) - *Contribuição para um Inventário do Arquivo Municipal de Santarém*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém

sótão do edifício da Câmara Municipal, no Palácio dos Menezes³, em condições que nunca se imaginou, e que não asseguravam a sua preservação no longo prazo. Certamente, alguma informação não chegou ao arquivo histórico, por se ter deteriorado.

Palavras escritas pelo grande mestre de História, Joaquim Veríssimo Serrão *que a história nacional está em grande parte por erguer, com exceção dos grandes centros como Lisboa, Porto, Coimbra, Évora, Viseu, Guimarães, continuam por explorar a valiosa mina de documentação regional*⁴ [e local].

Na revisão da literatura realizada para a presente dissertação, constatámos que muito tem sido feito recentemente, no estudo dos diversos arquivos nacionais e locais⁵. Assim como, estudos baseados na forma de garantir a preservação da informação em suporte digital, literatura atualizada e em

³ MATA, Luís (2006) - *Os Paços do Concelho*. Em linha: http://museu.cm-santarem.pt/multimedia/Documentos/memorias_descritivas/memdescriptiva_pacosconcelho.pdf. [Consultado em 17-01-2018].

⁴ PEDRO, António Mário (1980) - *Contribuição para um Inventário do Arquivo Municipal de Santarém*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 1.

⁵ MELO, Cecília Manuela de (2013) - *Arquivo Municipal de Santa Maria da Feira: Análise do Sistema de Informação da Câmara Municipal: do Antigo Regime ao Estado Novo*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado em História e Património - Ramo Arquivos Históricos. 2013.

Em linha: https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.show_file?pi_gdoc_id=485594 [consultado em 17-12-2017]; NORONHA, Olinda (2011) - *A Documentação Histórica conservada pela Câmara Municipal de Castelo de Paiva (1582-1910): Estudo e catalogação*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado em História e Património - Ramo Arquivos Históricos. Orientadores: Professora Doutora Fernanda Ribeiro, Professora Doutora Inês Amorim. Em linha: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12134.pdf>. [consultado em 17-12-2017]; SILVA, Sandra Patrício da (2017) - *Sistemas de Informação das administrações civis no concelho de Sines: 1655-1855*. Tese de Doutoramento. Orientador: Prof. Doutora Fátima Reis e Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: Universidade de Lisboa; RIBEIRO, Ana Margarida Pereira (2009) - *Análise de um Sistema de Informação: A Câmara Municipal de Vila Nova de Ourém: do Liberalismo à Primeira República*. Relatório de Mestrado em História e Património - Ramo de Arquivos Históricos. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. 2008-2009. Em Linha: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/.../mestananaribeiroanalise000084604.p> [consultado em 18-12-2017].

constante atualização nos tempos em que correm as desatualizações dos programas informáticos, software e hardware, mas, de alguma forma, obedecendo a normas internacionais para evitar perdas de informação⁶.

A presente dissertação baseou-se na análise da história da Câmara Municipal de Santarém entre século XVI e XIX, como forma de compreensão dos testemunhos deixados pelas administrações ao longo do tempo em consideração. Tentamos compreender a administração local na época moderna, caracterizada sucessivamente por um certo absolutismo, uma monarquia ausente, um despotismo desenfreado e iluminado, seguindo-se revoltas e insurreições numa tentativa de liberalizar o poder e a nação portuguesa.

Fizemos o estudo histórico e orgânico-funcional das distintas instituições produtoras da informação acumulada no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Santarém, de modo a compreendermos o seu contexto, assim como a promovermos a elaboração futura de um Inventário, mediante um quadro de classificação a construir para o efeito. Incluímos algumas imagens de documentos, cuja observação nos parece pertinente.

⁶ CORUJO, Luís Miguel Nunes (2014) - *Repositórios Digitais e Confiança: um exemplo de repositório de Preservação Digital: o RODA*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação - Área de especialização: Arquivística (2014). Orientadores, Professor Doutor Paulo Alberto Farmhouse e Professor António Gil Matos. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.; SILVA, Carlos Guardado da e CORUJO, Luís (2016) - *Os repositórios digitais e seu objecto: perspetiva(s) dos estudos acerca de experiências portuguesas*. Em linha: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/18109/1/ulfl179121_tm.pdf . [consultado em 14-01-2018].

BARROSO, Pedro Augusto de Lima; SALES, Igor Vinícius Pinto de e MELO, Josemar Henrique de - *Os Repositórios Digitais: da sua origem a atualidade tecnológica dentro da arquivologia*. Universidade Estadual de Paraíba. Em linha: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/viii/sesa/paper/viewFile/4589/2785>. [consultado em 14-01-2018].; RODRIGUES, Maria Eduarda Pereira e RODRIGUES, António Moitinho (2014) - Os repositórios científicos e a função preservação: realidade ou desafio. In *Encontro de Arquivos Científicos*. Lisboa: FCSH-UNL. 3-4 de julho de 2014.; PINTO, Maria Manuela de Azevedo (2009) - *PRESERVMAP: Um Roteiro da preservação na era digital*. Porto: Aforamento. ISBN 978-972-36-1070-3.

No entanto, para a referida tarefa arquivística, consideraremos a utilização das seguintes normas: ISAD(G) - *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*; ISAAR(CPF) - *Norma Internacional para o registo de autoridade arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias*; ISDF - *Norma Internacional para a descrição de Funções*; (ISDIAH) - *Norma Internacional para a Descrição de Instituições que Custodiam Fundos de Arquivo*, e as *Normas Portuguesas de Informação e Documentação: Gestão de Documentos de Arquivo CT7 (4438-1e2:2005)*; *NP (405-1:1994) - Referências Bibliográficas: documentos impressos*. Normalização que estabelece critérios rigorosos de técnicas de organização e representação da informação acumulada⁷. Regras e procedimentos utilizados na descrição e classificação, bem como na compreensão da documentação investigada.

⁷ Normas descritas na bibliografia.

PARTE I

1. Revisão de literatura

Para uma possível revisão de literatura sobre o estudo da administração municipal de Santarém, bem como da informação documental produzida pelos seus serviços, verificamos que a literatura existente é de considerável volume. Entendemos que a informação contida no arquivo histórico municipal ainda não foi suficientemente investigada para a construção da sua própria história administrativa, custodial e arquivística.

A gestão da informação arquivística, que integra o acervo do arquivo histórico, não tem sido gerida de forma a promover o seu acesso e a potenciar o seu valor, resultado, talvez, de uma ainda pouco conseguida organização e representação da informação. Cabe-nos, no seguimento da realização desta dissertação de mestrado, colocar em execução as tarefas de descrição, classificação e inventariação em consonância com as normas nacionais e internacionais para a arquivística, assim como as orientações para a sua preservação em ambiente digital.

Os Concelhos e sua administração foram e são temas de muitos estudos, para melhor compreensão da evolução administrativa e estratégias utilizadas e na preservação da informação. A *História da Administração Pública em Portugal do século XII ao XV*, de Gama Barros elucida-nos como se constituía a administração concelhia na Idade Média⁸.

São discutidos os diferentes conceitos de concelho e a relevância do de Santarém⁹. Vamo-nos dedicar ao estudo orgânico-funcional da Câmara da Vila de Santarém e à análise da informação por si produzida no Antigo Regime, mais precisamente entre 1506 e 1820, balizas temporais do nosso estudo.

Vários fatores são abordados no estudo sobre a administração camarária de Santarém, como a análise dos fatores políticos da época, as atividades

⁸ BARROS, Gama [s.d.] - *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII ao XV*. 2.^a ed. Lisboa.

⁹ REIS, António Matos (2007) - *História dos Municípios [1050-1383]*. Lisboa: Liv. Horizonte. p. 358-370. ISBN 978-972-24-1496-8.

económicas, a vida social; a religião e a saúde¹⁰. Martinho Vicente Rodrigues analisa a vila na Idade Moderna, depois do estudo dedicado ao período da dinastia filipina, entre 1640 e 1706¹¹. Estudo que nos acompanhará no evoluir da nossa análise. Também iremos seguir outras investigações, como a dedicada a Santarém, *grosso modo*, para a primeira metade do século XVIII de Fátima Reis, sobre a administração, a sociedade e a cultura no tempo de D. João V¹². São de elevada importância para o efeito, os autores Fernanda Ribeiro e Armando Malheiro da Silva¹³, que apresentam uma experiência epistemológica ao nível de ciência da informação. Somos conhecedores que a informação existe e pode ser armazenada em diversas formas, em papel ou em suporte digital. Por sua vez, o conhecimento só o é por ser retido na mente humana e, nem toda a informação gera conhecimento. Para que tal aconteça é necessário transformá-la em conhecimento. É o objetivo desta investigação, através da desmaterialização e da disseminação da informação. A Arquivística¹⁴ tem esse poder, potenciado quando enquadrada pela Ciência da Informação, área científica do mestrado em Ciências da Documentação e Informação¹⁵.

De estudos científicos de autores conceituados continuar-nos-emos a socorrer, como *O acesso à informação nos arquivos*¹⁶, de Fernanda Ribeiro,

¹⁰ RODRIGUES, Martinho Vicente (1997) - *Santarém no Tempo dos Filipes (1580-1640)*. 2 vols. Prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. ISBN 972-97066-5-4.

¹¹ RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. Prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. ISBN 972-8491-26-3.

¹² REIS, Maria de Fátima (2005) - *Santarém no tempo de D. João V: Administração, Sociedade e Cultura*. Lisboa: Colibri. ISBN 972-772-515-5.

¹³ SILVA, Armando Malheiro da e RIBEIRO, Fernanda (2008) - *Das «ciências» documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. 2.ª ed. Porto: Afrontamento. ISBN 978-972-36-0622-5.

¹⁴ SILVA, Armando Malheiro [et al.] (1998) - *A Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento. ISBN 972-36-0483-3.

¹⁵ Mestrado ministrado pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ano letivo (2015/2017).

¹⁶ RIBEIRO, Fernanda (2003) - *O Acesso à Informação Nos Arquivos*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação Para a Ciência e a Tecnologia. ISBN 972-31-1017-2.

quando os arquivos municipais anteriores e posteriores ao Liberalismo se encontram sob custódia dos próprios municípios, como no caso do arquivo em análise. O acesso à informação medieval e moderna tem sido muito inconstante. No entanto, alguns arquivos já foram investigados e trabalhados, outros nem tanto, e outros descurados.

As primeiras iniciativas de referência de acervos de arquivos municipais, surgiram pela ação da *Academia Real da História Portuguesa* e pela *Academia das Ciências Lisboa*, ao longo do século XVIII. Pelo valor histórico e pelo desejo do conhecimento do passado, realizaram-se investigações no âmbito das teorias iluministas. Investigadores como Frei Joaquim de Santo Agostinho ou João Pedro Ribeiro, entre outras personalidades, foram responsáveis pela visita a inúmeros arquivos do Reino e efetuaram uma avaliação sobre o estado dos mesmos. Informação de elevado valor e conhecimento que nos legaram, sobre o estado dos arquivos municipais da época¹⁷. Mas, o volume da extensa literatura sobre a informação arquivística e sobre as *ciências da documentação e informação*, só se desenvolveu substancialmente no último quartel do século XX e inícios do século XXI.

Com a análise em curso, pretendemos responder à seguinte pergunta de partida:

Que informação acumulada possui o arquivo histórico municipal de Santarém para o período entre 1506 e 1820?

A organização e a representação da informação são consideradas, no sentido mais abrangente do termo, incorporando a organização física e intelectual, a classificação, a descrição e a normalização, de modo a permitir o acesso à informação. É este o ponto de partida, mas também o de chegada dos arquivistas e gestores da informação, como garantes da obrigação e dever de facultar e disseminar a mesma. A documentação fechada em caixas ou em prateleiras em edificações sem a promoção do seu acesso, não é veículo de comunicação da informação e, conseqüentemente, da criação de conhecimento. Por outro lado, a sua não organização leva a que os cidadãos se encontrem privados do direito de acesso à informação.

¹⁷ IDEM - *Ibidem*. p. 222. Vol. 1. ISBN 972-31-1017-2.

Também metodologicamente apoiados nos dois primeiros volumes da *Colecção Ciência da Informação*¹⁸, não só de referências atuais que necessitamos, mas igual modo da compreensão do passado através dos seus regulamentos, como tal, compulsámos as *Ordenações Manuelinas*¹⁹, as *leis extravagantes*²⁰ e as *Ordenações Filipinas*²¹. Todo o saber é imprescindível para a elaboração deste trabalho, dos campos histórico, político, económico e social da época às mutações endógenas e exógenas na administração local e, por sua vez, nacional. António Manuel Hespanha, o autor de *As vésperas do Leviathan*²², esclarece sobre as instituições e o poder político num tempo e espaço, fundamental para nós:

Para além desta questão duma adequada definição do que seja poder político, alguma atenção deve ser dedicada às relações entre política e administração, pois também aqui, como já vimos, o paradigma do Estado liberal pode ser responsável por importantes distorções da análise histórica. (...) algumas das mais importantes assunções da teoria política liberal quanto às relações entre o poder político e o administrativo, nomeadamente ao facto de esta afirmar uma absoluta separação entre os dois, postulando, portanto, a neutralidade, despolitização e docilidade da administração. A teoria política actual

¹⁸ MARQUES, Suzete Lemos (2016) - *A Organização arquivística: o fundo administração do concelho de Torres Vedras*. Lisboa: Colibri. ISBN 978-989-689-076-6; RODRIGUES, Susana (2017) - *O Sistema de informação Presidência da República Portuguesa: estudo orgânico-funcional (1910-2014)*. Lisboa: Colibri. ISBN 978-989-697-3.

¹⁹ FERNANDES, Valentim (1512-1513) - *Ordenações Manuelinas*. Liv. 1 a 5. Reprodução em *fac-simile* da edição de Valentim Fernandes (1512-1513). Introd. DIAS, João José Alves (2002). Lisboa: Centro de estudos históricos Universidade Nova de Lisboa. D. L. n.º 185770/02.; COSTA, Mário Júlio de Almeida (1984) - *Ordenações Manuelinas*. Liv. 1. Nota de apresentação. Ed. Reprodução *fac-simile* da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra (1797). Por MATTOS, Francisco Xavier de Oliveira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

²⁰ LIÃO, Duarte Nunes do (1569) - *Leis Extravagantes: e Repertório das Ordenações de Duarte Nunes do Lião*. Nota de apresentação de COSTA, Mário Júlio de Almeida (1987). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

²¹ COSTA, Mário Júlio de Almeida, Introd. (1985) - *Ordenações Filipinas*. Liv. 1 a 3. Reprod. *Fac-simile* da ed. Feita por ALMEIDA, Cândido Mendes (1870). Rio de Janeiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

²² HESPANHA, António Manuel (1994) - *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político: Portugal - séc. XVII*. Coimbra: Almedina. ISBN 972-40-0782-0.

tem problematizado estes pontos de vista, não apenas enquanto mostra as dificuldades dos critérios liberais de distinção entre política e administração, mas sobretudo - da nossa perspetiva - enquanto tem demonstrado que a administração constitui um factor autónomo do sistema político, quer enquanto condição sine qua do exercício do poder político, quer enquanto sede autónoma dos seus mecanismos - o poder só se quando se exerce. O primeiro aspecto é particularmente relevante para evitar, por exemplo, o erro frequente de avaliar em abstrato a importância do poder da coroa sem entrar em linha de conta com as possibilidades que ele tem e se efetivar através de uma correspondente estrutura funcional-administrativa. O segundo aspecto, por sua vez, destaca o peso político autónomo dos aparelhos burocrático-administrativos, o que é particularmente importante em épocas dominadas por um sistema patrimonial dos ofícios, com a sua consequente emancipação do poder da coroa²³.

A administração municipal local é administração periférica da coroa e:

decisiva para a avaliação dos desequilíbrios do aparelho político e administrativo é, mais do que o estudo dos órgãos centrais da administração da coroa, o estudo das suas extensões periféricas. (...) a coroa entrava em contacto com as estruturas político-administrativas locais, nomeadamente concelhias²⁴.

Mais estudos centrados no absolutismo e no municipalismo local²⁵ são guias instrutores para o objetivo pretendido de encontro de ideias.

É aplicável nesta conjuntura o conceito de sistema de gestão da informação. A utilização da conceção de teoria de informação arquivística é geral, mas pode assumir diferentes significados no enfoque possuidor do estudo. Segundo Ana Ribeiro²⁶, o sistema de informação arquivística é aplicado tanto

²³ IDEM - *Ibidem*. p. 40.

²⁴ IDEM - *Ibidem*. p. 40.

²⁵ FONSECA, Teresa (2002) - *Absolutismo e Municipalismo: Évora 1750-1820*. Lisboa: Colibri. ISBN 972-772-349-7.

²⁶ RIBEIRO, Ana Margarida Pereira (2009) - *Análise de um Sistema de Informação: A Câmara Municipal de Vila Nova de Ourém (do Liberalismo à Primeira República)*. Relatório de Estágio Curricular do Mestrado em História e Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2008/2009. Porto: Faculdade de Letras. p.15.

ao conjunto de documentos resultantes de atividades de uma instituição pública ou privada, uma pessoa coletiva ou singular.

Armando Malheiro da Silva²⁷, compara as funções desempenhadas por um arquivo enquanto prestador de serviço. Os arquivos são considerados sistemas (semi)abertos porque funcionam só para a instituição produtora e para os autores ou clientes, para os quais foram criados os processos de negócios entre a autarquia e o município. Esta situação decorre em arquivo corrente (produção atual) da criação do processo ou documento e, no arquivo intermédio, em que a consulta aos processos só acontece eventualmente, quando alguma reclamação do município, ou auditorias, ou ratificação de contas ou ainda consultado a pedido dos intervenientes, algum herdeiro (como com os processos de obras nunca entram em arquivo histórico, são processo de consulta pelos herdeiros, em varias gerações).

O mesmo não acontece em arquivo histórico, quando atinge este estatuto é para a sociedade, investigadores, professores, estudantes universitários²⁸.

É um local preparado para tal, com edificação preparada para a receção do acervo informacional²⁹ legada pelas anteriores administrações camarárias e seus funcionários. Com climatização ambiental e controlo da humidade relativa para a preservação de pergaminhos³⁰, e outros documentos em suporte papel³¹ (contra os bibliófilos: ácaros, lepidismas, roedores de papel, ou mesmo fungos

²⁷ SILVA, Armando Malheiro da (2006) - *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: CETAC, & Ed. Afrontamento. ISBN 972-36-0859-6

²⁸ SILVA, Armando Malheiro da, RIBEIRO, Fernanda (2008) - *Das ciências documentais à ciência da informação: Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. 2.ª ed. p. 97-98. Porto: Afrontamento. ISBN 978-972-36-0622-5. p. 97-98.

²⁹ MCILWAINE, John (2008) - *Prevenção de Desastres e Planos de Emergência: manual básico da IFLA*. Dir. VARLAMOFF, Marie-Thérèse. Lisboa: BNP (*Biblioteca Nacional Portuguesa*). ISBN 978-972-565-424-8.

³⁰ DOMINGOS, Sónia - *Procedimentos básicos para a conservação de documentos com suporte em pergaminho*.

http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/norma_pergaminho.pdf
[consultado em 20-11-2017].

³¹ ADCOCK, Edward P. (2004) - *Directrizes da IFLA para a conservação e o manuseamento de documentos de biblioteca*. Col. Dir. por CABRAL, Maria Luísa. (2004) - *IFLA-PAC-International Preservation ISSUES*. Lisboa: BNP. Publicações técnicas P&C. ISBN 972-565-306-8.

causados pela humidade), é ainda requerida a redução da iluminação (não é aconselhável que os documentos manuscritos sejam expostos à luz durante longas horas).

O nosso país tem uma visão sobre a arquivística que defende uniformemente, pelo menos do ponto de vista académico, a sua integração na ciência da informação. A atividade do profissional de informação só está a ser mais valorizada no presente. No estudo elaborado pela Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas, no âmbito da Macroestrutura Funcional (MEF), procura-se uma rutura epistemológica, presente, como por exemplo, nos seguintes princípios: *a transversalidade nas relações recíprocas; a granularidade, extensão de subdivisão de um sistema em partes mais pequenas; a interoperabilidade; a completude, apresentação de modo completo; respeito pela função, dependência e hierárquica de processos de negócio às classes do primeiro e segundo nível.*

*É posto em causa, nacional e internacionalmente, a designação de fundo, pela razão de não ser propício a descrever a realidade futura da gestão da informação em Portugal*³². *A informação produzida pela administração pública é compreendida como um conjunto aberto e suscetível de produção de por várias entidades. Um dos princípios de identificação de processos de negócios é a transversalidade, ou seja, o intercâmbio entre os processos de negócio de diferentes organizações*³³.

Outros mestres consideram o arquivo como um sistema semifechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois fatores essenciais: a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional

³² SILVA, Carlos Guardado da (2013) - A Classificação da informação arquivística da administração local nos países ibéricos: uma análise comparada. *Jornadas Ibéricas de Arquivos Municipais: políticas, sistemas e instrumentos, 4 e 5 de junho de 2013*. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. [em linha] [URL: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/guardado_silva.pdf](http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/guardado_silva.pdf). [consultado em 20-11-2017].

³³ IDEM - *Ibidem*.

(serviço/uso), a que se associa um terceiro, a memória imbricada nos anteriores³⁴.

Numa possível comparação de arquivo com a biblioteca (serviço aberto), ponto de vista a considerar num arquivo intermédio (semifechado), em que a informação interessa apenas aos intervenientes dos processos de negócio (a estrutura e os intervenientes/clientes/municípios), o que não acontece com o arquivo histórico ou definitivo (serviço aberto), este existe para disseminação da informação vinda de gerações longínquas até à atualidade e seguirá para as gerações futuras. Recordavam os mesmos autores, Fernanda Ribeiro e Armando Malheiro, que a Arquivística é uma ciência epistemológica: *A Arquivística é uma ciência de informação social* [hoje uma disciplina da Ciência da Informação], *que estuda os arquivos quer na sua estrutura interna e na sua dinâmica própria, quer na interação com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente*³⁵.

A conjuntura sistémica dos arquivos pressupõe não só a combinação intrínseca, mas ainda uma articulação com outros sistemas de áreas, político-económicas, jurídico, administrativo, cultural, social ou ainda religiosas. O sistema de informação arquivo, enquanto objeto de investigação científica, racional. Os arquivos históricos são considerados como criações artificiais por resultado de transferências sistemáticas do arquivo intermédio da informação administrativa sem “interesse administrativo”. Mais tarde, os arquivos administrativos foram considerados de interesse pelas organizações produtoras, para a gestão documental, da normalização terminológica e da análise da noção de fundo, para a história da instituição, organização coletiva, pública ou privada e ou singular. Para uma melhor estrutura/gestão da informação, contribuiu a diferenciação intrínseca das tradicionalmente consideradas três idades dos arquivos desde Schellenberg³⁶, ou seja, para uma qualidade superior da gestão da informação desde a sua produção à sua utilização intermédia e à

³⁴ SILVA, Armando Malheiro da [et al.] (1999) - *Arquivística: Teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento. p. 214. Vol. 1. ISBN 972-36-0483-3.

³⁵ IDEM - *Ibidem*. p. 214.

³⁶ SCHELLENBERG, Theodore R. (2003) - *Modern Archives: principles and techniques*. With na introduction by H. G. Jones. 2.^a ed. Chicago: Society of American Archivists.

fase que passa para arquivo histórico, com valor probatório, administrativo, cultural e social, não tendo cada uma das fases de corresponder a etapas estanques por que passa a documentação/informação. Numa *tradição anglo-saxónica de distinção entre records (documentos de arquivos correntes) versus documents (documentos de arquivos históricos) e records management (gestão de documentos) versus archives (arquivística)*³⁷.

O sistema informativo é um todo, mas com realidades e contextos diferentes, mesmo que separado fisicamente por diversos edifícios, ou ainda, desmaterializado. Sabemos o quanto é criticada a teoria ou lei tradicionalmente designada das três idades dos arquivos, como conhecimento empírico para a incorporação de documentos em arquivos públicos, pensamento defendido pelos autores Fernanda Ribeiro e Armando Malheiro da Silva. A informação não perde valor no processo de transferência do arquivo intermédio para o definitivo. Torna sim, o acesso à informação mais facilitado numa perspetiva de conhecimento sobre a história da instituição produtora e sua atividade. Possui um valor cultural, social e fator de cidadania e identidade³⁸.

No estudo orgânico-funcional realizado por Ribeiro e Fernandes³⁹, as autoras colocaram em prática um modelo teórico relativo à avaliação e à seleção da informação. Caraterizado pela informação a conservar em ambiente de arquivo, devendo constituir o primordial valor de memória da instituição e seus objetivos. Seguiram a Teoria sistémica, que alcançou grande debate para a validade científica de uma área do saber ao longo do tempo. A Arquivística

³⁷ SILVA, Armando Malheiro da [et al.] (1999) - *Arquivística: Teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento. p. 133-136. Vol. 1. ISBN 972-36-0483-3.

³⁸ IDEM - *Ibidem*. p. 133-136.; LEITÃO, João Filipe (2010) - *A Gestão Documental e a Gestão da Qualidade: O Município da Lourinhã*. Dissertação de Mestrado orientada pelo Professor Doutor Carlos Guardado da Silva. Curso de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Universidade de Lisboa pela Faculdade de Letras. p. 10-11. 2010. Em linha: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2061/1/23152_ulfl0782781_tm_tese_anexos_1_2_3_5.pdf . [consultado em 26-11-2017].

³⁹ RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos (2003) - *O Sistema de Informação Arquivística da Universidade do Porto: potenciar o uso da memória informacional retro prospectivamente* (11) 2003. p. 79-99. ISSN 0873-5670.

saía do seu lugar de uma ciência auxiliar da história ou ainda como um conjunto de saberes empíricos na organização de documentos⁴⁰, para se afirmar como área disciplinar de uma ciência transdisciplinar, mas uma, a Ciência da Informação⁴¹.

A dissociação entre o conteúdo e o suporte é mais uma consequência da validade científica da informação, defendida por Silva e Ribeiro. Como constatamos, a informação é um facto social enquanto objeto científico, defende Silva⁴², acrescentando que:

*é um conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com e pela interação social, passíveis de serem registadas em qualquer suporte material (...) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidireccional*⁴³.

Atualmente, o documento não é um instrumento de trabalho ou de estudo da ciência de informação, mas a ciência da informação, ainda que importe enquanto instrumento de comunicação da informação. Ainda que o mesmo se passe com os documentos de arquivo, aqui o suporte adquire um valor acrescentado, na medida em que o mesmo garante a validade da informação, podendo a dissociação do conteúdo/suporte colocar em risco a qualidade da informação que se pretenda transmitir e, sobretudo, o seu valor probatório. No entanto, adquire certa exclusividade como produto de uma função de uma organização. Com um enfoque na informação, em desfavor do documento (de

⁴⁰ SILVA, Armando Malheiro da [et al.] (1999) - *Arquivística: Teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento. Vol. 1. ISBN 972-36-0483-3.

⁴¹ IDEM - *Ibidem*. p. 213-214.

⁴² SILVA, Armando Malheiro da (2006) - *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: CETAC/ Afrontamento. p. 150. ISBN 972-36-0859-6.

⁴³ IDEM - *Ibidem*. p. 150.

arquivo), a profissão de arquivista também se dilui, como defende Sandra Patrício Silva⁴⁴.

A informação/documento é veículo de *identificação, conhecimento e memória que liga os homens*⁴⁵.

A Arquivística, como metodologia do conhecimento histórico, foi também tema retratado por Armando Malheiro:

*Após um largo período de desenvolvimento que decorreu praticamente desde as origens da escrita ao fim do Antigo Regime, os sistemas de arquivo sofreram o efeito modelador da viragem estrutural ocorrida no processo histórico, com particularidade destaque para as implicações político-ideológicas, institucionais e jurídico-administrativas da Revolução Francesa. Surgiram, então, os chamados arquivos históricos ao serviço da memória do novo Estado-Nação e a Arquivística ligou-se à Paleografia e à Diplomática, dentro dos parâmetros metodológicos do conhecimento histórico. Esta situação não tardou a ser confrontada com o impacto da industrialização e da complexificação burocrática, tornando-se a Arquivística um corpo de saber especializado, dirigido a funções técnicas que se, por um lado, valorizavam a custódia, por outro, incidiam sobre o controlo e avaliação dos documentos (da fase corrente até à definitiva). Nos anos mais recentes, começou a ser defendida a individualidade da Arquivística no seio das Ciências da Informação. Foi no início da era post-custodial em que os arquivos emergem como sistemas de informação, cuja complexidade nem sempre se confina à ordem material dos documentos e cuja organicidade transcende as vicissitudes da sua tradição custodial*⁴⁶.

⁴⁴ SILVA Sandra Patrício da 2018 - *Sistemas de Informação das administrações civis do concelho de Sines: 1655-1855*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: Universidade de Lisboa.

⁴⁵ CATROGA, Fernando (2009) - *Os Homens do passado como restolhos do tempo: Memória e fim do fim da História*. Coimbra: Almedina. p. 23-26; 131. ISBN 978-972-40-3847-5.

⁴⁶ SILVA, Armando Malheiro da [et al.] (1999) - *Arquivística: Teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento. p. 210. Vol. 1. ISBN 972-36-0483-3.

Por sua vez, a Arquivística suporta a técnica de trabalhar o objeto, que exige métodos (cronológicos, temáticos, investigação qualitativa⁴⁷, de análise interna e externa, análise crítica documental, auxiliados pela heurística e hermenêutica, ou seja, o conhecimento histórico) em analogia e, por sua vez requer integrar-se como ciência.

O grupo de trabalho de Armando Malheiro fez uma retrospectiva da história da Arquivística e dos Arquivos ao longo dos tempos⁴⁸.

As civilizações que conseguiram reestruturar-se e sobreviver exploraram em geral adequadamente a relação ordem-pela-desordem, aceitando a desordem ou o ruído que as ameaçavam (de origem quer interna quer externa ou ambas) e transformando-os numa nova ordem. Converteram o ruído em informação⁴⁹.

No último quartel do século passado, a evolução tecnológica permitiu criar novas formas de produção documental e, por sua vez, acarretou novos problemas ao nível da preservação, da conservação, e da recuperação da informação eletrónica/digital. Em simultâneo, surgiu a hipótese de *descontinuidade entre arquivos administrativos e históricos, com a noção de uma abordagem na custódia de documentos em ambiente tradicional já não correspondendo à realidade*⁵⁰.

Na atualidade, assiste-se à dualidade teórica da arquivística. Por um lado, positivista que se baseia na existência de leis universais e inalteráveis podendo ser estudadas e aplicadas no arquivo, seu objeto de estudo. Por outro,

⁴⁷ LESSARD-HÉBERT, Michelle, GOYETTE, Gabriel e BOUTIN, Gérald (2010) - *Investigação Qualitativa: Fundamentos e práticas*. 4.ª ed. Lisboa: Instituto Piaget. p.174-178. ISBN 978-989-659-064-2.

⁴⁸ SILVA, Armando Malheiro da [et al.], (1999) - *Arquivística: teoria de uma prática da informação*. Porto: Afrontamento. Vol. 1. ISBN 972-36-0483-3.

⁴⁹ WILDEN, Anthony (2001) - Informação. In *Enciclopédia Einaudi*. Comunicação, Cognição. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. p. 11-77. Vol. 34. ISBN 972-27-0923-2.

⁵⁰ SILVA, Sandra Patrício da 2018 - *Sistemas de Informação das administrações civis do concelho de Sines: 1655-1855*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: Universidade Lisboa. p. 3.

pós-modernista, realça que o arquivo não é neutro, mas parcial, não escapa à subjetividade, assim como o arquivista⁵¹.

A abordagem sistêmica, desenvolvida pelas *ciências exatas* foi acolhida pela ciência da informação. O conceito de sistema caracteriza uma realidade dinâmica, constituída por diversas partes, e a alteração de uma, leva à alteração do todo. Por sua vez, o conceito surge como fundamental a partir do momento em que se desenvolvem as noções de arquivística integrada e da recusa da existência de ciclos de vida dos documentos de arquivo⁵². O suporte da informação em ambiente eletrónico pode ser separado, o campo de ação do sistema é a informação. Por isso, é um sistema de *troca e de circulação* de informação⁵³.

No estudo de âmbito de projeto de investigação realizado por Luciana Duranti⁵⁴, sobre documentos eletrónicos, foi possível identificar as diferenças existentes entre documentos de arquivo tradicionais e eletrónicos, concluindo-se não haver diferenças estruturais⁵⁵. Porque a autenticidade da informação de

⁵¹ CRUZ MUNDET, José Ramon (2006) - *La Gestión de documentos en las organizaciones*. Madrid: Ed. Piramide. ISBN 978-8436820652.

⁵² SILVA, Sandra Patrício da 2018 - *Sistemas de Informação das administrações civis no concelho de Sines: 1655-1855*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: Universidade Lisboa. p. 3.

⁵³ IDEM - *Ibidem*. p. 4.

⁵⁴ DURANTI, Luciana (2001) - The impact of digital technology on archival science. *Archival Science*.1:39-55.

https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/36270618/The_impact_of_digital_technology_on_archival_science.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1512332112&Signature=4xqKPrO6buc%2FTcSSvA%2BmEKZU4ZY%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DThe_impact_of_digital_technology_on_arch.pdf.

[consultado em 03-12-2017]; DURANTI, Luciana (2001) - *The Long-Term preservation of Authentic Electronic Record*. Proceedings of the 27th VLDB Conference. Roma, Itália. Em linha: http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip1-2_dessemination_cpr_duranti_vldb_2001.pdf. [consultado em 03-12-2017].

⁵⁵ SILVA, Sandra Patrício da 2018 - *Sistemas de Informação das administrações civis no concelho de Sines: 1655-1855*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: Universidade Lisboa. p. 9. *Apud* DURANTI, Luciana (2001) - The impact of digital technology on archival science. *Archival Science*.1:39-55.

arquivo está presente, mas de forma oculta nos documentos de arquivo tradicional, ou seja, o suporte físico, a agregação, os *elementos formais intrínsecos e extrínsecos manifestam-se de forma clara e não natural nos documentos eletrónicos ou digitais*. A diferença entre eles é registada pelo facto de se preservar documentos tradicionais para garantia da sua inalterabilidade. No entanto, os documentos eletrónicos necessitam de atualizações constantes de suporte. Porque *o que é preservado não é o documento propriamente dito, mas sim o objeto digital, para permitir a reprodução do documento* sempre que necessário. Por sua vez, o objeto digital é constituído pelo conteúdo informativo, mas também por metadados⁵⁶.

Porem, é neste âmbito que surge a designação de sistema de gestão da informação. Este termo de sistema de informação arquivística é atribuído ao conjunto de documentos produzidos e recebidos resultantes da atividade de uma pessoa coletiva, singular, particular ou pública⁵⁷. Também a *Norma Portuguesa* refere o sistema de arquivo: *sistema de informação que integra, gere e fornece acesso a documentos de arquivo, ao longo do tempo*⁵⁸. Produção esta que permite ao seu criador conservar a informação pertinente para a história da sua instituição e memória para gerações futuras.

⁵⁶ SILVA, Sandra Patrício da 2018 - *desistemas de Informação das administrações civis no concelho de Sines: 1655-1855*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. p. 9; PATRÍCIO, Sandra (2011) [PDF]. *O sistema do Arquivo Municipal de Sines nos séculos XVII-XIX* - BAD. Em Linha:

<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/download/.../51> ; https://www.google.pt/search?source=hp&ei=6apSWvnAGYaqU5HSuegL&q=A+Estrutura+administrativa+local%3A+arquivo+de+Sines&og=A+Estrutura+administrativa+local%3A+arquivo+de+Sines&gs_l=psy-ab.3...5920.5920.0.8514.1.1.0.0.0.116.116.0j1.1.0...0...1c..64.psy-ab..0.0.0...0.Lcj68w8omLM [consultado em 04-12-2017].

⁵⁷ ALVES, Ivone [et al.] (1993) - *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Lisboa: Inst. Da Biblioteca Nacional e do Livro, Organismo de Normalização Sectorial para a Informação e Documentação. ISBN 972-565-146-4.

⁵⁸ GALVÃO, Rosa Maria (2010) - NP 4438-1 (2005). In *Normas Portuguesas de Documentação e Informação CT7*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal e Instituto Português de Qualidade. p. 489. ISBN 978-972-565-457-6.

Mas o presente estudo exigiu outras leituras, para analisarmos as funções da administração local, tendo-se verificado a existência de várias instituições locais a nível militar (ordenanças), justiça (juízo dos órfãos) e de carácter religioso (fábricas de igreja e conventos, de que as manifestações religiosas são produtos, como a procissão do Santíssimo Milagre⁵⁹, do Corpo de Deus e das Rosas. Como já referimos, algumas normas e diplomas de carácter régio, referimo-nos às *Ordenações*, às *Posturas Municipais* e ao *Foral de Santarém* por D. Manuel I⁶⁰.

Para melhor compreensão para a fase final da época moderna, outros estudos foram imprescindíveis como o estudo de Teresa Fonseca⁶¹. Os livros de *Atas das Sessões de Vereações* foram fundamentais para esta análise⁶², podendo conferir determinados acontecimentos (visitas régias, invasões francesas, revolução de 1820 entre outros de menor relevo). É de considerar o tema das invasões francesas em Santarém⁶³.

No campo administrativo local, a sociedade e a cultura, já revista por Fátima Reis, fez expandir o nosso leque de análise e conhecimento, confirmadas nos registos camarários as hierarquias locais, as elites predominantes na sociedade local e administrativa⁶⁴.

⁵⁹ RODRIGUES, Martinho Vicente (2002) - *O Santíssimo Milagre de Santarém*. 2.^a ed. Santarém: Santuário-Santarém. ISBN 972-98895-0-3.

⁶⁰ COELHO, Maria Helena da Cruz (2007) - *Foral de D. Manuel I a Santarém: estudo, transcrição e glossário*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. ISBN 978-972-8491-33-8. Foral de D. Manuel I (1506) - *fac-simile*.

⁶¹ FONSECA, Teresa (2002) - *Absolutismo e Municipalismo Évora 1750-1820*. Lisboa: Colibri. ISBN 972-772-349-7.

⁶² AHCMSTR - Livros de *Atas da Câmara Municipal de Santarém* até 1820.

⁶³ RITA, Fernando Manuel da Silva (2011) - *A Guerra Peninsular em Santarém: Impactos da terceira Invasão Francesa na região em 1810-1811*. Lisboa: Prefácio. ISBN 978-989-652-075-5.

⁶⁴ REIS, Maria de Fátima (2005) - *Santarém no Tempo de D. João V: Administração, Sociedade e Cultura*. Lisboa: Colibri. p. 88-89. *Esquema Genealógico*. ISBN 972-772-515-5.

Várias foram as obras pesquisadas sobre o municipalismo em Portugal⁶⁵, sobre funções e instituições⁶⁶. A obra *Portugal Contemporâneo*⁶⁷ serve de remate para nos aproximarmos do final da revisão literária. Porque os olhares cruzados⁶⁸ entre os gestores da informação/arquivistas e historiadores são sempre de considerar.

Um arquivo histórico é um espaço de cultura, cidadania, sociabilidade, de disseminação, de literacia, aberto a todos e promovendo conhecimento.

⁶⁵ VIDIGAL, Luís (1989) - *O Municipalismo em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Horizonte.

⁶⁶ ALMEIDA, Fortunato de (1903) - *História das Instituições em Portugal*. 2.^a ed. Porto: Liv. Magalhães & Moniz.

⁶⁷ REIS, António (1996) - Do Antigo Regime à nova ordem Liberal. In *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Pub. Alfa. Vol. 1. ISBN 972-609-159-4.

⁶⁸ HENRIQUES, Maria de Lurdes, Coord. (2004) - *Olhares Cruzados entre Arquivistas e Historiadores: Mesas-Redondas na Torre do Tombo*. Lisboa: Torre do Tombo e Ministério da Cultura. ISBN 972-8107-82-X.

2. Metodologia

O método que utilizámos no presente estudo foi o da análise documental, nas fontes bibliográficas e primárias, tendo consultado os documentos originais em arquivo. Também recorremos a trabalhos de campo de outros autores sobre, municipalismo, administração local na Idade Moderna/Antigo Regime e sobre o Liberalismo, na gestão pública, assim como, literatura sobre arquivos municipais e sobre a ciência da informação.

Depois, o estudo orgânico-funcional, tendo como referente o estudo desenvolvido por Fernanda Ribeiro e Maria Eugénia Fernandes⁶⁹ aplicado ao Sistema de Informação da Universidade do Porto. Através deste, procurámos, de forma rigorosa e exaustiva, estudar o contexto da produção informacional, de modo a, no futuro, podermos representá-la com vista à promoção do seu acesso. Este objetivo passará pela elaboração de instrumentos de acesso à informação, uma vez que objetivamos conhecer e divulgar, ou seja, disseminar a informação do arquivo histórico do município de Santarém, apoiados nas normas internacionais arquivísticas: ISAD(G) - *Norma Internacional de Descrição Arquivística: adaptada pelo Comité de Normas de Descrição. Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2.ª ed.* Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. [DGLAB]⁷⁰. ISAAR(CPF) - *Norma Internacional de Registos de Autoridades Arquivísticas para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias: adotada pelo Comité de Normas de Descrição. Canberra: Austrália, 27-30 de outubro de 2003.* Tradução do grupo de trabalho para a Normalização de Descrição em Arquivo do Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo. [DGLAB]⁷¹. E para a descrição de funções, a norma, ISDF - *Norma International Standart for Describing Functions: developed by the Committee*

⁶⁹ FERNANDES, Maria Eugénia Matos; RIBEIRO, Fernanda - O Sistema de Informação Arquivística da Universidade do Porto: potenciar o uso da memória informacional retro-prospectivamente. *Páginas a&b : arquivos e bibliotecas*. Lisboa: BAD. 11.

⁷⁰ Em linha: <http://www.antt.dglab.gov.pt/informacoes-uteis/arquivo-de-documentos/>. [consultado em 10-09-2017].

⁷¹ Em linha: <http://www.antt.dglab.gov.pt/informacoes-uteis/arquivo-de-documentos/>. [consultado em 10-09-2017].

on *Best Practices and Standards*. Paris: International Council on Archives⁷². São um conjunto de auxiliares de descrição arquivística de maior importância para tal estudo em curso, assim como a “família” *ISO 30300*⁷³ (sistema de gestão de documentos de arquivo), ou mesmo algumas normas direcionadas à documentação em arquivo, insertas no conjunto de normas no volume da *CT7*⁷⁴.

Outras obras foram fundamentais na elaboração desta síntese de mestrado, como fazer uma análise diplomática em documentos de arquivo⁷⁵.

Foi feito levantamento da documentação utilizando o método heurístico, na pesquisa documental. Tal como a hermenêutica, ou seja, a interpretação e análise crítica dos manuscritos para a formação das séries documentais e, subséries. Cada grupo informacional refere uma atividade funcional produzida por um serviço, que poderia ser desencadeada pela atividade diária da câmara, ou ser desenvolvida através da comarca do termo. Serviços realizados em paralelo pelo município e pela comarca, traves da supervisão do poder central.

Importa-nos a recuperação e o conhecimento da informação, a sua literacia⁷⁶ de arquivologia⁷⁷.

A sociedade deve ter direito de acesso ao conhecimento da informação produzida pela Câmara Municipal de Santarém e acumulada no seu Arquivo Histórico da Câmara. A informação só existe e adquire valor quando divulgada, conhecida, caso contrário não existe ou não tem valor.

⁷² Em linha: https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS_2007_Guidelines_ISDF_First-edition_PT.pdf. [consultado em 10-09-2017].

⁷³ http://www.bad.pt/publicacoes/Serie_ISO_30300.pdf . [consultado em 10-09-2017].

⁷⁴ *Normas Portuguesas de Documentação e Informação CT7*. (2010). Lisboa: BNP/Biblioteca Nacional de Portugal e Instituto Português de Qualidade. Publicações Técnicas. ISBN 978-972-565-457-6.

⁷⁵ BELLOTTO, Heloísa Liberali (2002) - *Como Fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado.

⁷⁶ FARIA, Maria Isabel e PERICÃO, Maria da Graça (2008) - *Dicionário do Livro: da Escrita ao Livro Electrónico*. Coimbra: Almedina. p. 756. ISBN 978-972-40-3499-7.

⁷⁷ IDEM - *Ibidem*. p. 101.

Vários autores produziram extensa literatura, com auxílio das fontes primárias produzida pela câmara municipal de Santarém, ao longo dos séculos⁷⁸. A presente dissertação abrange o estudo da documentação compreendida entre 1506 e 1820, período temporal proposto para o efeito. Por limitações de espaço no melhor tempo, é-nos impossível inserir a totalidade da informação custodiada pelo arquivo histórico municipal.

Com a presente dissertação de mestrado, respondemos à pergunta de partida:

“Que informação acumulada possui o arquivo (histórico) municipal de Santarém para o período entre 1506 e 1820?”. Informação que está a ser objeto de informatização em base de dados. [X-Arq.]. Tarefa que iniciada pelas *Atas das Vereações*.

OBJETIVOS

Pretendemos com o presente estudo e, partindo do objetivo geral desta dissertação, divulgar o património cultural e arquivístico do Arquivo Histórico da Câmara de Santarém.

Como a apresentação do objetivo específico, a preparação para a elaboração de um futuro Inventário da informação acumulada no Arquivo Histórico da Câmara Municipal e sua disseminação. Assim como, o estudo sobre a administração local do Município na época em análise.

A informação existente não é na totalidade do conhecimento da sociedade. Situação que pretendemos reverter. Apenas tem sido feita a divulgação através de um documento selecionado, bimensal e exposto no Arquivo Histórico/Biblioteca Municipal e divulgado na agenda cultural camarária, colocado na página da Internet do Município de Santarém⁷⁹.

Esta documentação carece de tratamento de preservação para que possa chegar aos utilizadores e investigadores. Chegou até nós e deverá chegar a futuras gerações. Preocupação que nos move para que a informação seja

⁷⁸ Autores de publicações: Joaquim Veríssimo Serrão; Martinho Vicente Rodrigues; Fátima Reis; Maria Helena da Cruz Coelho, entre outros.

⁷⁹ <http://www.cm-santarem.pt/servicos-municipais/cultura-turismo/agenda-cultural>

colocada *online*, de acesso aberto, facultada aos que dela necessitam. Como Já referimos, o tratamento iniciado com as Atas das Vereações de Câmara, digitalizadas e facultadas em programa específico (X-Arq). No entanto, não deixa de ser um trabalho muito moroso.

PARTE II

1. A ADMINISTRAÇÃO LOCAL NO ANTIGO REGIME E INÍCIOS DO LIBERALISMO

O Historiador, afinal, é um construtor de um novo olhar sobre Santarém⁸⁰. A História pode comparar-se a uma coluna polígona de mármore. Quem quiser examiná-la deve andar ao redor dela, contemplá-la em todas as suas faces⁸¹.

1.1 Introdução

Num espírito de revisitar a dinâmica das instituições locais ao nível social, político e económico, na época moderna, iremos dedilhar o seu perfil através da existência das fontes de informação em arquivo. Abre-se então a intenção de substanciar a elaboração do presente estudo. Persistir num processo de estudo criativo que possa patentear um conhecimento científico de caráter desejoso, que permita uma perceção histórica dos diferentes poderes, que na época garantiam o desenvolvimento da vida social e económica da Vila de Santarém e seu Termo.

O estudo sobre o poder local constitui uma posição prioritária, abre portas à compreensão do passado sobre a evolução social e económica revelada pelas pesquisas nas fontes precisas, que abrem caminhos que nos permitem completar células vivas da textura histórica portuguesa. Desejamos fazer uma aproximação nova da arquitetura das comunidades locais e tentar desbravar

⁸⁰ RODRIGUES, Martinho Vicente (2017) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local: Corpus Documental - Introdução e Leitura de Martinho Vicente Rodrigues*. p. 10. Vol. 1. ISBN 978-989-9889-4-8.

⁸¹ IDEM - *Ibidem*. p. 10. *Apud* Alexandre Herculano (1986). CATROGA, Fernando (2009) - *Os Passos do Homem como Restolho do Tempo*. Coimbra: Almedina. p. 131. ISBN 978-972-40-3857-5.; HERCULANO, Alexandre (1986) - *Opúsculos*. Lisboa: Presença. 5.^a ed. Vol. 5. p. 100.; Coord. MANIQUE, António Pedro [et al.] (1999) - *Alexandre Herculano: Liberalismo e Romantismo - Santarém. Actas do Colóquio: 12 a 14 de setembro de 1997*. Santarém: ESES - Escola Superior de Educação Santarém. p. 21.

caminhos de pesquisas indispensáveis sobre a prática institucional do poder político concelhio.

A Vila de Santarém, na época moderna, gozava do seu privilegiado estatuto, de ter sido uma vila onde monarcas anteriores permaneceram, pelo elevado número de habitantes e vizinhos⁸² na vila e no seu termo, pela posição estratégica e geográfica (favorável à agricultura e foi um considerável entreposto comercial, facilitado pelo Rio Tejo e, de defesa militar), ser encabeçada por uma comarca e ter em sua responsabilidade o *Cabeção das Sisas* (responsabilidade de recolher os impostos da Vila e seu Termo).

Porém, é de relembrar parte da origem histórica da vila de Santarém⁸³. Lisboa, Sintra e Santarém receberam foral ou carta de colonização, concedido/a por D. Afonso VI, Senhor de Leão e Castela, em 1093, ou seja, rei da taifa⁸⁴ de Badajoz⁸⁵, como gratificação na cooperação em relação aos almorávidas. Monarca que incentivou a fixação de povo e para a defesa, entregou algumas praças aos cavaleiros de Borgonha, que tinham chegado à Península. Como é referido na *consuetudinem cartam*, datada de 1095, dada a Santarém pelo mesmo monarca, confirmando o direito consuetudinário do centro urbano, que considerava de grande desenvolvimento, e que devia tutelar

⁸² RODRIGUES, Martinho Vicente (1997) - *Santarém no Tempo dos Filipes (1580-1640)*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 445-447. ISBN 972-97066-5-4.; RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 60-63. ISBN 972-8491-26-3.; SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1975) - Uma Estimativa da População Portuguesa em 1640. In *Separata de Memórias da Academia das Ciências*. Lisboa: Academias das Ciências. p. 240. vol. 16.; OLIVEIRA, António de (1975) - A População das Comarcas de Leiria e Santarém em 1537. In *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 291-292. Vol. 15.

⁸³<http://www.oribatejo.pt/2017/09/21/sancta-herena-como-era-santarem-apos-a-conquista-por-d-afonso-henriques/>. [consultado em 05-10-2017].; https://www.youtube.com/watch?time_continue=12&v=xjhzkTwgTXc . [consultado em 05-10-2017]. <https://www.youtube.com/watch?v=lqgnCjgHg0s> [consultado em 05-10-2017].

⁸⁴ Conjunto de Soldados e marinheiros que combatiam na tolda do navio e no castelo. Em linha: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/tolda> [consultado em 04-10-2017].

⁸⁵ COELHO, Maria Helena da Cruz (2007) - *Foral de D. Manuel I a Santarém: Estudo, Transcrição e Glossário*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p.11-11v. ISBN 978-972-8491-33-8.

jurídica, económica e militarmente, como também os seus moradores teriam direito de plena propriedade dos seus bens⁸⁶.

Santarém continuara, porém, sob domínio árabe-muçulmano, e só em 1147 D. Afonso Henriques recuperou a vila na totalidade, graças à colaboração de Cruzados e das Ordens Militares, que garantiam a segurança guerreira, o povoamento e a ocupação e o desenvolvimento do território.

Das mãos do mesmo monarca, Santarém recebeu de novo foral, em 1179⁸⁷, o seu texto refletia a vocação estratégico-militar como um concelho urbano e exemplar, cedido à vigilância e à defesa de uma elite de cavaleiros vilãos. Grupo de militanças, que eram beneficiados com o pagamento da jugada, com uma sucessão de privilégios de isenções socioeconómicas que abrangiam as suas viúvas⁸⁸, entre outros benefícios. No campo judicial, o testemunho dos cavaleiros chegou a ser equiparado ao dos infanções, em tribunal.

⁸⁶ IDEM - *Ibidem*. p.11.

⁸⁷ O Foral foi publicado em *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*. Vol. 1. *Documentos dos Condes Portugalenses e de D. Afonso Henriques A. D. 1095-1185*. Tomo 1. Introdução diplomática e notas de Rui Pinto de Azevedo. Lisboa: Academia Portuguesa de História. (1958) (*doravante designados DR*), doc. 335; *conhecemos ainda um treslado da carta em latim do foral de 1179, com seus acrescentos, apresentada por Afonso Fernandes, mercador, tesoureiro e procurador do Concelho de Santarém, a qual os alvazis do Concelho, Estêvão Anes cavaleiro e Estêvão Domingos mercador, mandarão passar a linguagem ao tabelião da vila Estêvão Vicente, que se efectiva em documento emitido em Santarém, a par do mosteiro de S. Francisco, no dia 18 de Abril 1331 (Era de 1369)*. In BRANDÃO, Zephyrino N. G. (1883) - *Memórias e Lendas de Santarém*. Lisboa: David Corazzi. p.351-360.; O foral de 1179, com clausulas semelhantes para as três cidades, leia-se, Maria Helena Cruz Coelho (1990) - *A propósito do foral de Coimbra de 1179*. In *Homens, Espaços e poderes: Séculos XI-XVI*. p.105-120. Vol. 1. *Notas do Viver Social*. Lisboa: Livros Horizonte. In COELHO, Maria Helena da Cruz (2007) - *Foral de D. Manuel I a Santarém: Estudo, Transcrição e Glossário*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p.15. ISBN 978-972-8491-33-8; REIS, António Matos (2007) - *História dos Municípios: (1050-1383)*. Lisboa: Livros Horizonte. p. 13-14; 358; 369. ISBN 978-972-24-1496-8: Cf. Santarém chegou a ser reconhecida como a vila que mais protagonismo recebeu durante os séculos XII e XIII, devido à sua centralidade e de certo modo controlava o tráfego naval do Rio Tejo.

⁸⁸ REIS, António Matos (2007) - *História dos Municípios: (1050-1383)*. Lisboa: Livros Horizonte. p. 409. Nota 82. ISBN 978-972-24-1496-8

No estudo do foral de Santarém de 1506, Maria Helena da Cruz Coelho⁸⁹ identifica as dinâmicas da urbe escalabitana herdadas da civilização muçulmana, a nível económico e mercantil e o privilégio dos vizinhos da cidade, que o monarca D. Afonso Henriques isentara de pagarem portagem, isenção libertada pelo pagamento de um simbólico soldo. No entanto, para os forasteiros, os tributos eram específicos, de forma a restringir a entrada e circulação do comércio não controlado. Baseava-se numa troca mercantil, ou seja, troca de produtos por produtos entre géneros, animais de pequeno ou grande porte, pescado, entre outros e artefactos. Deveriam cumprir os costumes⁹⁰, obedecendo às ordens estabelecidas na vila, se assim não acontecesse, a lei seria aplicada mediante os delitos cometidos.

Estava plenamente constituído e regulamentado o concelho de Santarém. Concelho que se identificava e representava simbolicamente por um pelourinho, uma bandeira e um selo. Com um selo de rica iconologia validava o concelho os actos escritos que o seus oficiais e o concilium emanavam e sancionavam com a sua chancela todos os demais documentos que outras instituições ou particulares lhe apresentavam para obter maior firmeza⁹¹.

⁸⁹ COELHO, Maria Helena da Cruz (2007) - *Foral de D. Manuel I a Santarém: Estudo, Transcrição e Glossário*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p.16. ISBN 978-972-8491-33-8.

⁹⁰ *Foral de D. Afonso IV* (1331). [todos os fólhos referem os costumes].; Cf. Costumes e Foros de Santarém de Direito Consuetudinario Municipal. In *Portugaliae Monumenta Historica: A Saeculo Octavo post Christum Usque Ad Quintumdecimum Ivssu Academiae Scientiarum Olisiponensis. Edita. Leges Et Consuetudines. Volumen 2*. Olisipone: Typis Academicis. 1868. p. 18-23.

⁹¹ Sob a sua bandeira seguiam os homens de Santarém para a guerra ou desfilavam, em tempo de paz, nas festas e romarias, como acontecia nos demais concelhos do reino, ainda que tais estandartes, dada a perecibilidade dos seus materiais, nunca tenham chegado até nós. O seu selo surge, por exemplo, num documento ducentista de Alcobaça (TT-C R, Alcobaça, m. 8, n.º 38) e o pelourinho aparece referenciado, entre outros documentos, nos foros e costumes de Santarém. In COELHO, Maria Helena da Cruz (2007) - *Foral de D. Manuel I a Santarém: Estudo, Transcrição e Glossário*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p.16. ISBN 978-972-8491-33-8.



Figura 1 - Folha de rosto do Foral D. Manuel I, doado a Santarém (1506).
Fonte: Foral D. Manuel I doado a Santarém (1506) (AHCMSTR).

Símbolo esse, o Pelourinho, de afirmação da vila. Possuidora de um castelo de duas torres, que a protegia das incursões dos invasores, de uma muralha que abraçava o dito castelo como a urbe escalabitana, rasgada por uma porta designada *Porta da Atamarma*, franqueada por D. Afonso Henriques aquando a tomada de Santarém aos mouros, em 15 de março de 1147. E por mais portas de acesso ao planalto escalabitano (entre elas a porta de Valada, entrada pela qual os vereadores queriam a entrada do rei em 1715; a *Porta de Santiago*; a *Porta de Mansos*; ou ainda a *Travessa do Postigo*, travessa que ladeava o Paço Real, quando o rei afastou os seus aposentos da Alcáçova por motivos de segurança em caso de invasão à vila, mais tarde, conhecido como o Colégios dos Jesuítas e atualmente conhecido como a Sé da cidade de Santarém). Signo que representava segurança militar e religiosidade. Território de vasto termo e honrado ao serviço da monarquia portuguesa.

O Concelho continuava em vasta expansão de desenvolvimento, multifuncional e multinuclear, rossios, largos e praças, bem ligadas, desde o castelo à praça de Marvila, onde circundava a administração municipal e seu comércio, como com os arrabaldes da Ribeira e Alfange, que, pela sua posição estratégica, foram grandes centros de comércio terrestre e fluvial pelo Rio Tejo. Através deste abastecia-se a vila de Santarém e o seu termo. Ladeado de vastas planícies agrícolas e de criação de animais. Ainda numa posição favorável de apoio nos circuitos marítimos entre o Centro e o Norte peninsular, ou seja, entre Lisboa, Braga e Santiago de Compostela e os circuitos terrestres interiores de norte a sul.

Praças e largos onde se concentravam os homens em reuniões a bem da administração local, outros em busca de trabalho, ou mesmo efetuando trocas mercantilistas. Porém, recorda-nos António Reis⁹², que em assembleia realizada nos claustros convento de S. Francisco, no final do século XIV, houve alguma confusão entre os interesses régios e camarários de Santarém e muito participada, foi dividida em duas sessões:

Estiveram presentes setenta e sete pessoas referidas pelo nome, a que se somaram todollos homêes bôos do dito concelho e de seu termho;

⁹² REIS, António Matos (2007) - *História dos Municípios: (1050-1383)*. Lisboa: Livros Horizonte. p. 371-372. ISBN 978-972-24-1496-8:

como nem todos puderam responder à primeira chamada, realizou-se uma segunda reunião, registando-se trinta e três presenças na primeira sessão e cinquenta e quatro na segunda, devendo descontar-se os dez cidadãos que compareceram nas duas. As estruturas municipais estiveram representadas por quatro alvazis (dois do cível e dois do crime), seis vereadores, três procuradores do concelho e um com a dupla função de procuradores e tesoureiro, e ainda um escrivão e tabelião do concelho (que, no entanto, se diz dado pelo rei). Sem pertencerem às estruturas do encontravam-se presentes o alcaide, um almoxarife, dois corregedores (um de Santarém e outra da comarca da Estremadura), três escrivães (respectivamente, de El-Rei, do almoxarifado e do mordomo), seis tabeliães, um ex-almoxarife e um ex-meirinho.

Quanto às categorias e às profissões dos que acabamos de referir, sabemos que era cavaleiro um dos alvazis do cível, escudeiro o escrivão de El-rei e mercador um dos vereadores. Acerca de vinte e dois dos presentes não é fornecida qualquer outra indicação além do nome, enquanto ao número dos outros vinte e três há um merceiro e um soldom.

De tudo o que acabamos de referir, se pode concluir, da influência que tinham dentro do concelho, embora não pertencessem à sua estrutura, os funcionários régios, os escudeiros e os mercadores, não sendo de desprezar a capacidade e iniciativas dos anónimos homens bons⁹³.

Todavia, Ângela Beirante refere no seu estudo sobre a administração municipal da Câmara de Santarém, na Idade Média, não poder confirmar a existência do serviço camarário municipal local⁹⁴. Porque o Concelho era administrado pelo Alcaide e pelos dois alvazis e com eles outros oficiais colaboravam como os almotacés e porteiros, que eram subalternos do Alcaide⁹⁵.

⁹³ REIS, António Matos (2007) - *História dos Municípios: (1050-1383)*. Lisboa: Livros Horizonte. p. 373. ISBN 978-972-24-1496-8

⁹⁴ BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha (1980) - *Santarém Medieval*. Lisboa: Faculdade de Ciências e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. p. 229.

⁹⁵ IDEM - *Ibidem*. p. 229.

Os Costumes de Santarém⁹⁶ definem que os alvazis eram empossados todos os anos, logo a 1 de Abril com outorgamento dos homens bons da terra e por sua vez os almotacés eram substituídos todos os meses⁹⁷.

Contudo, a Câmara Municipal só possui em arquivo documentação datada do século XVI, e é escassa. Por esta, a problemática do nosso estudo será desenvolvida, a qual nos permite uma aproximação à sua estrutura administrativa, orgânica e funcional, a juntar à informação do Foral de D. Manuel I, de 1506, doado a Santarém⁹⁸. A junção da informação contida em cartas, registos régios, registos das vereações, entre outros de caráter contabilístico e registos de correspondência⁹⁹ (alvarás, privilégios e mercês); do livro de notas do tabelião de Azinhaga de 1546, incompleto nos primeiros fólhos, o que quer dizer que possivelmente foi iniciado anteriormente à data indicada, será um auxiliar na hipótese de desconstrução e de descodificação da sua forma de administração, passando-se às Atas das Sessões de Vereações, assim como às Posturas Municipais, como também aos Forais¹⁰⁰. Um espaço para as tipologias documentais que nos abriram caminho e nos sustentaram a base, mas todas as existentes são fundamentais para o nosso estudo, para se compreender como a justiça e a administração eram geridas, por quem, as atividades diárias e cíclicas dos desempenhos camarários e, como o concelho era administrado a nível político, social, económico, moral, religioso e cultural, pelos governantes da sua época Moderna.

⁹⁶ *Portugaliae Monumenta Historica: A Saeculo Octavo post Christum Vsque Ad Quintumdecimum Ivssu Academiae Scientiarum Olisiponensis. Edita. Leges Et Consuetudines. Volumen 2.* Olisipone: Typis Academicis. (1868).

⁹⁷ BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha (1980) - *Santarém Medieval*. Lisboa: Faculdade de Ciências e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. p.229.

⁹⁸ RODRIGUES, Martinho Vicente (1997) - *Santarém no Tempo dos Filipes (1580-1640)*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 47. Vol. 1. ISBN 972-97066-5-4. *Apud* DIAS, Luís Fernandes de Carvalho (1962) - *Forais Manuelinos nos Reinos de Portugal e do Algarve*. Beja: ed. do autor. p. 10.; *Foral de D. Manuel doado a Santarém. 1506*. AHCMSTR.; COELHO, Maria Helena da Cruz (2007) - *Foral de D. Manuel I a Santarém*. Estudo, Transcrição e Glossário. *Fac-simile*.

⁹⁹ AHCMSTR - Livros de Treslados de correspondência *Registo de Cartas e Sentenças dos Senhores Reis 1594-1606; 1594-1623*.

¹⁰⁰ Ao Foral de Santarém (1331), de D. Afonso IV; de D. Manuel (1506) doado a Santarém, e de (1514) também de D. Manuel, doado a Alcanede e Pernes.

COSTUMES E FOROS DE SANTAREM

**Aqui sse começam os costumes e os vsos da uilla de santarem e de seus termhos
que non som todos na Carta. Conuem a ssaber**

Todo uezino de santarem que for penhorado ante deue seer chamado e ante entregado que responda. Item
ao que lhy demandarem ouir a demanda e pedir o prazo e o prazo é de terçer dia. E sse en ele quer leixar a
cousa que lhy demanda deueo a jurar e non auer terçer dia. E sse pedir depolo depolo (*sic*) terçer dia prazo
pera uogado na uilla deueo a auer de terçer dia. E sse o pedir pera Guymaraeens deueo a auer de tres ix dias e
pera fóra da uilla de dous ix dias e pera fóra do Reyno de tres ix dias.

Caualeyro non responderá sem alcayde

Nenhuu Caualeyro de Santarem non deue a responder sen seu alcayde.

Testemonio de sayom nem de porteyro non ualerá hu homens boons achar com que fronte

Testemunho de sayom do Moordomo non deue ualer sen homens boons nem o do seu porteyro ergo se non
achar homens boons.

Dos porteyros do Conçelho

Outrossy dos porteyros do Conçelho se chamarem alguem fóra da uilla ualer seu testemunho assy como de
suso dito. E se chamar na uila sem homens boos non ualer testemunho.

Se me alguem pormete mal e morte

Se o homem que my pormete mal e morte ante que aia tençom con ele e uem poys e mostra ferida assi-
naada aa justiça non no pode fazer cum ela se lho posso prouar.

Da molher que á preço de maas manhas

Nenhuma molher que aia preço de maas manhas non pode fazer cousa que stê sen mandado de seu ma-
rido.

Se o porteyro non chamar homens boons

Se o porteyro for penhorar deue chamar homens boos e non per sy se os achar. e se os non achar ualer
seu testemunho.

De uenda de tanto por tanto

De uenda de tanto por tanto ata ix dias deue aa hyr con os dinheiros ao Conçelho se a quiser.

Dos homens que peleiam como façam e como mostrem as feridas

Se o homem que peleiar cum outro e alguem deles teuer ferida asynaada deuea mostrar á justiça en esse
dia se for na villa e fazelo cum ela. E sse for de noyte hir en outro dia aa justiça e fazelo cum ela. E sse for fóra
da uila e teuer feridas asinaadas deue uiñr ata terçer dia mostralas aa justiça e fazelo cum elas se lhis al non

Figura 3 - Costumes e foros de Santarém. *Portugaliae Monumenta Historica*. fl. 18 Vol. 2.

No entanto, o Antigo Regime fazia-se refletir na organização administrativa de uma monarquia barroca absoluta e *ausente*, sem divisão de poderes. Era como se o poder fosse um bem divino, incorporado na pessoa escolhida por Deus, para ser rei e governar a Nação. Ora, todos os poderes se concentravam na figura real, ou seja, no monarca. Mas, com o avançar dos tempos, as políticas ideológicas, o pensamento de *Poder Divino*, foi substituído pelas ideias do Liberalismo, que se aproximava, lutando para a separação de todos os poderes. Ao longo de várias revoluções e insurreições, a administração da Nação foi ganhando corpo no sentido de se libertar de um despotismo, nacionalista.

Com a Revolução de 1820, o liberalismo, sentia a necessidade de reorganizar o território em áreas administrativas estruturadas e com alguma autonomia, o que veio a concretizar-se em 1832. Era administrado por governadores, corregedores e generais, que por ordens régias tomavam conta da Nação Portuguesa: da sociedade civil, política e da justiça local. Cada comarca possuía os seus juizes de primeira e de segunda instância (de fora ou ordinários), que também presidiam nas vereações municipais, ou por outras palavras, exerciam o cargo de presidentes de câmaras municipais. Devido às suas habilitações podiam acumular vários cargos em serviços distintos na administração territorial e local.

Do mesmo modo outras revoluções surgiram até chegarmos ao que se achava ideal, a Democracia: Liberdade, Fraternidade e Igualdade.

1.2 Os Forais da Vila

A nível da vila de Santarém, podemos recordar que recebeu o primeiro foral a 13 de novembro de 1095, encontrando-se o seu registo no *Livro Preto da Catedral de Coimbra, fólho 10*. O segundo Foral atribuído por D. Afonso Henriques, em Coimbra, em maio de 1179, encontra-se no maço 3 dos *Forais Antigos*, números 2 e 3, tendo sido confirmado em Santarém a 8 de abril de 1214 e a 12 de novembro de 1217¹⁰¹.

Mais tarde, recebeu o foral datado da *Era de César (1369)*, que descontando os anos de diferença para a *Era de Cristo*, dá-nos o ano de (1331) reinado de D. Afonso IV¹⁰².

¹⁰¹ RODRIGUES, Martinho Vicente (1997) - *Santarém no Tempo dos Filipes (1580-1640)*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 47. *apud* LIMA, Batista de (1939) - *Terras Portuguesas: Arquivo Histórico - Corografia Histórica Portuguesa*. Póvoa do Varzim: Tipografia Camões. p. 314.

¹⁰² SERRÃO, Joel [et al.] (1968) - Santarém: cortes de 1331. In *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais. p. 764-765. Vol. 3.; SOARES, Lina Maria Marques (2005) - *Foral Antigo de Santarém: edição crítica e estudo*. Lisboa: Colibri. p. 48. ISBN 972-772-558-9.

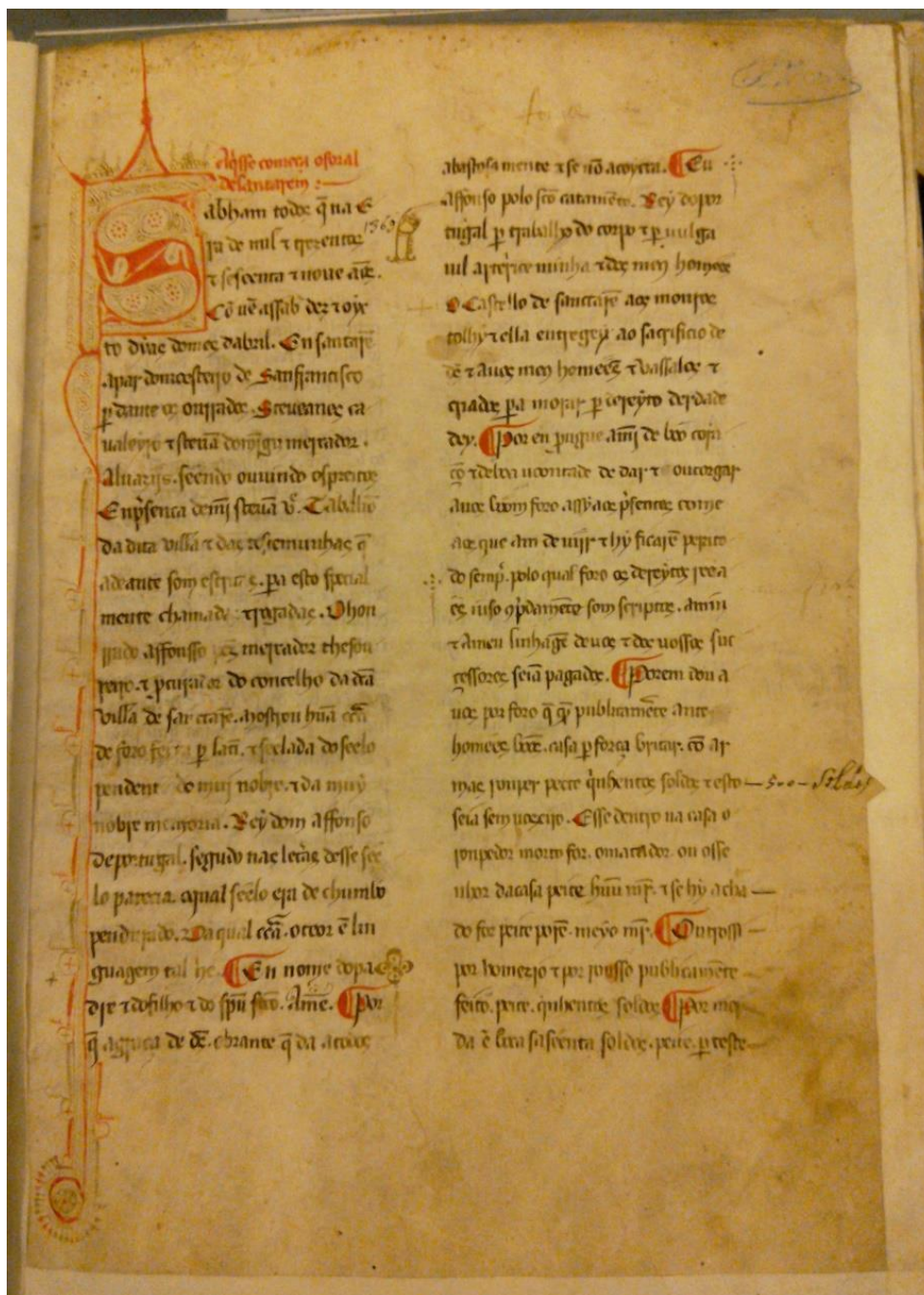


Figura 4 - Foral D. Afonso IV (1331), [doado a Santarém]. BF/BMS.

Na sequência da reforma dos forais, iniciada por D. João II e que veio a concluir-se no reinado de D. Manuel I, em 1506 a vila de Santarém recebeu o seu foral novo. Pela reforma foraleira, os chamados forais novos, devido aos antigos se encontrarem em latim, em escrita vernácula de difícil leitura e compreensão, eram utilizados na aplicação das taxas e multas desatualizadas. Assim, para uma boa administração, foram objeto de atualização.

É dentro deste contexto que as Posturas da Câmara da Vila de Santarém tinham um caráter de regulamentar a aplicação das medidas tomadas em câmara, para serem exercidas no Concelho¹⁰³ e seu termo. Consideradas como a *Constituição Municipal*, por elas se regiam os Concelhos quando os forais já se encontravam à muito desatualizados, assim como, pelas *Ordenações*¹⁰⁴. As *Posturas Municipais* careciam de atualizações, que eram realizadas por autorização régia através de *Provisão*¹⁰⁵.

¹⁰³ Deliberação Municipal escrita, que obrigava os munícipes ao cumprimento de determinadas deliberações. In FARIA, Maria Isabel e PARICÃO, Maria da Graça (2008) - *Dicionário do Livro: da escrita ao livro eletrónico*. Coimbra: Almedina. p. 988. ISBN 978-972-40-3499-7.

¹⁰⁴ Compilação de leis feita no regime monárquico. In FARIA, Maria Isabel e PARICÃO, Maria da Graça (2008) - *Dicionário do Livro: da escrita ao livro eletrónico*. Coimbra: Almedina. p. 897. ISBN 978-972-40-3499-7.

¹⁰⁵ *Os oficiais da camara desta Villa de Santarem provendo os Acordos e posturas desta camara tem obrigação, ordenação lhes manda em seu regimento, acharão muita que os servirão de anexar, Molestar o Povo Meudo, e pobres, posto que o Intento que se tem quando Se fizerão fosse por pareserem necessárias, Ao Governo da terra, o que há e que pertencia, e diversidade de tempos, tem mostrado o cotrario, e assim que por Serem muytos casos, e as que concordavão tinham diferentes [sic], que causa muy grande confussão no julgar das coymas; Asentarão e determinarão com oparecer das pessoas da governança e Regimento da Terra, e dos Vinte e Quatro, e acordos somente naquelles que mais Necessarias fossem pera se Governar a Republica as quais se fizessem muyto Succintas , e declaradas de modo que Nellas Não possa Renuncya aver duvidas, e são as Seguintes. In Posturas Novamente reformadas pelo Senado da Camara da muyto nobre, e sempre leal Villa de Santarem Para o governo económico, politico, e civil dos moradores da mesma Villa, e seu termo, por especial provisão del Rey D. João V. Nosso Senhor 1746.*

POSTURAS DE SANTARÉ

Novamente reformadas.

A *UNO DO NACIMÉ-*
to de Nosso Senhor Jesus Christo
de mil e sete centos e quarenta e cin-
co, aos vinte e dois dias do mez
de Dezembro do dito anno, nesta
Villa de Santarem, no Senado da
Camara della, onde estavam em vereacao o Dou-
tor Joam Antonio de Oliveira, Corregedor desta
dita Villa, e sua Comarca, e os Vereadores Joam Pa-
vares de Souza Gme, Francisco Xavier de Goes, e
Joze Bello Portana: o Procurador do Conselho
Manoel da Silva e Vasconcellos por impedimento de
Antonio Sanches de Azevedo: os Mestres Manoel
do Couto, e Joze Simões: e emplezença da mayor
parte

Figura 5 - Posturas da Câmara de Santarém, D. João V (1745) (AHCMSTR).

2. A Administração Municipal

A administração local no Antigo Regime era desenvolvida por elites locais¹⁰⁶, que detinham o poder e o acesso aos cargos de topo nas administrações existentes, assim como os mesmos eram ocupados por uma hierarquia entre os membros das famílias em funções. Por vezes não agiam em favor do desenvolvimento local, para não perderem oportunidades de carácter pessoal e de protagonismo no poder e na sociedade¹⁰⁷. As administrações camarárias divergiam entre os vários concelhos, ou seja, não eram homogéneas. Os municípios portugueses foram participantes numa metodologia régia de incorporação das câmaras numa organização política e social ao dispor de um poder absoluto na Idade Moderna¹⁰⁸. Conhecido por um absolutismo de influência iluminista e, que “controlava” o equilíbrio dos poderes senhoriais¹⁰⁹, ou seja, *deviam ser escolhidos homens de boa consciência e, naturalmente com alguns haveres, para governarem os concelhos, em mandado anual, que não podia ser renovado nos dois anos imediatos*¹¹⁰. Romero Magalhães refere, ainda, que para além da administração e da justiça, as funções atribuídas pelas *Ordenações*¹¹¹ aos concelhos são as de bem administrarem as terras, no campo

¹⁰⁶ OLIVEIRA, César [et al.] (1996) - *História dos Municípios e do Poder Local: dos Finais da Idade Média à União Europeia*. Portugal: Círculo de Leitores. p. 130. ISBN 972-42-1300-5; COELHO, Maria Helena da Cruz e, MAGALHÃES, Joaquim Romero (2008) - *O Poder Concelhio: Das Origens às Cortes Constituintes*. Coimbra: CEFA Centro de estudos e formação autárquica. 2.ª ed. p. 55-68. ISBN 978-972-8809-28-7.

¹⁰⁷ COELHO, Maria Helena da Cruz e, MAGALHÃES, Joaquim Romero (2008) - *O Poder Concelhio: Das Origens às Cortes Constituintes*. Coimbra: CEFA Centro de estudos e formação autárquica. 2.ª ed. p. 68. ISBN 978-972-8809-28-7.

¹⁰⁸ CAPELA, José Viriato (1997) - *Política de Corregedores: a actuação dos corregedores nos municípios minhotos no apogeu e crise do Antigo Regime (1750-1834)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais - Centro de Ciências Históricas e Sociais e Mestrado de História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea da Universidade do Minho.

¹⁰⁹ MAGALHÃES, Joaquim Romero (1997) - Os Concelhos. In *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa. p. 161-168. Vol. 3. ISBN 972-33-1334-0.

¹¹⁰ IDEM - *Ibidem*. p. 162.

¹¹¹ SERRÃO, Joel (Dir.), [et al.] (1968) - *Dicionário da História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais. p. 205. Vol. 3. Cf. *Palavra que no seu conceito amplo de sinónima de Leis, foi*

económico. Defende, também, que esta ideia não era propriamente sinónimo de perda de autonomia do poder local.

O absolutismo régio desenvolveu-se e, adaptou-se de forma um pouco limitada ao meio, devido às influências das ideias iluministas do século XVIII, desenvolvendo novos modelos de políticas e novas doutrinas jurídicas¹¹².

Por outro lado, o monarca não tinha confiança nos donatários, governadores, pelo que tentava manter o equilíbrio, ao averiguar abusos e corrigi-los. *É grande obrigação dos príncipes cristãos fazer administrar inteira e igual justiça a seus vassallos e não permitir que os ricos e poderosos avexem e oprimam os fracos e proves*¹¹³. A paz era imprescindível na conservação do poder absoluto do monarca.

Santarém, a nível político e administrativo possuía o estatuto de vila¹¹⁴ e já então tinha um número considerável de vizinhos (4.755, que equivalia

tradicionalmente adaptada num duplo sentido: ora significa ordens, decisões ou normas jurídicas avulsas de carater regimental; ora significando as colectâneas que dos mesmos preceitos se elaboraram, ao longo da história do direito português.

¹¹² HESPANHA, António Manuel (1984) - *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. p. 251-306. Dep. Leg. 7293/84.

¹¹³ MAGALHÃES, Joaquim Romero, *apud* Vereações de Velas (1984, 290). (1997) - Os Concelhos. In *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa. p. 163. Vol. 3. ISBN 972-33-1334-0.

¹¹⁴ OLIVEIRA, António de (1975) - A População das Comarcas de Leiria e Santarém em 1537. In *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: FLUC. 1975. Vol. 15, p. 260. *Pelos respeitos de uma remota antiguidade; pelas memórias de passadas grandezas, e preeminências; pelo interesse de importantes factos históricos pelo grande número de monumentos de arte, de história; pela importância militar da situação; por muitas e variadas belezas naturais; e, enfim, pelos numerosos filhos dados à pátria, distintos nas armas, nas letras, e nas virtudes cristãs e cívicas, avanta-se Santarém a quase todas as povoações do reino.* Cf. RODRIGUES, Martinho Vicente (1997) - *Santarém no Tempo dos Filipes (1580-1640)*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 46. Vol. 1. ISBN 972-97066-5-4.

aproximadamente entre 16.600 a 19 mil habitantes¹¹⁵), em 1527¹¹⁶. Foi detentora de Paços Reais e teve a permanência de vários monarcas. Para além de outros, D. João II teve estalagem na Ribeira, local da tragédia de seu filho D. Afonso. Também as cortes foram convocadas e realizadas por diversos monarcas em Santarém, sendo convocadas as últimas no reinado de D. João II, em 1483¹¹⁷.

O poder encontra-se localizado entre várias atribuições, baseadas em leis privadas dos vários grupos sociais, na Idade Moderna. Segundo António Manuel Hespanha, a monarquia corporativa é caracterizada por seu pluralismo político e por uma administração passiva e que conserva os direitos adquiridos¹¹⁸.

Na descrição do Padre Inácio da Piedade de Vasconcelos, de 1740, sobre o Senado da Câmara de Santarém, é bem possível que, no início da modernidade escalabitana, as casas do Senado tivessem permanecido no mesmo local. Antecipando-se a possibilidade de melhor informação, sugerimos o Padre Inácio da Piedade de Vasconcelos:

Na Praça desta villa, existem as cazas do Senado da Camera, com huma vistosa galeria de janelas de sacada com grades de ferro, no ultimo andar de cima, par onde se sobe da grande salla em que o Juiz de Fora

¹¹⁵ RODRIGUES, Martinho Vicente (1997) - *Santarém no Tempo dos Filipes (1580-1640)*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 45. Vol. 1. ISBN 972-97066-5-4.; Cf. *Foral D. Manuel I, a Santarém (1506)*. fl. 41v e 46v.; *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de (1870). Rio de Janeiro. Livro 1. Título LXVI. p. 144-153.

¹¹⁶ O Foral de D. Manuel I, a Santarém de (1506) define as condições estabelecidas para adquirirem a condição de vizinho, em capítulo próprio: *Titulo em quemodo, eemque tempo sefaz alguû Vezinho perapoder gouuir do priuilegio da Vizinhamça*. fl. 41v - 46v. In COELHO, Maria Helena da Cruz (2007) - *Foral de D. Manuel I a Santarém: Estudo, transcrição e glossário*. p. 188-196. *Fac-simile*. ISBN 978-972-8491-33-8.

¹¹⁷ RODRIGUES, Martinho Vicente (1997) - *Santarém no Tempo dos Filipes (1580-1640)*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 46-47. Vol. 1. ISBN 972-97066-5-4.; Cf. SERRÃO, Joel [et al.] (1968) - *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais. p. 764-765. Vol. 3.; SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1959) - *Santarém História e Arte*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 30.

¹¹⁸ HESPANHA, António Manuel (1994) - *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político - Portugal séc. XVII*. Coimbra: Almedina. p. 527. ISBN 972-40-0782-0.

faz a sua audiencia, tem três formozas cazas, cuja sahida faz huma bem lançada esacda de pedraria lavrada; a primeira he a salla onde estão os porteiros, e pagens, na segunda està a meza dos Senadores, e a hi tem huma bem armada Capella de Nossa Senhora, onde se diz Missa todos os dias em que hà despacho, e logo mais para dentro està huma grande caza, na qual existe um cartório, ou Archivo onde se depositão todas as cousas pertencentes a esta Villa assim as antigas, como modernas¹¹⁹.

Informação partilhada por Martinho Vicente Rodrigues sobre a composição do Senado e da administração municipal¹²⁰.

De outras informações sobre a vila de Santarém nos dá conta o Padre Inácio da Piedade de Vasconcelos:

He esta antiquissima, e grandiosa Villa de Santarem da Coroa; teve antigamente Relação, a qual existia por cima da Porta de Manços, que no tempo do Senhor Rey D. João o primeiro, se tresludou para a Corte, e Cidade de Lisboa no ano de 1386. Foy Corte muitos annos, dos nossos reys passados, e lhe derão muitos. E grandes privilégios. Tem voto, e assento em Cortes, no primeiro banco, e varias vezes nella, as celebrarão os Reys seguintes, que forão Dom João o primeiro no anno de 1374, e D. Duarte seu filho no anno de 1433. D. João o segundo sendo principe, e Governador deste Reyno, pela auzencia delRey D. Affonso quinto seu pay, tambem ali fes Cortes no anno de 1477.

Tem honroso Senado da Camara, onde assistem três Vereadores, hum Procurador do Conselho, dous Misteres, hum Alferes, que tem no mesmo Senado cadeira de espaldas, cujo lugar occupa, quando nas procissoens leva o estandarte, he Chanceler que tem o sello, mas não uza delle por se utilizarem os Ministros, pondo nas sentenças, valha sem Sello ex causa, não havendo alguma que tire esta regalia.

¹¹⁹ VASCONCELOS, Pe. Inácio da Piedade de, (1740) - *História de Santarém Edificada: que dá Noticia da sua Fundação, e das couzas mais notáveis nella sucedidas*. Livro 2: Capitulo 1. Lisboa Occidental. fl. 250-251.; PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme (1912) - In *Dicionário Histórico, Corográfico, Bibliográfico, Heráldico, Numismático e Artístico*. Lisboa: João Romano Torres & C.^a. p. 611.

¹²⁰ RODRIGUES, Martinho Vicente (1997) - *Santarém no Tempo dos Filipes (1580-1640)*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 122. Vol. 1. ISBN 972-97066-5-4.

*Tem hum escrivão/ da Camera, hum Thesoureiro, hum Sindico, dous Almotaçes com seus Escrivães, hum da/ repartição do Bairro de Marvilla, e outro da Ri/beira, Hum Agente, hum Pagem, e hum Por/teiro das Chaves: Caza de Vinte e quatro, com/ Juiz do Povo, e Escrivão, e hum Almotacé da Limpeza*¹²¹.

Estas atividades desempenhadas pela câmara e outras instituições ajudam-nos a compreender a forma como era administrada a vila nesta época. As notícias deixadas por Inácio da Piedade de Vasconcelos são confirmadas na documentação produzida pelos próprios serviços da administração municipal, nos livros de Atas das Vereações e outros como nos registos gerais, na recolha de impostos ou nos livros de notas do senado. Registos semelhantes nos deixou o Padre Luiz Montez Matozo¹²².

Na descrição do padre Inácio de Vasconcelos, no piso debaixo das Casa da Câmara, funcionava a Casa dos Contos com tribunal e provedor das Lezírias. No piso inferior a esta casa funcionava ainda a Cadeia dos presos, duas para homens e uma para mulheres com grades de muita fortaleza e com um carcereiro que tinha a responsabilidade de dar relação de todos os prisioneiros. *Avizinhas* às cadeias estavam instalados açougues de carne e peixe e no centro as escadas que subiam para dar acesso à praça para as Casa do Senado. Na mesma instituição funcionava a casa dos Almotacés que, em dias determinados, faziam as suas audiências. Defronte à mesma praça, estava o Aljube, em que

¹²¹ VASCONCELOS, Pe. Inácio da Piedade de (1740) - *História de Santarém Edificada: que dá Noticia da sua Fundação, e das couzas mais notáveis nella sucedidas*. Livro 2: Capitulo 1. Lisboa Occidental. fl. 250-251.

¹²² RODRIGUES, Martinho Vicente (2011) - *Santarem Ilustrada: Transcrição do texto e estudo introdutório*. Santarém: Junta de Freguesia de Marvila. Cap. 5. p.105-114. ISBN 978-989-20-2621-3. Manuscrito do Padre MATOZO, Luiz Montez (1738) - *Santarem Ilustrada*. Évora: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora.

se colocam os presos pertencentes aos eclesiásticos, e por cima as instalações do vigário geral onde praticava as suas audiências¹²³.

É extensa a lista das atividades e instituições que o mesmo eclesiástico nos proporcionou e que nós iremos transcrever:

Tem esta villa hum desembargador Juiz do Tombo das terras da Coroa, e hum procurador da mesma Coroa Real, que ambos são Ministros de béca¹²⁴, com seu Escrivão. Tem Provedor da Comarca com hum Escrivão, e Meirinho, Comtador, e Enqueredor e além das Villas desta Comarca entra em correição na Villa de Torres Novas, e seu termo, que he do Duque de Aveiro. Na Villa de Muje que he do Duque do Cadaval, e na villa de Coruche.

Tem Juiz de Fóra com alçada, e dez Escrivaens do cível, e do crime, hum Destribuidor, e cinco Enqueridores, dous Alcaides, que nomea o Alcaaide Mór desta Villa, e os confira o Senado da Camera, dous Escrivaens das Armas, hum das Execuções, com seu ajudante, Sinco Tabelioes, dous Escrivaens das cizas, hum da repartição de Marvilla, outro da Ribeira hum do Real d'agoa, e hum fiel das Apellaçoens. Tem Juiz de Fóra dos Orfãos com alçada, o qual tem quatro escrivaens do juizo, Provedor das Lizirias, com dous escrivaens, hum das lizirias e outro das jugadas, tem quatro Almoхарifes tem hum medidor geral de todos os celleiros para, pagamento das tenças, e ordinárias que deste Almoхарifado se pagão.

Almoхарife das Cizas com seu Escrivão, e dous Thesoureiros.

Hum almotacé da Portagem, que he da Casa do Infantado com três escrivaens hum nesta Villa, outro em Porto de Muje, e na Villa da Gollegã.

Hum Almoхарife dos Quintos, Reguengo da Tojosa, e Jugadas de Cazevel com dous escrivaens.

Provedor e Guarda mór da saúde, com seu Escrivão e Meirinho.

Juiz das Imposições, e Aposentadorias com dous Escrivaens e hum Porteiro.

¹²³ VASCONCELOS, Pe. Inácio da Piedade de (1740) - *História de Santarém Edificada: que dá Noticia da sua Fundação, e das couzas mais notáveis nella sucedidas*. Livro 2: Capitulo 1. Lisboa Occidental. fl. 250-251.

¹²⁴ Capas.

He desta Villa de Santarem Alcaide Mór o Conde de Assumar, onde tem seu Mordomo; e quando o dito Alcaide mor assiste nesta Villa he Capitão mór della.

Tem Sargento mór da Comarca, com hum ajudante, e manda trinta e duas companhias, sete dentro da Villa, e vinte cinco pela Comarca.

Tem Mestre de Campo dos Auxiliares, com seu Sargento mór, e Ajudante, cujo domínio tem dez Companhias.

Há nesta Villa Mamposteiro mór dos Cativos, com Escrivão, e Procurador.

Há também Juiz das Coutadas, Matas, e Montarias da Repartição desta Villa, com seu Escrivão e Meirinho.

Monteiro Mor com vinte e quaatro Monteiros da guarda, e repartição do Sul, e Seis Monteiros da guarda das Matas da banda do Norte.

Dous Superintendentes das Coudelarias, hum da repartição da Serra, outro do Campo, e cada hum deles com seu Escrivão.

He esta Villa Cabeça de Comarca, tem hum Corregedor com alçada, dous Escrivaens do juizo, hum Meirinho, Destribuidor, Contador, Enqueredor, e hum Fiel das Apellaçoens.

Tem hum Vigario Geral com jurisdição, tanto no temporal como no espiritual, Juiz dos Residuos [Registos?], e Cazamentos, tem Chanceler, e Promotor, Hum Escrivão da Camera, quatro Escrivaens do Juizo, hum Meirinho geral, Destribuidor, Contador, hum Meirinho geral, Escrivão dos depósitos, e causas matrimoniais, Thesoureiro dos depósitos, Chancellaria, e Solocitador ¹²⁵.

¹²⁵ VASCONCELOS, Pe. Inácio da Piedade de (1740) - *História de Santarém Edificada: que dá Noticia da sua Fundação, e das couzas mais notáveis nella sucedidas*. Livro 2: Capitulo 1. Lisboa Occidental. fl. 252-253.

2.1 Eleições Camarárias

As eleições camarárias eram regulamentadas pelas *Ordenações Afonsinas*, de *D. Duarte*, *Manuelinas* e *Filipinas*, assim como pelas *Leis Extravagantes*. As eleições dos vereadores, juizes e procuradores, almotacés, eram indiretas e tomavam diversas exposições para que fossem seleccionadas as pessoas que manifestassem riqueza e com capacidade de zelar pelo bem comum¹²⁶. Os vereadores eram eleitos por três anos¹²⁷.

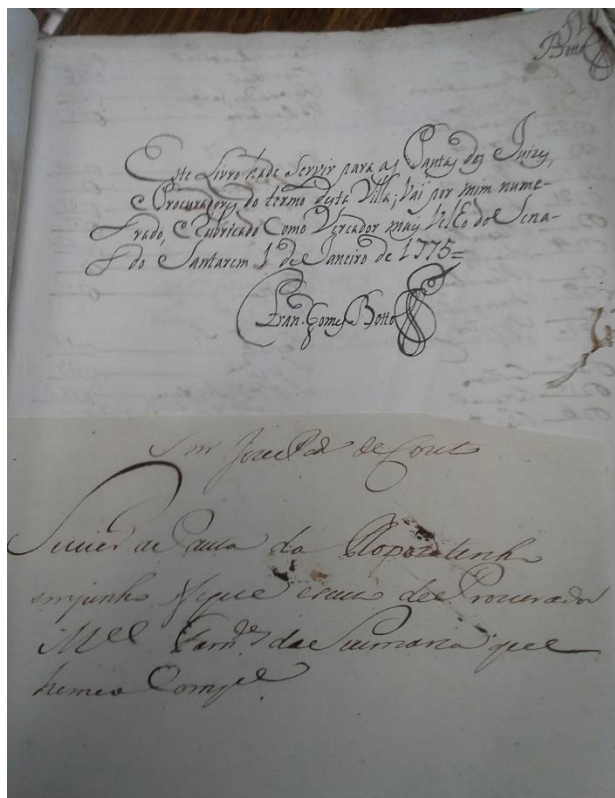


Figura 6 - Pautas dos Juizes e Procuradores (1775) (AHCMSTR).

¹²⁶ *Ordenações Filipinas*. (1985). Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. Ed. *Fac-simile*. Liv. 1. T. 66. *Dos vereadores*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Ed. Anastática. p. 143-144; *Collecção da Legislação Antiga e Moderna do Reino de Portugal*. Parte I. da legislação antiga. Por Sua Magestade de 2 de Setembro de 1786. In *Ordenações Manuelinas*. Liv. 1. T. 44. p. 286 - 313 e T. 45. p. 314 - 334. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Nota de Apresentação de COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1984); HESPANHA, António Manuel (1984) - *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Cap. XIV. Administração Pública. p. 361 e 362.

¹²⁷ MAGALHÃES, Joaquim Romero (1997) - Processo eleitoral. In *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa. p. 167-168. Vol. 3. ISBN 972-33-1334-0.

Na vila em que fosse necessário realizar eleições, o corregedor da comarca selecionava três homens de mais idade, nobres, de boa estirpe, zelosos pelo bem público, de nível económico elevado, naturais da terra e que já tivessem pertencido à governança, filhos, netos ou sobrinhos de quem já tivesse estado no poder. *Homens nobres da governança*¹²⁸, mesmo que não fossem naturais da terra, os seus parentescos e não prejudicassem o bom funcionamento de atividades no correto exercício das suas funções locais¹²⁹, em que a imparcialidade era imprescindível. Eram elaborados cadernos com a identificação dos indivíduos selecionados para poderem votar e serem votados (os elegíveis) e feito o registo de todas as localidades a que pertenciam os recenseados. O corregedor convocaria depois em câmara os nobres que lhe parecessem com melhor perfil para o desempenho do cargo. Outro caderno era elaborado com os dados dos selecionados para vereadores, juizes e procuradores, em que eram escolhidos seis elementos. Os cargos eram atribuídos em câmara, segundo *Resolução Régia de 20 de Novembro de 1717 e outros alvarás e provisões que se mandou observar em 7 de Fevereiro de 1720*¹³⁰. Em Évora só podiam servir como vereadores os filhos e netos de vereadores ou fidalgos registados nos livros da Casa Real¹³¹.

A Administração local, à semelhança da administração na capital, era subentendida pelas ordens soberanas, com valores diferentes e certamente inferiores, também tinham limites estabelecidos nos vencimentos e formas de

¹²⁸ MAGALHÃES, Joaquim Romero (1997) - Processo eleitoral. In *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa. p. 167-168. Vol. 3. ISBN 972-33-1334-0.

¹²⁹ HESPANHA, António Manuel (1984) - *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Cap. XIV. Administração Pública. p. 361-362.

¹³⁰ IDEM - *Ibidem*. p. 362.

¹³¹ IDEM - *Ibidem*. p. 362.; FONSECA, Teresa (2002) - *Absolutismo e Municipalismo Évora 1750-1820*. p. 111-123 e 166, nota 158. Lisboa: Colibri. ISBN 972-772-349-7.

pagamento, similarmente em géneros e em moeda¹³². A escolha de elementos da aristocracia e da burguesia para magistrados municipais era baseada num sistema de cooptação¹³³, ou seja, as pautas eram enviadas à confirmação régia e eram constituídas por toda a administração, sendo o Desembargo do Paço que determinava a escolha dos nobres locais¹³⁴, havendo sempre favoritismo sobre alguma personalidade influente.

Na vila de Santarém, eram elaboradas as pautas dos elegíveis, aptos a serem escolhidos dentro das normas estabelecidas pelas *Ordenações*: terem o registo de idoneidade de exemplares cidadãos, sem registo de conflitos na sociedade, serem possuidores de bens económicos para afiançarem o lugar ocupado, pertencerem ao núcleo dos homens bons da terra, da nobreza, da governança, por outras palavras, serem da elite local e já terem praticado o exercício do poder, para desempenharem o novo cargo de juizes, vereadores ou procuradores, mesmo que não possuíssem instrução necessária para o seu desempenho. Os livros de pautas eram assinados pelo desembargador servindo de corregedor, pelo vereador mais velho ou procurador¹³⁵. São feitas novas pautas e seguem ao conhecimento do monarca, através do Desembargo do Paço, o qual dá ordem por escrito (carta régia)¹³⁶, para que os elegíveis tomassem posse na câmara. Por vezes, essas ordens tardavam a chegar ou não chegavam mesmo, o que causava transtorno para os eleitos tomarem os seus lugares oficiais. Os seleccionados representavam as diversas localidades, freguesias e anexas da vila e seu termo, perante a câmara e a comarca, na administração

¹³² AHCMSTR - *Livro de Receita e despesa da Câmara Municipal de Santarém*. (1592). fl. 103. Câmara Municipal de Santarém/Arquivo Histórico Municipal de Santarém.

¹³³ Eram admitidos sem as exigidas formalidades da praxe, facultando o favoritismo.

¹³⁴ RODRIGUES, Martinho Vicente (1997) - *Santarém no Tempo dos Filipes (1580-1640)*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. Vol. 1, p. 124. ISBN 972-97066-5-4.

¹³⁵ Assinado e rubricado pelo vereador Manuel Tavares Jordam (Jordão). Eram escolhidos seis juizes e três procuradores em localidades e vilas de maior extensão, como por exemplo em Rio Maior e, nas de dimensões mais reduzidas, como por exemplo em Alcanhões eram seleccionados três juizes e três procuradores. AHCMSTR - *Livro de Pautas do termo de Santarem do anno de 1763*. fl. 9 e 29.

¹³⁶ FONSECA, Teresa (2002) - *Absolutismo e Municipalismo: Évora 1750-1820*. Lisboa: Colibri. p. 111. ISBN 972-772-349-7.

local, como na justiça. Na vila de Santarém, eram propostos três vereadores, um procurador, um alferes e um mester¹³⁷.

Os juizes na administração municipal, eram coadjuvados por vereadores, no reinado de D. Afonso IV¹³⁸. As *Ordenações Afonsinas*, no século XV, regulamentaram de forma geral a administração local. No livro I, encontram-se *os regimentos dos corregedores, juizes ordinários e de fora, dos vereadores, almotacés, procurador do concelho* e outros oficiais¹³⁹. O senado, por sua vez, era apoiado pelo serviço de escrituração do escrivão, que tudo fazia registrar e tresladar para as Atas ou para os livros de Registo Geral, entre outros assentamentos efetuados, em diversos serviços.

A eleição dos almotacés realizava-se de três em três meses para a vila e seu termo¹⁴⁰. Para a escolha dos avaliadores dos bens rústicos, urbanos e maneios, eram realizadas eleições anualmente e eram formados grupos de nove pessoas para as várias localidades do termo¹⁴¹. Estas não careciam do consentimento régio, eram realizadas internamente no município. O mesmo acontecia com a eleição dos mestres, com a reunião dos oficiais do senado e dos Vinte e Quatro. Para outros ofícios mecânicos, processava-se de igual modo.

¹³⁷ RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 319. ISBN 972-8491-26-3.

¹³⁸ CAETANO, Marcello (1994) - *Estudos de História da Administração Pública Portuguesa*. Org. e Prefácio de AMARAL, Diogo Freitas do. Coimbra: Coimbra Editora. p.328. ISBN 972-0644-7.

¹³⁹ IDEM - *Ibidem*. p.330.

¹⁴⁰ AHCMSTR - *Livro de Actas da Camara de Santarem*. (1742-1755). fl.178.

¹⁴¹ AHCMSTR - Vereação de 9 de Março de 1786. In *Livro de Actas da Camara Municipal de Santarem*. (1783-1788). fl.118v.-122v.

2.2 A Vereação

Os vereadores tinham como função atuarem em favor da terra, da instituição e dos habitantes do concelho, principalmente da Câmara. As suas atividades estão definidas nas Ordenações Filipinas¹⁴²:

Aos Vereadores pertence ter carregos de todo o regimento da terra e das obras do Concelho, e de tudo o que poderem saber, e entender porque a terra e os moradores della possam bem viver, e nisto hão de trabalhar. E se souberem que se fazem na terra malfeitorias, ou que não he guardada pela justiça, como deve, requererão os juizes, que olhem por isso. E se o fazer não quizerem, façam-o saber ao Corregedor da Comarca (1), ou a Nós.

De acordo com esta regra, as sessões da vereação realizavam-se às quartas feiras e sábados¹⁴³. No caso das sessões do senado da Câmara de Santarém, podemos confirmar que se realizavam em grande maioria aos sábados, mas as sessões, na verdade, passaram por todos os dias úteis da semana, de segunda a sábado. Encontramos os assentos das sessões nos diversos dias e, em muitas situações, dias seguidos, para discutirem sobre os assuntos da governança e da administração local, para o bem do concelho, obedecendo às normas estabelecidas pelo poder central. Podemos confirmar também, que num elevado número das sessões de vereação apenas existem os termos de abertura e encerramento da sessão, que nada referem sobre os assuntos levados à reunião. Na maioria das situações, reagiam de forma sigilosa, por outras palavras, discreta, sobre os assuntos tratados, de certa forma manifestando o

¹⁴² *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de. (1870). Rio de Janeiro. Livro 1. Título 66. p. 144-153. (1): *Vereadores i. e., os membros da Camara, Curia ou Assembléa do Municipio, que o representão, e administração as rendas. Essa corporação tambem se chamava Communa, Conselho de Mesa da Vereação Reg. de 30 de Julho de 1591. A palavra Vereador vem, (...) em seu dicionario, do verbo verear, contração de verificar, vigiar sobre a boa policia da terra, reger, e cuidar do bem publico.*

¹⁴³ *Ordenações Filipinas*. Nota de apres. COSTA, Mário Júlio de Almeida (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de. (1870). Rio de Janeiro. Livro 1. Título 66. p. 145.

seu poder relativo a determinados assuntos, a fim de os poderem colocar em prática ou simplesmente discuti-los¹⁴⁴.

Os vereadores eram obrigados a estarem presentes nas sessões de vereação, mas ocorriam circunstâncias que os impediam de estar presentes por doença ou negócio, sendo apresentada justificação em tempo devido, caso contrário pagariam cem réis de multa. Avulta que, em alguns locais, se faziam um maior número de reuniões, conforme o costume¹⁴⁵.

Deveriam os mesmos oficiais recolher dados e requererem informações acerca de todos os bens do concelho, desde casas, herdades e foros e se, em situação de não serem bem aproveitados e utilizados, deveriam ordenar a fazê-lo. Ao iniciarem o serviço como vereadores, deveriam tomar conta aos procuradores e tesoureiros do concelho em exercício no ano anterior e mesmo outros anos precedentes. Ainda, se necessário, mandarem executar os bens dos mesmos. Contas que tinham de ser executadas nos dois meses de exercício, sob pena de pagarem para os cativos outro tanto, quando deixassem de executar o exercício¹⁴⁶.

Os vereadores¹⁴⁷ e os juízes despachavam em câmara sem apelação, no que respeita aos feitos de injúrias verbais, de furtos pequenos e de almotaçaria, que lhes pertence o conhecimento, segundo a declaração feita nas *Ordenações Filipinas, titulo 65. Dos Juizes Ordinários (1)*¹⁴⁸. Era da responsabilidade destes

¹⁴⁴ AHCMSTR - *Livro de Actas de (1680-1692)*. Ata de 11 de setembro de 1686. fl. 313: *Juiz de fora, Francisco de Almeida e Brito; Vereadores, Luis de Alvarenga Figueira, Francisco Rebelo Cerveira, António de Oliveira Ceuta; Mester, Luis Salgado e o Escrivão, Manuel Coelho Vasques*. Neste livro, são imensas as situações similares.

¹⁴⁵ *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de (1870). Rio de Janeiro. Livro 1. Título 66. p. 145.

¹⁴⁶ *IDEM - Ibidem*. p. 144-153.

¹⁴⁷ A nomeação de vereadores e procuradores localiza-se com relativa facilidade nas respetivas Sessões de Vereações. Na Vereação de 13 de abril de 1803, encontramos a pauta dos oficiais da Câmara. In *Livro de Actas da Camara Municipal de Santarém. (1800-1804)*. fl. 170-170v. AHCMSTR.

¹⁴⁸ *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de (1870). Rio de Janeiro. Livro 1. Título 66. p. 145.

oficiais mandar verificar, quem por diversos motivos prejudicasse a Câmara em relação à medição das terras, mudando as marcas das extremas em seu favor, alargando as suas propriedades; lançar em pregão as arrematações em diversos ramos, ou seja, de foros, carnes, ramo do verde (fazendas de pasto para gado); do real de água, das terças, dos quintos, das décimas e outros impostos; procederem aos contratos e recebimento das fianças; lançarem os arranjos das pontes, fontes e calçadas, ou por outras palavras, arranjo e construção de novas vias de comunicação terrestres e abastecimento de água, para o povo e animais. Eram extensas as responsabilidades e atividades dos vereadores perante o concelho e o seu povo, ou seja, na sociedade envolvente. O acesso aos bens de primeira necessidade e ao tabelamento dos preços, tudo registado e cumprido mediante as normas ditadas em *Posturas* municipais, elaboradas e atualizadas pelos próprios e *costumes*, eram também da sua jurisdição; como a guarda da informação imprescindível para a Câmara, entre elas os forais, os tombos, as escrituras, os privilégios entre outra documentação de relevo; colocarem em execução planos e ordens régias, no plantio das árvores, como por exemplo o plantio de *Amoreiras*¹⁴⁹, e os privilégios concedidos para quem quisesse investir na produção dos bichos da seda para o desenvolvimento da *real fábrica de fiação da seda*, ou a plantação dos *Linhos Cânhamos*¹⁵⁰, entre outras indústrias, como a do sabão ou, ainda, os privilégios para a produção e vendas das Cartas de Jogar, ou estanqueiros¹⁵¹.

Não tinham o poder de perdoar coimas ou isentar dívidas ou outras penalizações a favor ou contra os cofres do município; ou, ainda, de utilizar

¹⁴⁹ *Registo do Plano aprovado por sua Alteza Real para a criação do Bicho da Seda*. In *Livro de Registo Geral*. (1807). fl. 58. A Real Fábrica das Sedas foi fundada por D. João V (1706-1750), no Largo do Rato em Lisboa; D. João VI (1816-1826), em 1807 concedeu privilégios aos que estiveram interessados na plantação de Amoreiras e na criação do Bicho da Seda e no processo de fiação dos casulos, como forma de puderem garantir o aumento da produção nacional da seda e de certo modo satisfazer os luxos da monarquia e das elites cortesãs.

¹⁵⁰ RODRIGUES, Martinho Vicente (1997) - A Feitoria dos «Linhos Cânhamos» e «Enxárceas» In *Santarém no Tempo dos Filipes (1580-1640)*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. Vol. 1. Capítulo 8. p. 253-278. ISBN 972-97066-5-4.

¹⁵¹ AHCMSTR - *Livro de Registo Geral (1805)*. fl. 58. Privilégio e Alvará da Fábrica de Cartas de Jogar.

verbas públicas; não lhes era permitido exercerem atividade deliberativa fora das sessões camarárias; os aforamentos só podiam ser executados através de pregões.

Os vereadores (a Câmara) possuíam o poder de dar posse e juramento a vários funcionários em nome do monarca, ao porteiro, ao almotacé de limpeza, aos homens de recolha dos registos de arrobação das carnes e do peixe; ao síndico, ao cirurgião, ao sangrador, às parteiras, ao boticário, ao escrivão, ao escrivão da almotaçaria, ao tesoureiro, às padeiras, aos lançadores das diversas arrematações (marchantaria, recebedores dos impostos) e a todos os oficiais dos ofícios mecânicos entre muitos outros ligados ao exercício de atividades desempenhadas para o bom funcionamento e desenvolvimento local. Temos, como exemplo, os avaliadores dos prédios rústicos, *urbanos e de meneio* das diversas localidades do termo, inclusive nas diversas freguesias da vila¹⁵².

Esta atividade de vereador coincidia muito com outras atividades, como a de juiz de fora, de procurador. Quase sempre rotativos os diversos cargos, um oficial podia ser escrivão e, ao mesmo tempo, tabelião (acumulação de funções), ou tesoureiro e vice-versa. Situação frequentemente encontrada nos livros de recolha dos diversos impostos, no arquivo em estudo.

Na Idade Moderna, embora a escassez de informação, não era totalmente desconhecido o método da distribuição das atribuições municipais, que estão estabelecidas nas *Ordenações* e em *Regimentos Municipais*¹⁵³. Eram eleitos em grupo de três, com o procurador do Concelho e o Alferes, em pautas anuais e encaminhada para o Desembargo do Paço.

A pauta apresentava os três selecionados, mas na prática e na grande maioria das reuniões, era implicitamente aceite a presença apenas de dois, que recebiam o reconhecimento implícito, pelo Desembargo do Paço. São vastos os exemplos de tais situações, na sessão de Câmara de 27 de Março de 1679, o juiz de fora abriu a sessão com a leitura da uma carta do Desembargo do Paço, que referia a situação de não existir quórum no Senado, porque:

¹⁵² AHCMSTR - Vereação de 27 de Abril de 1776. fl. 227-230. In *Livro de Actas da Camara de Santarem. (1766-1788)*.

¹⁵³ FONSECA, Teresa (2002) - *Absolutismo e Municipalismo Évora 1750-1820*. Lisboa: Colibri. p. 165. ISBN 972-772-349-7.

*sendo nomeados por vereadores dessa villa este prezente ano Vasco Sodre da Guama he Manoel de Castanheda de Vasconcellos e Francisco Homem da Costa, somente tomara juramento Vasco Sodre da Guama em rezam de Francisco Homem estar prezo he Manoel de Castanheda de Vasconcellos andar auzente he o mais que sobre isso dizeis ei por bem que em lugar de Francisco Homem da Costa Castelo sirva de vereador este anno Agostinho Soares de Aragam ao qual dareis juramento na forma costumada*¹⁵⁴.

O exercício do cargo de vereador tinham a duração de três anos, com início na sessão de abertura da pauta e terminava na próxima abertura da nova pauta com novos sucessores¹⁵⁵.

¹⁵⁴ AHCMSTR - Livro de Actas da Camara de Santarem de (1673-1680). fl. 355v.

¹⁵⁵ *Ordenações Filipinas*. Nota de apres. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de (1870). Rio de Janeiro. Livro 1. Titulo 67. p. 153-156.; Titulo 96. p.233-234.: *Dos que vendem ou (2), ou renunciam os Officios sem licença del-Rei (3), ou stando doentes, ou tendo nelles feito algum erro. Mandamos que os Tabeliliães, Scrivães e quaisquer outros nossos Officiãess, não possam vender os Officios, que de Nós tiverem, nem traspassar, nem renunciar em outrem sem nossa special licença (4). E vendendo-os, perca o vendedor o preço quereceber, ou sperar de receber, e mais o dito Officio, e o comprador o não possa haver, e fique a Nós, para o darmos a quem for nossa mercê. [M.- liv. 1 t. 74 pr.] 1. E assi mesmo (1) o tal Official o não poderá renunciar, quando stiver doente de doença perigosa de morte (2). E se o renunciar, stando doente da dita maneira ou de qualquer doença, de que venha a falecer do dia, que a renunciação fizer, a trinta dias, não valera a renunciação, e o Officio se perdera, para o Nos darmos a quem for nossa mercê: postoque per bem da dita renunciação fosse o Officio já dado a outrem per Nos, ou per quem poder tivesse de o dar. [M.- liv.1 t. 74§1.]; Titulo 97. p. 234-237.: Que os Officiaes sirvam per si seus Officios (1). Polos muito inconvenientes, que se seguem de os officiaes não servirem officios per si, e os arrendarem e servirem per outrem, mandamos todos os Officiaes de nossos Reinos e Senhorios, assi da Justiça, como da Fazenda, e Scrivães da nossa Camera, que sirvam per si seus Officios, e não ponham outras pessoas, que por eles os sirvam. E qualquer Official, que poser outrem, pera o Officio, em que o assi poser, para o darmos a quem for nossa mercê; e o que servir, perca a valia delle ametade para quem o acusar, e a outra para a Camera. E se no dito Officio fizer algum erro, sera castigado com todas as penas, que merecêra, se for proprietário do dito Officio, em que commetter o tal erro, ou erros. [M.- liv.1 t. 74§3]; Juiz de fora e vereadores e procurador do Comselho diguo da Camara de Santarem eu el Rei vos envio muito saudar ei por bem e mando que as pessoas abaxo nomeadas sirvão de vereadores e procurador dessa villa o anno que vem de mil e seis*

Não era comum a rejeição dos cargos políticos na época e muito menos de vereador, sendo sempre um privilégio, para burguesia e a nobreza ocuparem e exercerem tais funções, de forma à obtenção de reconhecimento e angariação de títulos. No entanto, em 1644, Cristóvão Couseiro recusou o cargo de vereador para o qual tinha sido nomeado, sendo o seu substituto, nomeado, Afonso da Silva Feio, confirmação através da carta recebida em Câmara, em sessão de 4 de Julho de 1644. Para além dos motivos apresentados, sobre o estado de sua saúde, foi obrigado pelo juiz de fora a exercer tal função, mas ficando com a possibilidade de requerer a sua suspensão à Corte¹⁵⁶.

Para melhor documentar, podemos recordar que as *Ordenações*¹⁵⁷ definem que os juízes, vereadores, procuradores, almotacés e depositários do Cofre dos Órfãos não estavam livres de servir nos ofícios do Concelho, exceto se era explícito no privilégio tal condição.

Assim, a pesquisa efetuada no início do estudo não conseguiu o alcance da indicação de atribuição de funções aos diversos vereadores em funções distintas de uns e outros, ou seja, não é perceptível a atribuições de funções¹⁵⁸

sentos quarenta e três e o mais tempo mandar o contrário. In. *Livro de Actas.* (1642-1647). fl. 159v.

¹⁵⁶ AHCMSTR - *Livro de Actas da Camara de Santarem.* (1642-1647). fl. 159v.

¹⁵⁷ *Ordenações Filipinas.* Nota de apres. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de (1870). Rio de Janeiro. Livro 1. Título 67. p.156. § 10.: *E havemos por bem, que dos Officios de Juizes, Vereadores, Procuradores, Almotacés e Depositários do Cofre dos Órfãos, ninguém seja escuso (2), posto que de Nós tenha privilégio para ser escuso dos Officios do Concelho, porque destes cinco não he nossa tenção ser pessoa alguma escusa por privilégio; por quanto os taes Officios, os melhores dos lugares os devem servir, salvo se no privilégio se disser expressamente, que destes próprios Officios os escusamos.*

¹⁵⁸ Ainda não há sinal da atribuição de diversas áreas como, Educação, Obras Públicas (fontes, pontes e calçadas), ou a atribuição do Controlo das Atividades Económicas, entre outras. São administradas em conjunto pelo coletivo municipal local. Nenhuma deliberação era tomada como válida se não tivesse sido votada por todos os membros do Senado.; *Ordenações Filipinas.* Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de (1870). Rio de Janeiro. Livro 1. Título 66. p. 145-153.: *o regimento da terra e obras do Concelho, e de tudo o que poderem saber e entender, porque a terra e moradores della possam bem viver, e nisto hão de trabalhar e zelar pela boa aplicação da justiça.*

de áreas na administração local, por se encontrarem essas funções muito centradas aos mais velhos e aos mais poderosos intelectual e economicamente, não nos podemos esquecer a elite da nobreza letrada e a alta burguesia, que detinham tais cargos e funções na administração local e central.

Os Vereadores eram selecionados e após a eleição, as pautas eram enviadas para o monarca, que confirmava a escolha ou não, mediante a informação possuída sobre os mesmos. Em resposta à pauta, enviava, por carta régia ou provisão, a nomeação escolhida por si à câmara, ordenando que esta mesma instituição procedesse à notificação dos nomeados para tomarem posse e prestarem juramento. A nomeação dos vereadores era sempre acompanhada pela nomeação do procurador do concelho¹⁵⁹.

¹⁵⁹ AHCMSTR - Carta Régia. (1805) : *Juiz de fora Vereadores, e mais Officiais da Camara da Vila de Santarem: Eu o Príncipe Regente vos envio muito saudar: Hey por bem que as pessoas abaixo nomeadas, sirvam os cargos em que vão eleitas no prezente ano, e o mais que decorrer emquanto não ordenar o contrario: Vereadores Diogo da Silva do Castelo João Mauricio da Silveira Francisco de Sá Peixoto de Albuquerque Procurador Mathias Servulo da Fonseca Pelo que vos Mando, que fazendo-os chamar à Camara, lhes Inicieis em Meo Nome que assim o Houve por bem; e lhes dareis o competente Juramento para que bem everdadeiramente sirvão, de que se fara Termo nos livros da Camara, pelo Escrivão da mesma que todos assignarão. Lisboa atrinta de Janeiro, de mil oito centos e cinco anos Príncipe [sinal da cruz] Eleição dos Officiais da camara da vila de Santarem, para o presente ano, de mil oito centos e cinco. Para Vossa Alteza Ver. No verso encontra-se as assinaturas: Manoel [sic] Esteves Negrão Lucas de Seabra da Silva Joze da Silveira Zuzarte o fez escrever Joaquim António Jeunot o fez; Cf. Carta Régia do Príncipe Regente. (1801); Carta Régia do Príncipe Regente. (1802) e de (1805).*

Eu defora, Vereadores, e mais officiaes da Camara
da Villa de Santarem. Eu Affirma, vos envio muito
saudar. Ely porbem, que aspeçoar abaixo nomeada, Sirvaõ
os Cargos, para que vós Elytes, oanno de mil sete centos, oiten-
ta e cinco, e o quanto Eu asim o louve porbem, e não man-
dar o Contrario.

Vereadores.

João Aguiar. Antonio de Benavides.
João de Souza Cyro de Silva do.
João de Souza de Menezes.

Escrivão.

João Aguiar Coelho.

Pelo que vos mando, asfacaes, e levar a Camara, e Notifi-
queis da Elyta parte, que asim o louve porbem, e desdareis
o juramento dos Santos Evangelhos, para que bem, e verda deira-
mente Sirvaõ, guardando em tudo o Meu Serviço, e as partes seu
direito, de que se fará apento por Livro da Camara, pelo Escrivão
dela, e assinado por to dor. Lisboa a quinze de Novembro de
mil sete centos, oitenta, e quatro annos.

Rainda ...

Meião dos officiaes da Camara da Villa de Santarem
para o anno de mil sete centos, oitenta, e cinco.

Figura 7 - Carta Régia de Nomeação, de 15 de Novembro de 1784 (AHCMSTR).

2.3 Os Procuradores locais

Como nos indicam as *Ordenações Filipinas*¹⁶⁰, os procuradores do Concelho eram eleitos em termos semelhantes aos vereadores, integrando o Senado e nomeados em pautas de igual forma aos vereadores e juizes. Na ordem hierárquica, na Câmara ficavam em terceiro lugar: juizes de fora, os vereadores e procuradores¹⁶¹. Eram nomeados anualmente e por vezes repetiam os mandatos. Por outras palavras, eram eleitos em mandatos consecutivos¹⁶². Como refere:

*Acta de 10 de Março, e por ordem do juiz de fora, que mandou estender este livro em como elle obrigava o dito Domingos Carvalho pera continuar com o dito cargo athe Sua Magestade ordenar o que fosse mais de seu serviço sobre o de que ho avia avizado pella falta que ouver de vereadores e procurador, e que o constrangia há continuar no dito cargo, porquanto não havia procurador nomeado e havia muitos negocios a que precisamente era necessário acodir*¹⁶³.

Para melhor documentar, podemos recordar de certo modo algumas competências e responsabilidades destes oficiais, por vezes com o auxílio dos procuradores do povo, com os juizes do povo e mestres, procuradores dos concelhos diligenciavam ações de defesa e proteção dos bens do Concelho e interesses do povo. Promoviam a justiça, diligenciavam para que se procedesse à cobrança ou à fiscalização de abastecimento público e à aplicação das *Posturas Municipais* na repartição das fintas e nos demais impostos¹⁶⁴.

¹⁶⁰ *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de (1870). Rio de Janeiro. Livro 1. Título 69. p. 162-163.

¹⁶¹ RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração local*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 348. ISBN 972-8491-26-3.

¹⁶² AHCMSTR - Posse de vereadores e procuradores. In *Livro de Actas da Camara de Santarem. (1818-1820)*. fl. 132v.

¹⁶³ AHCMSTR - *Livro de Actas da Camara de Santarem (1642-1647)*. fl. 137v.

¹⁶⁴ *Ordenações Filipinas*. Nota de apres. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de (1870). Rio de Janeiro. Livro 1. Título 66. p. 144-153 e Título 67. p. 153-157: *Item, farão recadar todas as dividas que forem devidas ao Concelho, e porão em boa guarda as cousas delle, de*

Este modelo de iniciativas não era tão linear como parecia, dependendo de procurador para procurador e dos seus princípios, perspectivas e índoles próprios dos titulares de tais funções.

No entanto, podemos concluir que existiam distintos procuradores, os quais se dividiam pelos procuradores do Concelho, ou seja, os que estavam presentes nas Sessões do Senado, neutros nas tomadas de decisões; os que tomavam algumas iniciativas da governação, mas sob a forma de requerimento ou declaração de modo a justificarem o que concordavam e o que discordavam e os que possuíam uma atividade ativa nas decisões da governação e por vezes bem conflituosas no seio de todos os envolvido na administração municipal e a favor do Concelho e do povo, ou mesmo a favor de algum grupo social mais poderoso¹⁶⁵. Na Administração Local de Santarém, os procuradores mantinham uma posição equivalente à dos vereadores, os seus votos tinham o mesmo valor. Na obtenção de *quórum* para a realização das sessões do Senado era conseguido pela presença de um juiz de fora, um procurador, um vereador, além dos mesteres¹⁶⁶. Mais tarde, já no século XVIII e início do XIX, o número de vereadores passou para três, em que o vereador votado em primeiro

maneira que não danifiquem. E mandarão fazer os cofres necessarios para as eleições e pelouros, e as arcas e armarios para as scripturas e outras cousas serem nellas bem guardadas. p. 147; E farão guardar em huma arca grande e boa todos os Foraes, Tombos, Privilegios e quaisquer outras scripturas, que pertencerem ao Concelho. A qual arca terá duas fechaduras, e huma chave terá o Scrivão da Camera, e outra hum Véreador. E nunca se tirará scriptura alguma da dita arca, salvo quando for necessária para se ver, ou trasladar. p. 148.

¹⁶⁵ RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 349-350. ISBN 972-8491-26-3. Recorda, Martinho Vicente Rodrigues, que os procuradores gozavam das mesmas honras que os vereadores na Câmara de Santarém: *Estimada a honra de 7.200 réis. Cf. B. A. Livros das avaliações de todos os officios do Reyno de Portugal, Ano de 1640, Cód. 49-XII-11, p.151. - Este officio é avaliado pela mesma honra, em documento de 14 de Abril de 1640. Cf. A.N.T.T., Manuscritos da Livraria. Cod. 1194. fl. [5].*

¹⁶⁶ RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 350. ISBN 972-8491-26-3.

desempenhava o cargo de presidente, na ausência do Juiz de fora e um procurador¹⁶⁷.

2.4 Procuradores do Povo

Os procuradores do povo são de igual modo eleitos pela *Casa dos Vinte e Quatro*¹⁶⁸. Na Câmara de Santarém, surgiram com representação na primeira metade do século XV (1436); em Tavira (1446); Évora (1459); Porto (1475);

¹⁶⁷ AHCMSTR - Carta Régia da Rainha D. Maria I (1734-1816): *Juiz de Fora Vereadores e mais Officiaes da Camara, da Vila de Santarem: Eu A Rainha Vos Envio muito saudar: Hey por que as pessoas abaixo nomeadas sirvão os Cargos em que vão eleitas para o ano presente e o mais que decorrer em quãto não Ordenar o contrario Vereadores Joze Leocadio Bayer João da Matta Ribeiro e Silva Joze Ferreira da Silva Procurador Joaquim Gomes Vieira Pelo que vos Mando que fasendo-os chamar à Camara lhes Insinueis no Meo Real Nome, que assim o Houver por bem; e lhe dareis o Competente juramento, para que bem, e verdadeiramente sirvão de que se fará Termo, nos Livros da Camara, pelo Escrivão da mesma que todos assinarão. Lisboa a Onze de Janeiro, de mil sete centos noventa e nove anos. Príncipe Luiz de Vasconcellos e Souza L. Eleição dos Officiaes da Camara da Vila de Santarem para o presente anno de mil sete centos noventa e nove. Cara [para] Vossa Maguestade Ver. Joze da Silveira Zuzarte afes escrever Joaquim Antonio Jeunot, a fez. (1799).; AHCMSTR - Carta Régia. (1805) : *Juiz de fora Vereadores, e mais Officiais da Camara da Vila de Santarem: Eu o Príncipe Regente vos envio muito saudar: Hey por bem que as pessoas abaixo nomeadas, sirvam os cargos em que vão eleitas no prezente ano, e o mais que decorrer emquanto não ordenar o contrario: Vereadores/ Diogo da Silva do Castelo João Mauricio da Silveira Francisco de Sá Peixoto de Albuquerque Procurador Mathias Servulo da Fonseca Pelo que vos Mando, que fazendo-os chamar à Camara, lhes Inicieis em Meo Nome que assim o Houve por bem; e lhes dareis o competente Juramento para que bem everdadeiramente sirvão, de que se fara Termo nos livros da Camara, pelo Escrivão da mesma que todos assignarão. Lisboa a trinta de Janeiro, de mil oito centos e cinco anos Príncipe [sinal da cruz] Eleição dos Officiais da camara da vila de Santarem, para o presente ano, de mil oito centos e cinco. Para Vossa Alteza Ver. No verso encontra-se as assinaturas: Manoel [sic] Esteves Negrão Lucas de Seabra da Silva Joze da Silveira Zuzarte o fez escrever Joaquim António Jeunot o fez.**

¹⁶⁸ Instituição criada em 1383, para a Câmara de Lisboa tentar estabelecer uma dinâmica de fiscalização de âmbito popular e a favor da causa do Mestre de Aviz. Composta por vinte e quatro homens, dois de cada ofício. Ultrapassada a crise dinástica, permaneceram com presença definitiva na câmara quatro mesterais, eleitos anualmente entre os Vinte e Quatro. Cf. FONSECA, Teresa (2002) - *Absolutismo e Municipalismo Évora (1750-1820)*. Lisboa: Colibri. p. 240. ISBN 972-772-349-7.

Coimbra (1483); Montemor-o-Novo (1503) e, entre outras, Guimarães (1535)¹⁶⁹. Na vila de Arraiolos, em 1567, existiram 12 homens do povo como representantes dos mesteres, que serviam por períodos de três anos, e entre si elegiam anualmente, dois procuradores, para assistirem *dentro nas câmaras, enquanto as fizerem, para querer as cousas do povo*¹⁷⁰.

Na administração municipal da Vila de Santarém¹⁷¹, no período de tempo em estudo, os procuradores nomeados em pauta eram chamados ao Senado por ordem régia¹⁷², para tomarem o seu juramento aos *Santos Evangelhos*, no ano correspondente às devidas nomeações. A mesma prática vinha acontecendo desde os dois séculos precedentes, assim nos confirmam os livros de registos das vereações existentes no arquivo¹⁷³.

¹⁶⁹ FONSECA, Teresa (2002) - *Absolutismo e Municipalismo Évora (1750-1820)*. Lisboa: Colibri. p. 240-241. ISBN 972-772-349-7.

¹⁷⁰ IDEM - *Ibidem*. p. 241.

¹⁷¹ AHCMSTR - Vereação de 26 de janeiro de 1820. In *Livro de Actas da Camara de Santarém. (1818-1820)*. fl. 137.

¹⁷² AHCMSTR - Carta Régia da Rainha D. Maria I (1734-1816): *Juiz de Fora Vereadores e mais Oficiaes da Camara, da Vila de Santarem: Eu A Rainha Vos Envio muito saudar: Hey por que as pessoas abaixo nomeadas sirvão os Cargos em que vão eleitas para o ano presente e o mais que decorrer em quãnto não Ordenar o contrario Vereadores Joze Leocadio Bayer João da Matta Ribeiro e Silva Joze Ferreira da Silva Procurador Joaquim Gomes Vieira Pelo que vos Mando que fasendo-os chamar à Camara lhes Insinueis no Meo Real Nome, que assim o Houver por bem; e lhe dareis o Competente juramento, para que bem, e verdadeiramente sirvão de que se fará Termo, nos Livros da Camara, pelo Escrivão da mesma que todos assinarão. Lisboa a Onze de Janeiro, de mil sete centos noventa e nove anos. Principe Luiz de Vasconcellos e Souza L. Eleição dos Oficiaes da Camara da Vila de Santarem para o presente anno de mil sete centos noventa e nove. Cara [para] Vossa Magestade Ver. Joze da Silveira Zuzarte afes escrever Joaquim Antonio Jeunot, a fez. (1799); Livro de Actas da Camara de Santarem. (1818-1820). fl.132v.*

¹⁷³ AHCMSTR - *Livros de Atas da Câmara Municipal de Santarém. (1617-1820).*; *Posse e juramento do procurador do Conselho Joao Carlos de Oliveira. In vereação de desasseis de outubro de 1708. fl. 145v.; posse dos vereadores e procurador] in Vereação do Senado de 6 de Mayo de 1747. fl.92.*

2.5 Escrivão da Câmara

O Escrivão da câmara era um elemento com a função primordial na administração municipal, uma vez que todos os atos exercidos pela câmara eram registados pela sua mão. Nas reuniões camarárias, elaborava as atas e nos atos de venda ou arrendamentos elaborava os respetivos registos¹⁷⁴. Era ao escrivão atribuída a função de trasladar as ordens régias e todos os mais documentos enviados às câmaras do reino. Assim, surgem os registos dos documentos nos livros de vereação, ora vejamos: *Vereação feyta oje 4.^a feira, 6 de Novembro de 1712 em a qual se assistiou prossissom de Rosas pelo feliz nascimento do Serenissimo Infante em que Assistirom os Vereadores abayxo assinados. Eu, Joseph da Rosa Ferreira, escrivão da Camera a escrevi. Nascimento de D. Pedro [futuro D. Pedro III] filho do Serenissimo Rey nosso senhor D. João quinto*¹⁷⁵. Não só se faziam registos de nascimento dos príncipes como o registo dos seus falecimentos. Regista o escrivão da câmara, em sessão de vereação do dia 31 de dezembro do ano de mil setecentos e seis, o óbito do rei D. Pedro II¹⁷⁶.

A monarquia portuguesa quando tencionava visitar as suas cidades ou vilas do reino fazia-se rececionar e, para que tudo se encontrasse em conformidade e ao seu elevado nível de habitabilidade, cultural e religiosidade.

¹⁷⁴ AHCMSTR - *Livro de Assentos dos Bens de Raiz da Câmara.* (1775). fl. 83.: *Compra, que fes o Sargento Mor Jose Duarte Hs. da Povia das MoS dhum bocado de terra ao Dr. Vicent Jorge / / Aos sinco do mês de Junho de mil e sete centos e ssetenta e sinco neste lugar de Pernes, termo da villa de Alcanede, Em Pouzadas de mim, escrivão ahi pelo Sargt.^o Mor Jose Duarte Hs., Morador na Povia das Móz, me foi dito que elle Cria comprado ao Doutor Vicente Jorge, deste lugar, hum bocado de terra ao pé da quinta do verga, que partte do Norte com M.el Ferreira deste lugar, E do Poente com o Rio, e das mays partes que ha Nassente e Sul com estrada publica, que vay parao Arneiro, por preso e quantia de seis mil Reis de que pagou de Siza dobrada mil e duzentos Reis, os quais Recebeo o depositario dos bens de Raiz o Doutor Vicente Jorge, quede como os Recebeo assignou aquy com o Juiz das Sisas, e Eu, Antonio da Costa Faria e Caria, escrivao das Sisas, que a escrevy e assigney.*

¹⁷⁵ AHCMSTR - *Livro de Actas da Camara de Santarem.* (1704-1719). fl. 247v.

¹⁷⁶ IDEM - *Ibidem.* fl. 85-87. Ordena a forma de prestação dos atos fúnebres.

Para tal receção estar em harmonia com o nível dos seus visitantes, desta forma, foi enviada à camara uma carta de sua alteza real D. João V:

Resisto de uma carta de Sua Magestade em que da conta â Camara da Entrada Real que há de fazer nesta villa no ano de 1713. [...] foy entregue a Vinte seis de Janeiro de 1713 o que dizia o que se continha. No mesmo dia 26 veyo huma Carta do Secretario de Estado em que Mandava huma Instrução da forma em que huma Sua Magestade havia de fazer a Entrada, e o modo que havia de Ser Recebido, Cujo theor Se Segue Senhor Juiz de Fora da villa de Santarem [...] Como tãobim da porta por onde há de ser a entra-da, onde Vossa Magestade e a mesma camara há de estar esperando Com o Paleo a Sua Magestade em hum pequeno theatro junto â A mesma porta e logo mesmo Sua Magestade della lhe há de V M. fazer huma breve oração, e acabada ella há de oferecer as Chaves da Villa a Sua Magestade o Vereador mais Velho, e beijar Vossa Magestade e o Senado a mão ao dito Senhor, e despois toma o Mesmo Senado o Palio debaixo do qual Vay Sua Magestade a cavalo, e as varas delle hão/ de levar os Vereadores actuais, e os do Anno passado. Salvaterra a 24 de Janeiro 1713.

Sua Magestade determina entrar pella porta de Vallada, e hay pella Rua Direita do Pereiro ao Santissimo Milagre, da hy pella Rua que vay ao Hospital donde há de tomar â mão direita pella Rua da Misiricordia, e hir por Marvila voltar ao Canto que toma para a Praça e desta há de ir pella Rua Direita a Nossa Senhora da Piedade onde o mesmo Senhor Se há de apear= Diogo de Mendonça Corte Real.

O vereador informa que tudo será tratado o melhor possível, pela brevidade do tempo, sendo alargada a data de vinte e nove para dia trinta do mês de janeiro, mas:

Sua Magestade entrará pelas dez horas da noite escreve o Secretario de Estado, que já se achava Nesta Villa, huma carta, em que dizia, Juiz e Vereadores, que Sua Magestade Ordenava Ser a Sua entrada pella porta de Manços, e que ao outro dia, pella huma Ora havia o dito Senhor Fazer A tal entrada por parte já aquella Noite dormia Na Villa de Muge; Foy logo o Vereador Mais velho Jozeph Pereira de Faria que a este tempo servia de Juiz de Fora, com o Vereador Thomaz Homem de Magalhaes buscar ao dito Secretario de Estado, e Representar-lhe os inconvenientes, e discomodos, que havia para adita entrada Ser pella porta de Manços e o pouco tempo que havia para Se dispor, e despois da larga Conferencia; Se acen-tou que por ella adita entrada,

e para que os ditos Vireadores podessem com toda a brevidade acodir a esta disposição Ordenou o dito Secretario de Estado por Cartas ao Corregedor, e Provedor da Camara estivessem â ordem A Ordem dos ditos Vereadores Com todos Seos officiais para acudirerem ao que se lhe ordenace; na quella noite mandarão os ditos vereadores com todo o cuidado e diligencia preparar a dita Porta, e desarmar a de Vallad/ e Com todos os Armadores, e milhores Armações que se acharão Se concertou a dita Porta de Manços o mihor que foy possível;

No dia 30 pello Meyo dia forão os Vereadores 3 Joze Pereira de Faria, que servia de juiz de Fora, Thomaz Homem de Magalhaes, Francisco Jaques Salinas, e Procurador do Concelho João Vas de Payva, eo escrivão da Camara Joze Rosa Ferreira, e os Misteres, e Juiz do Povo, todos em corpo de Camara, e Com Suas galas que para este efeito fizeram, Se pozerão em hum teatro de dois degraos, que ficava â parte direita da entrada [...] Cuberto de Alcatifas com as Suas Varas Na Mão esperarão a Sua Magestade que Veyo na forma Seguinte Parou Sua Magestade ao olival de São Lino, adonde o estava esperando toda a Corte, e dahy Se Veyo Compondo a entrada; Vinhão adiante Vinte e Sinco Azemolas Com a Recamara Cubertas com Reposteiros de Veludo Verde franjados, e bordados todos de prata, Seguirão algumas danças, Aboazes, Clarins e atabales montados a Cavallo, com Seos Vestidos guarnecidos de Veludo Verde e prata Logo hião todas as Comunidades de Religiosos desta Villa, e clerigos, e Cruzes de todas as PaRoquias, hia oCabido da See de Lisboa Sede Vacante, como desta Villa hyão todos os Porteiros da Cana, e das Massas, Reys das Armas, 25 mossos de Camera, e os da Guarda Roupas. Seguião-ce todos os officiaes da Caza; e 120 Soldados da Guarda Real om Seo Capitam e dois Tenentes vinha Sua Magestade vestido de pano Escuro, Com aboaturas, Habito, Prizão de Chapeo, joya de peito e espadim tudo de diamantes de Consideravel valor, montava sobre hum poderozo Cavallo Castanho, o qual tomou de Redeas D. Lopo de Almeyda em lugar do Alcaide Mor desta Villa o Conde de Assumar, Seo Irmão, por se achar auzente em Catalunha. Parou Sua Magestade defronte do teatro em que o esperava o Senado da Camera, e decendo o Vereador Mais Velho, Joze Pereira de Faria (por estar servindo de Juiz de Fora) hum degrao lhe fez com toda a gravidade a Seguinte Pratica. Senhor, Esta Villa pela Sua Antiguidade nobre e este Senado alegre, espera a Vossa Magestade Reverente e com lealdade Portugueza lhe entrega as Chaves desta Porta, Reconhecendo he Vossa Magestade Nosso Rey e Serenissimo que Deus nos guarde. E feita a dita Pratica pegou O vereador Thomaz

Homem de Magalhaes em huma Salva em que estavam as Chaves da Villa, e deceo com ellas oferecendo-as a Sua Magestade e pregando, nellas lhas tornou a entregar; Pegarão logo nas Varas do Palio, (que para este efeito Se mandarão fazer) os três Vereadores Actuais, Procurador do Concelho, Escrivão da Camara, e o Tezoureiro também della Francisco Mascarenhas de Azambuja, como Vereador que tinha Sido Atras de Sua Magestade que hya a cavalo, e os lados delle hyão os misteres e juiz do Povo com Suas Varas do dito Palio Seguindo-se tres tropas, que para este efeito tinham Vindo; e nesta forma Foy Sua Magestade pella Rua da Mizericordia direito ao Relogio, e dahy a Colegiada de Santa Maria de Alcaçova donde o esperava o Cabido, e o Cardeal D. Nuno da Cunha, e chegando com o Palio ao Adro da Igreja da hy foy Sua Magestade debaixo delle athe a Capella Mor donde o dito cardeal lhe deo o Santo a beijar eacabada esta acção o tornarão a trazer the a Porta da dita Igreja e pondo-ce a cavalo, Se continuou com o mesmo Acto, Indo pelo mesmo caminho the ao Passo, que erão as casa do Morgado de Olyveira, dondo se Recolheo, e ahy lhe beijarão a Mão os officiaes da Camera.

Se como bem afirma o documento na mesma visita à vila de Santarém e na mesma cerimónia festejaram e registaram igualmente a entrada da rainha:

Entrada publica, que fez a Rainha Nossa Senhora em o ultimo de de 1713 Nesse mesmo dia acabada esta função, escreveo o Secretario de Estado huma Carta â Camera em que lhe dizia, que no dia seguinte, que era o ultimo de Janeiro determinava fazer entrada a Rainha e Nossa Senhora Com a Mesma grandeza, e Magestade, que Se tinha feito a El Rey e que a Camara havia de receber do Mesmo Modo, que ao dito Senhor achava-ce já Nesta Villa por ter chegado oculta em 29 do dito mez. No dito dia ultimo de Janeiro foy o Senado da Camera para a porta de Manços esperar a dita Senhora No mesmo lugar, e da Mesma Sorte que a El Rey tinh feito e pella huma para as duas da tarde Comessou o mesmo acompanhamento, e no fim delle vinha a Rainha (D. Maria Josefa) Nossa Senhora em huma Cadeirinha de mãos, atras della vinha o Marquez das Minas Estribeiro Mor a cavallo, e logo Se Seguião Seos Camaristas, Camareira mor, Damas e mais Senhoras de Palacio em Coches; E chegando de frente do Senado a Rainha Nossa Senhora parou Fazen-dolhe O Vereador Joze Pereira de Faria, que servia de Juiz de Fora, a Seguinte Pratica, Senhora A Vossa Magestade Soberana Sò Rainha, e Senhora do Povo aclama/ este Senado Ilustre com Rendimentos lhe faz no Coração doces Acentos; Entregalhe da Villa as

Sinco Chaves e espera muitas Mil felicidadez Na Sucessão ditoza que como Florez Nascem de tal Rosa. Acabada esta O Vereador Thomaz Homem de Magalhaes lhe entregou As Chaves da Villa as quais recebeo com Franca alegria, e lhas tornou a entregar; e feita esta acção pegarão os mesmos Vereadores e oficiais da Camara Nas Varas do Palio, e Recebendo-a debaixo delle, alevarão pelas mesmas Ruas por donde tinha ido El Rey no dia antecedente, aos quais estavam todos muito bem armados, como No primeiro dia; e da Igreja de Alcaçova donde foy Recebida na mesma forma, que tinha Sido El Rey, continuando-se o tal acto foy a Nossa Senhora da Piedade donde foy taobem aceita debaixo do Palio; e da hy ao Passo, que as casas de D. Fernando de la Cueva donde se recolheo.

Em 2 de Fevereiro a noite Mandou a Camara fazer hum vistoso fogo No terreiro da frente do Paço, com huma encamisada de que S. S. Magestade Se agradarão muito, No Seguinte dia 3 do dito mes, mandou a Camara fazer huma tarde de toiros Na Praça desta Villa; os quais toireou Simão Nunes Infante, que entrou Na dita Praça Com toda abezarria, e Luzimento, e depois de ter morto Sitte Toiros, em que tinha feito bem afortunadas Sortes, puxando pella espada para acudir a hum criado dando em o toiro grandes golpes, Se ferio em huma perna tão gravemente, que ficou impossibilitado de poder acabar a dita tarde, Suposto tornar a entrar despedirce das pessoas Reais, que estavam vendo o festejo, nas Janellas da Camara donde os Vereadores lhe tinham preparado hum grande grandioso púcaro de Agoa, de que as Magestades e os tres Infantes Dom Francisco, D. Antonio, D. Manoel, e a Senhora D. Francisca gostarão muito; Não quizerão Suas Magestades que os toiros Ae continuacem com o disgosto do Sucesso; e assim Se forão acabar de ver alguns conventos que lhe faltavam, e a outro dia que forão 4 Se partirão para Almeirim a fazer huma Montaria aos lobos; e ainda nesse dia forão dormir a Salvaterra. E não se continha mais em as ditas cartas que aqui fiz resistar a verdade com fee de que me asiney Santarem defevereiro 20 de mil sete sentos e trezeannos Jozeph da Rosa Ferreira escrivão da Camara afiz escrever e asiney¹⁷⁷.

¹⁷⁷ AHCMSTR - Vereação feyta oje 3 de Dezembro de 1712 em presença dos Vereadores e mais offisiaes do Senado da camera abayxo assinados Joseph da Rosa Ferreira a escrevi. In *Livro de Actas da Camara de Santarem. (1704-1719)*. fl. 254v.-257v.

Resposta de uma Carta de S. M^g. em
fôlha conta à Camara da Entrada Real
da de fazer nella Villa no Anno de
1713.

Seu, Vereadores, e Procurador da Camara da
Villa de Santarem. Eu El Rey vos envio Muiro Saudar.
Tenho desaluto passar a esta Villa No fim deste Mez,
e fazer nella Entrada publica, o que me pareceo man-
darvos advertir para que tenhaes prevenido tudo o que
se costuma praticar em Semillantes funcões; e sen-
do preciso que os dias que ahy me deveses se appozente
a fôr, disporis que isto se execute nella presente occa-
zaõ, sem prejuizo do privilegio Concedido à Mesma
Villa para não ser obrigada a dar Semillantes appo-
tentadorias, e para que estas se deem Com menos opor-
tão. Ordeno ao fôrde Appozentador Mor mande o appo-
zentador da fôrte para que vos informe das pessos
de que ella se compoem. Escrita em Salvaterra de
Magoas a 24 de Janeiro de 1713. = Rey.

Achandoce o dito Senhor Rey Dom João quinto
Na Villa de Salvaterra de Magoas Com toda a fôrza
Real fôr servido Mandar a este Senado da Camara
da Carta alima que fôr entregue a vinte e seis de
Janeiro de 1713 Na qual dizia o que Nella se contem.

Emo mesmo dia de 26 veyo fôr Carta do Secre-
tario de Estado em que Mandava Euã Instrucção
da fôrma em que S. M^g. devia de fazer a Entrada,
e do Modo que havia de ser recebido, cujo texto se
segue.

Senhor Juiz de fôrza da V.^a de Santarem. Remu-
to a VM esta Carta p.^a a Camara dessa V.^a Na qual S.
M^g. He manda parrido para detrimina passar a ellap
Ceyo e fôrza a 22 desta o que avizarey a VM Com mais
Cetera como taõbem da fôrta por onde fôr de ser a Entia-
da, onde VM, e a Mesma Camara fôr de estar esperando
Com Pales a S. M^g. em um pequeno teatro junto à

Figura 8 - Carta Régia. In Vereação de 3 Dezembro 1712 (AHCMSTR).

Os livros das vereações da vila de Santarém são a história de ontem, de hoje e do amanhã. Neles encontramos os mais interessantes e magníficos registos que os nossos antepassados nos legaram. Descrições de elevado rigor, sinceras, que nos levam a viajar no tempo. Nas atividades culturais e sociais, como no efeito dos sentimentos causados pelos registos de notícias menos positivas, de acontecimentos da nossa história. São mostras da civilização humana. Ainda com o mesmo monarca, registamos aqui o traslado do registo das Pazes com França:

Vereação feita hoje em 4 de Julho de 1713 dia/ em que se publicara as pazes que este Reyno celebrou com El Rey christianissimo de França em Presenca de Juiz e Vereadores e mais officiaes do Senado da Camera abaixo aSignados. Jozeph da Rosa Ferreira escrivão da camera o fiz escrever. E modito dia se publicarão as pazes pella maneira Seguinte; ajuntarão-se em Camera o Doutor Juiz de Fora Manoel Dias de Lima, e os Vereadores Jozeph Pereira de Faria e Francisco Jaques Salinas e o Procurador João Vaz de Payva e os misteres Antonio da Sylva Carqueijo e Manoel dos Santos de Carvalho e o Alferes da Camera que havia Sido o anno passado Luis de Evora de Macedo por se não haver na terra o alferes actual Jozeph de Almeida Lial, com algumas pessoas da governança e o Juiz do povo Sebastião Pereira, não foi neste acto o Doutor Corregedor Antonio Nunes Castanho por se achar molestado, Como também o vereador Thomaz Homem de Magalhães por não estar na terra e juntos o ditto juiz e Vereadores e mais officiaes desta camera comigo escrivão dela Jozeph da Rosa Ferreira todos com Suas Varas na mão levando o dito alferes o esten-darte da dita Camera descirão no patim das escada deste mesmo donde o Juiz do povo em Voz alta e inteligivelLeo a Provisão de Sua Magestade que adiante Vay trasladada elida ella montarão todos a cavalo com as ditas Varas e o alferes com o dito estandarte que se seguia atras do ditto Juiz do povo e logo se seguia o ditto Juiz e vereadores e mais officiaes da Camera em corpo della Seguindo-a os almotaces e algumas pessoas da governança, e atraz de todos ditos os alferes ditos os officiaes de Justiça alcaides meirinhos escrivães todos a Cavallo e a-diante de tudo hião trombetas e haramellas gaita de folle, e alguns Folgares e muita gente do povo com muita alegria dando muitas Vivas, e nesta forma forão athe o terreiro da Piedade donde o ditto Juiz do Povo leo também a ditta Provisão, e forão continuando the o Canto da Cruz donde o ditto Juiz do Povo fez o mesmo, e da hi the o terreirinho junto ao Relogio

donde tambem o ditto juiz do povo [...] e dahi pella Calçada da atamarma a Praça da Ribeira donde tambem [...] leo a Provisão, e da hi Vierao pela Calçada de Santa Clara outra vez a Praça donde Se apearão todos e em Corpo da Camara com o ditto estendarte forão dar as graças a Virgem da Nossa Senhora da mesma Camera em todo este acto Se repicou o Sino do Relogio e todos os mais Sinos desta Villa assim dos Conventos Como das freguesias, enoite do dia houve luminarias com muitos Repiques e mesmas demonstrações de alegria na forma das ordens de Sua Magestade que adiante Vão Registadas.

PROVISÃO: Dom João por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa Senhor de Guine e da Conquista e Navegação Comercio de Ethiopia, Arabia, Percia e da India. Faço Saber a todos os naturaes, e Vassallos destes meus Reynos e Seahorios que entre mim El Rey Christianissimo meu bom Irmão, e Primo em Vertude dos Plenos poderes que levarão João Gomes da Silva, Comde de Tarouca, do meu Conselho de Guerra, e Mestre de Campo geral dos meus exercitos, e Dom Luis da Cunha do meu Conselho e meu Dezembargador do Paço ambos meus embaixadores extraordinarios e plenipotenciários ao Congresso da paz geral que Setrata na Villa de Utrecht, e dos plenos poderes que outro Setinhão os embaixadores extraordinários e/ plenipotenciários nomeados pelo ditto Serenissimo Rey christianissimo aos onze de Abril deste anno/ Setratou, capitulou, e assentou firmesas, perpetua a mizade, e Livre Commercio de que se fizerão Capitulações por elles aSsinadas as quaes eu aprovei Ratifiquei, e Confirmei por huma Carta patente por mim aSsinada e Sellada Com o Sello grande de minhaz armas cuja paz e perpetua amizade mando publicarPor Rey de armas Portugal, e fazer notória por esta carta para que venha noticia de todos, e Se guarde e cumpra inteiramente: e a Copia desta ditta Carta aSsinada pelo mesmo Rey de armas Se publicaria Se enviarão Certidões. Dada na cidade de Lisboa, aos vinte e oito do mes de Junho. Jorge Monteiro Branco a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil sete centos e treze Diogo de Mendonça Corte Real o Sobrescrevi=Rey= e não Secontinha mais emaditta provisom declara que aqui fiz registar bem efiealmente [...] Jozeph da Rosa Ferreira escrivão da Camera o fiz registar¹⁷⁸.

¹⁷⁸ AHCMSTR - Livro de Actas da Camara de Santarem. (1704-1719). fl. 265v.-267.

Em 1715, D. João V mandou efetuar em todo o reino através das Câmaras municipais e dos seus escrivães a *Publicação das Pazes deste Reyno com Castella, que se publicarão nesta Villa em 5 de Maio de 1715, Registo das ordens de S. Magestade para o ditto effeyto*¹⁷⁹, registo extenso efetuado pelo

¹⁷⁹ AHCMSTR - Livro de Actas da Camara de Santarem. (1704-1719). fl. 301-302.: *Publicação das Pazes deste Reyno Com Castella que Sepublicarão nesta villa em 5 de Mayo de 1715 Registo das ordens de S. Magestade para o ditto effeyto* Juis Vereadores e Procuradores da Camera da Villa de Santarem Eu ElRei vos envio muitos Saudar por estas Ratificada e Confirmada a paz que celebrei com ElRey de Castella, e fes esta nova de grande gosto he justo que como tal Se festeje no Reyno a mando publicar no Primeiro dia do mez de Mayo na forma qu evereis da Copia incluza, ordenando que na noute do ditto dia, e nas duas seguintes houvesse Luminarias, Repiques e Salvas, e vos encomendo façaes ahi omesmo pella parte que nos toca escripta em Lx^a a 29 de Abril de 1715 = Rey = Para Camera da Villa d eSantarem - Proclamação das Pazes entre Portugal, e Castella, Lysboa na officina de Antonio Pedro Galvão = Com todas as Licensas necessárias. Dom João, por graça de Deō,s Rey de Portugal e do/ Algarves daquém e dalem mar em Affric,a Senhor de Guine e da Conquista navegação, comercio de Etiopia, Arabia, Persia, e da India. Faço saber a todos os Naturaes, e Vassallos destes meus Reynos e Senhorios, que eentre mim, meus sucessores e meus Reynos, e o Serenissimo Principe Dom Fellippe quinto Rey catholico de Espanha meu bom Irmão, e Primo, Seus Successores, e Seus Reynos, Se assentou, e capitulou hum tratado de Paz perpetua feito, e assignado na Cidade de Utrecht, aos Seis dias do mez de Fevereiro do anno presente de mil e ssete centos e quinze por João Gomez da Silva, Conde de Tarouca, do meu Consselho de Guerra e Mestre de Campo genera/ dos meus exércitos e Dom Luis da Cunha do meu Consselho e meu Dezembargador do Paço ambos meus embaixadores extraordinários, e Plenopotenciarios ao Congresso da Paz geral, que se tratou na ditta cidade de Utrecht em virtude dos plenos poderes que para isso tinhão: e por Dom Francisco Maria de Paula Teles Girom Benavides Carrilho, eToledo, Ponce de Leon, e Duque Ussana, outrossim embaixador extraordinário, e Plenipotenciario do SereniSsimo Rey catholico em vertude do Seu Pleno poder: e porque eu approvei ratifiquei, e confirmei o dito tratado em nove de Março do mesmo anno, por hua carta patente por mim assignada e Sellada com o Sello grande de minhas Armas e o ditto SereniSsimo Rey Catholico aprovou ratificou, confirmou, e assignou, o ditto tratado em dou/ do mesmo mez de Março: Mando publicar a dita paz, e perpetua amizade pelo Rey de Armas Portugal, e fazer notório por esta carta para que vem há a noticia d etodos, e Se guarde, e Cumpra inteiramentecontinuando do dia de hoje em diante, entre os vassalos de hua, e outra coroa, o trato, comercio, e boa/ amizade que pelos ditos artigos de paz estão a cordado, e a copia desta ditta carta assignada pelo ditto Rey de Armas Portugal Se publicarã, em todas as cidades, Villas, e lugares do Reyno em particular nos lugares das fronteiras, de que enviarão certidões. Dada nesta cidade de Lysboa aos vinte e Seis/dias domes de Abril Caetano de Souza Andrada a/ fes anno do nascimento de nosso

escrivão da câmara, Joseph da Rosa Ferreira. Era conhecedor de normas camarárias, da sociedade civil, cultural, económica e da política institucional local. Conhecedor das letras para redigir documentos de relevo na administração concelhia. Era reconhecido pelos atos oficiais em que era participante¹⁸⁰. Segundo, Teresa Fonseca, o escrivão ocupava a cadeira da

Senhor Jesus Christo/ de mil e sete centos e quinze, Diogo de Mendonça Corte Real a Sobescrevy= El Rey= com guarda. // Em Vertude das ordens assima se publicarão na forma Seguinte A vespóra da publicação, se mandou deitar bando por estavVilla pelo porteiro do Consselho assistindo-lhe os dous almotações da limpeza a cavallo, com Sargente, da ordenança em duas alas a pê, e dous tambores adiante. E no dia da publicação que foi a sinco de Mayo Se publicou a dita paz pelos lugares públicos de Marvilla e Ribeira. desta villa na forma Seguinte. Fizerão-se Sete figuras de Cavallo Rica mente vestidas, a Saber Santarem, Portugal, Castella, e as quatro partes do mundo, e cada hua dellas Levava duas figuras de pé que as acompanhava muito bem vestidas, e entre figura, e figura huã dança com vários instrumentos todas vestidas de gala e a diante de tudo hião três trombetas com Suas [opas] agaloadas que Se Fizerão pera o intento, e Seo terno de charomelas, e logo Se seguirão doze soldados de Cavallo vestidos de amarello em duas alas com Suas espadas nuas na mão atras dos quais se seguirão as sete figuras assima ditas, e no fim dellas hia o alferes da Camera a Cavallo que levava o estendarte Real adiante do qual hia o Juis do povo, também a Cavallo, com as Suas armas Reaes no peito, publicando nos lugares públicos desta ditta villa o extracto atras tresladado, e atras do ditto estendarte hia o Senado da Camera, todos montados a Cavallo vestidos a cortezã, com as Suas Varas na mão, atras dos quais hião todos os meirinhos e alcaides, e escrivães desta ditta villa também a Cavallo, e nesta forma Sahirão do ditto Sennado, e camera os ditos lugares públicos de Marvilla e Ribeira e Se tornarão a recolher ao mesmo Senado com muitos vivas e aplauzos de todos./ E depois da ditta publicação, continuou o povo por discurso de quinze dias com varias festas em todos eles em os quais houve dous dias de touros de cavallo e em outros dous dias vistosas encamihades com Seos carros triunfantes, e nos mais dias varias farças demascarados, e divertimentos divididos em vários Ranchos que enchiam todas as Ruas desta villa com elles e no ultimo dia fizeram festa de Igreja em Sam Joam de Alporão onde esta a imagem da Senhora da Paz a que a dedicarão. Advertindo-se que no ultimo dia de touros se fes huma Vistoza entrada de várias danças custosamente vestidas e huã torre, a qual se abrio n omeyo da Praça, eficou formada em hum jardim com a figura da paz n omeyo, e nos lados huã muzica com boas vozes e bêm afinados instrumentos, e com outras muitas diversidades de festejos e galantarias e para todo tempo Constar o Referido me assiney, Santarem de Mayo 26 de 715/ Joseph da Rosa Ferreira.

¹⁸⁰ COELHO, Virgínia Aníbal (1993) - *Autonomias e Despotismo: A Câmara e a Vila de Santarém no Reinado de D. José*. Cadernos Culturais n.º 4 - Março de 1993. p. 20. Santarém: Câmara Municipal de Santarém - Divisão de Cultura e Desporto e Tempos Livres. ISBN 972-95782-2-2.

governação, como aconteceu no Porto, no Antigo Regime, como o juiz de fora, vereadores e procurador da cidade¹⁸¹.

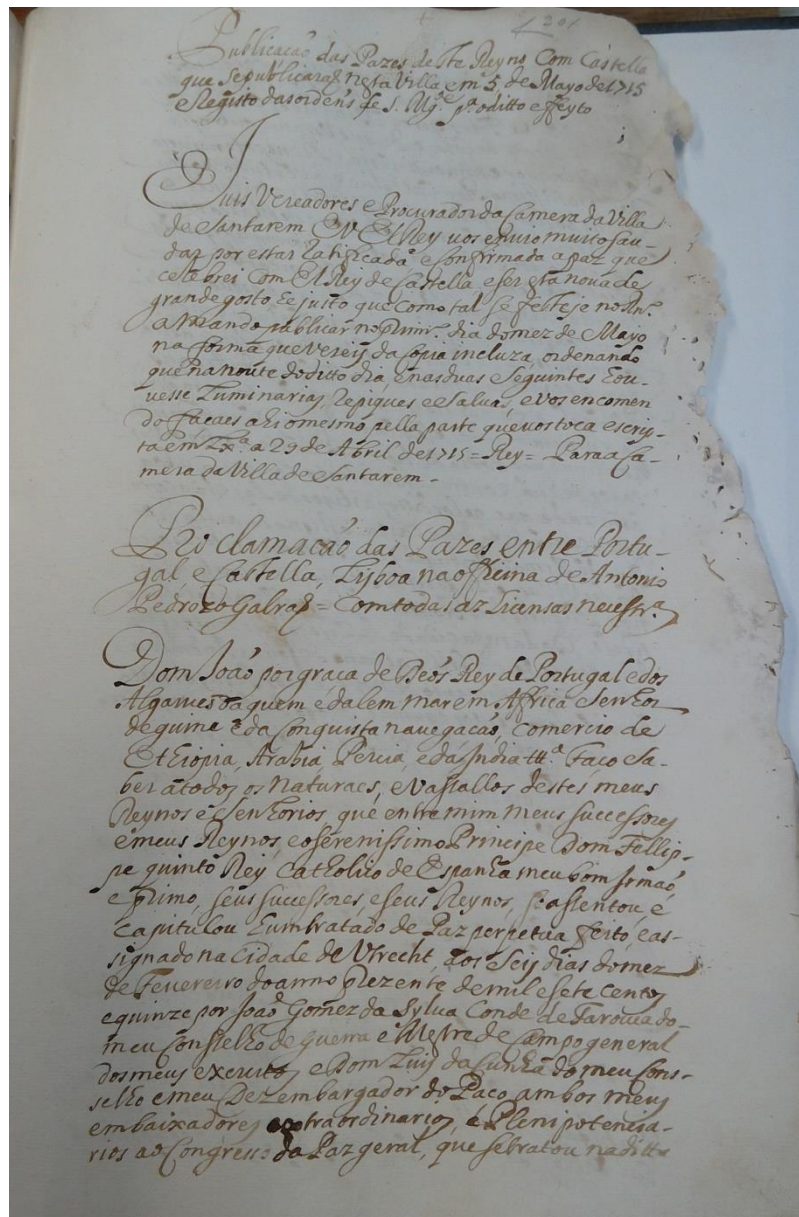


Figura 9 - Carta Régia. In Livro de Atas da CMSTR. fl. 301-302. (1704-1719) (AHCMSTR).

¹⁸¹ FONSECA, Teresa (2002) - Absolutismo e Municipalismo: Évora 1750-1820. Lisboa: Colibri. p. 227. ISBN 972-772-349-7. Apud SILVA, Francisco Ribeiro da (1988) O Porto e o seu termo (1580-1640): Os homens, as instituições e o poder. Porto: Câmara Municipal. Vol. 1. p. 483.

Na Vila de Santarém, na hierarquia municipal, o escrivão ocupava o lugar a seguir ao procurador do concelho e ao alferes da câmara, mas antes do tesoureiro¹⁸². No desfile do culto da quebra dos escudos, em honra de D. José, na cerimonia fúnebre, a 17 de março de 1777, em Évora, o escrivão da câmara desfilou a seguir aos vereadores e juiz e precedendo o tesoureiro e o procurador do concelho¹⁸³. Este cargo, como qualquer outro da administração local, só era ocupado por pessoas nobres e fidalgos da governança, dos melhores que havia, o saber escrever (não era para qualquer um), era como um passaporte para aceder à informação, descrevê-la e ou transcrevê-la pelas suas mãos ao correr da pena, nas diversas repartições, escritório do tabelionato régio e na administração local. Também o escrivão era possuidor e conservador de conhecimento pela informação produzida e tresladada por si. Conhecedor das leis e costumes, era-lhe exigida a perfeição na elaboração dos documentos¹⁸⁴.

Em Santarém, no século XVIII, a atividade de escrivão foi desempenhada por vários membros da mesma família¹⁸⁵.

São inúmeros os registos treslados em Atas, que não devemos ignorar as suas existências, referimo-nos ao nascimento da Infanta D. Maria Clementina, a 9 de junho de 1774 e falecida em 1776, filha de D. Maria I e de D. Pedro III, informação registada na ata da vereação de 11 de junho de 1774¹⁸⁶ e se procedesse aos festejos na forma costumada, pelo nascimento.

¹⁸² FONSECA, Teresa (2002) - *Absolutismo e Municipalismo: Évora 1750-1820*. Lisboa: Colibri. p. 227. ISBN 972-772-349-7.

¹⁸³ IDEM - *Ibidem*. p. 227.

¹⁸⁴ *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de. Rio de Janeiro. 1870. Livro 1. Título 4. p. 15. Cf. Por Al. De 16 de Setembro de 1581. 2). *Mandarà aos Scrivães, que façam as sentenças e Cartas em maneira, que sejam bem feitas e scriptas, e por sua culpa não sejam glosadas, nem as partes por isso deteudas. E sendo alguma sentença, ou Carta glosada justamente, de modo que se deva fazer outra, se o tal erro fôr por culpa do Scrivão, o Chanceller fará logo tornar á parte do dinheiro, que por ella recebo, ou fazer outra de graça. E se for por culpa dos Desembargadores, que a passaram, eles a pagaram ao Scrivão, que a fizer. O Chanceller determinará por cuja culpa se glosou.*

¹⁸⁵ REIS, Maria de Fátima (2005) - *Santarém no tempo de D. João V: administração, sociedade e cultura*. Lisboa: Colibri. p. 88-89 (anexo: *Esquema Genealógico I*). ISBN 972-772-515-5.

¹⁸⁶ AHCMSTR - *Livro de Actas da Camara de Santarem*. (1766-1778). fl. 174.

Informação do óbito do rei D. José I, na vereação de 3 de Março de 1777¹⁸⁷. Não vamos listar todos os acontecimentos da nossa história, registados em Atas das Vereações, mas, mais alguns, ainda referiremos, como o matrimónio de D. João, o Príncipe Regente com a Infanta D. Carlota Joaquina, filha do príncipe das Astúrias e neta do mesmo rei católico¹⁸⁸. O casamento de D. Pedro IV, (D. Pedro de Alcântara) com D. Maria Leopoldina, arquiduquesa da Áustria, filha do imperador da Áustria, Francisco I, a 13 de maio de 1818, no Brasil¹⁸⁹. Não foi informação enviada só à câmara de Santarém, mas a todo o Reino.

A informação deixada nos registos das vereações sobre a deslocação da Família Real para o Brasil é discreta, exceto aquando era rececionada e registada alguma referência, ordem ou informação enviada pelo monarca ao país ou à câmara em especial. Situação idêntica, na informação sobre as tropas inimigas, quando das três invasões francesas.

Por sua vez, na vereação realizada no dia 26 de março de 1808 encontra-se a seguinte deliberação:

O Presidente Dr. Juiz dos órfãos, deliberou o que os magistrados haviam sobre aprovisionamento do Hospital Militar estabelecido nesta villa atenta urgentissima necessidade que do mesmo carecia por intrinseca providencia enquanto o ministro de Estado da Repartição de Finanças não desidia as representações que pelo ditto juiz dos Orfãos lhe havia sido feitos cuja deliberação hera quedos bens do Concelho sahise a quantia de mil reis para que a mesma deliberação se fizesse presente em camara a fin de se pasar as ordens nesasarias acrescentou o sobredito Juiz dos órfãos que huma vez que mesmo os vogais ao proposto. deveria fazer constar em a repartição competente as despesas de tal natureza au comissário au administrado aquém Lanço metida a Sobre ditta sido dada como de empréstimo¹⁹⁰.

¹⁸⁷ AHCMSTR - Livro de Actas da Camara de Santarem. (1766-1778). fl. 256v-257.

¹⁸⁸ AHCMSTR - Vereação de 30 de Maio de 1785. In Livro de Actas da Camara de Santarem. (1783-1788). fl. 81.

¹⁸⁹ AHCMSTR - Vereação de 26 de Novembro 1817. In Livro de Actas da Camara de Santarem. (1814-1818). fl. 184-186v.

¹⁹⁰ AHCMSTR - Livro de Actas da Camara Municipal de Santarem. (1807-1811). fl. 35v. - 36v.

O hospital carecia de condições para prestar o mínimo de assistência aos feridos militares. Para além das tropas francesas, encontravam-se na vila de Santarém homens do exercito britânico, aquartelados pelos diversos conventos locais, um ano depois eram quinze mil¹⁹¹. Como aliados, garantiam alguma segurança na vila, face ao inimigo invasor.

Contudo, na vereação de 27 de junho de 1808, informa o seguinte:

Chegada hoje de dois mil homens de Tropa Francesa, e para lhes preciso levar aquartelaamento com palhas e Mantas, que esta camara sabia e confirma que tinham estes artigos e palhas em que eles se exprimentavão nas preteritas sahidas da tropa, que consequentemente existia pequena quantidade dos ponderados artigos que para o seu suplemento, ou se havião comprar ou exigir do publico, uniformemente foi deliberado que se comprara o preciso para o actual fornecimento, que deixavam isto cuinspeção delle Presidente, que depois Se passaria as competentes ordens, em prezença das receitas asignadas pelo negociante de venda, e por elle presidente. E dese modo ouverão a veriação finda, e assignarão. Manoel Francisco Dias pelo competente o Escrevi. Almeida Sotto Maior, Moncada, Coelho, Paulo da Silva Marques, Joze Freire Pereira¹⁹².

Sobre o funcionamento da Câmara na época das invasões francesas, poucos registos encontramos nas sessões do Senado. Sobre as vítimas das mesmas, nada se encontra, apenas atas rasuradas e uma delas refere o registo de um aviso da Secretaria de Estado de Negócios da Guerra, a solicitar toda a boa hospitalidade ao exército francês.

¹⁹¹ AHCMSTR - Vereação de 20 de março de 1809. In *Livro de Actas da Camara municipal de Santarem. (1807-1811)*. fl. 96-98.

¹⁹² AHCMSTR - Livro de Actas da Camara Municipal d Santarem. (1807-1811). fl. 56.

No registo das tabelas dos preços médios dos géneros, verificámos a subida de preços de alguns produtos, especialmente: pão/cereais, carne, azeite e vinho¹⁹³.

Handwritten document from 1808 showing a list of goods and their prices. The document is written in cursive and includes a date '7 de Abril de 1808' and a location 'Estiva Camarária'.

Item	Price 1	Price 2	Price 3
Trigo Branco	700	680	660
Trigo Amarelo	680	660	640
Trigo Branco	400	380	360
Trigo Amarelo	380	360	340
Trigo Branco	400	390	380
Trigo Amarelo	560	540	520
Trigo Branco	840	820	800
Trigo Amarelo	440	420	400
Trigo Branco	760	740	720
Trigo Amarelo	480	460	440

Figura 11 - Estiva Camarária. Vereação de 7 de Abril de 1808 (AHCMSTR).

¹⁹³ AHCMSTR - Vereação de 7 de abril de 1808. In Livros de Actas da Camara Municipal de Santarem. (1807-1811). fl. 38. Registo dos mapas dos preços dos géneros.

Contudo, em redor, na periferia da vila, o inimigo invasor estava a destruir e aniquilar o território e as produções e o povo. Os mais vulneráveis foram os primeiros a sofrerem as consequências da Terceira e última Invasão. Porque os senhores ausentes das suas casas e que alegavam ter ido para Lisboa proteger a cidade e os bens reais, apresentavam róis dos prejuízos e eram ressarcidos pelo Estado, já o povo, não podia exercer o manifesto direito de reaver os seus bens.

Santarém¹⁹⁴ e outros lugares e vilas, como Alcanede, Alcanhões, S. Vicente do Paul¹⁹⁵, entre muitos outros lugares, foram vitimas das tropas francesas¹⁹⁶ com extrema violência e maldade, causaram sofrimento e fome. Durante vários meses, várias aldeias ficaram reduzidas a entulho. Pilhavam as moradias e destruíam portas, janelas e telhados¹⁹⁷.

O quadro documental mostra-nos que se encontravam aquartelados em Santarém 15 mil homens¹⁹⁸ do exército Inglês, a quem o município e todas as entidades locais tinham de fornecer carne para a alimentação dos mesmos. Foram instalados pelos diversos conventos da Vila: Convento da Trindade;

¹⁹⁴ SILVA, Carlos Guardado (2016) - *A vila e o concelho de Santarém sob a invasão francesa de 1810-1811: Impactos materiais e humanos*. PDF. Em linha: <http://matriadigital.cmsantarem.pt/index.php/arquivodigital/ensaio-ano-i/> [consultado em 30-08-2017.]; <http://cijvs.cm-santarem.pt/index.php/assembleia-de-investigadores/videos/194-80-sessao>. [consult. em 30-08-2017].

¹⁹⁵ RITA, Fernando (2013) - *A Guerra Peninsular em Santarém: Impactos da Terceira Invasão Francesa na região em 1810 e 1811*.

¹⁹⁶ AHCMSTR - Vereação de 26 de novembro de 1807. In *Livro de Actas da Camara de Santarem. (1807-1811)*: [A ata desta vereação encontra-se rasurada a tinta preta]. fl. 10-12; Vereação de 27 de junho de 1808. In *Livro de Actas da Camara de Santarem. (1807-1811)*. fl. 56.

¹⁹⁷ SILVA, Carlos Guardado (2016) - *A vila e o concelho de Santarém sob a invasão francesa de 1810-1811: Impactos materiais e humanos*. PDF. Em linha: <http://matriadigital.cmsantarem.pt/index.php/arquivodigital/ensaio-ano-i/> [consult. em 30-08-2017.]

¹⁹⁸ AHCMSTR - Vereação de 20 de março de 1809. In *Livro de Actas da Camara de Santarem. (1807-1811)*. fl. 96-98.

Convento de S. Domingos¹⁹⁹ e Convento de S. Francisco. A Câmara da vila reviu as posturas municipais em relação às tropas Britânicas²⁰⁰.

A Administração Municipal da Vila criou a *Junta das Sementes*²⁰¹ para distribuir as sementes compradas com fundo de 2.834\$000 oferecidos pelos Britânicos a Portugal, para os lavradores pobres ²⁰².

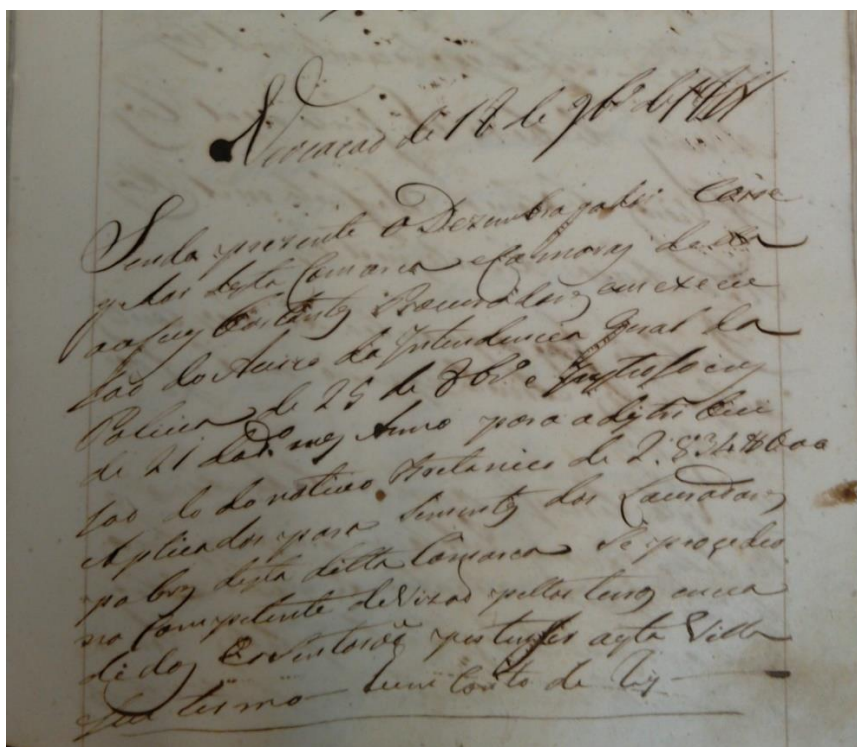


Figura 12 Vereação de 18 de Novembro de 1811. Valor do donativo britânico para sementes

(AHCMSTR).

¹⁹⁹ AHCMSTR - Vereação de 14 outubro 1812. In *Livro de Actas da Camara de Santarem*. (1811-1814). fl. 80.

²⁰⁰ AHCMSTR - Vereação de 19 de agosto 1812. In *Livro de Actas da Camara de Santarem*. (1811-1814). fl. 69.

²⁰¹ AHCMSTR - Vereação de 17 de fevereiro de 1812. In *Livro de Actas da Camara de Santarem*. (1811-1814). fl. 35v.; Vereação de 03 de março de 1812. In *Livro de Actas da Camara de Santarem*. (1811-1814). fl. 38v.

²⁰² AHCMSTR - Vereações de 18 e 27 de novembro de 1811. In *Livro de Actas da Camara de Santarem*. (1811-1814). fl.19-28v. os executivos de Santarém inscreveram-se com os seus respetivos lavradores agregados a cada uma delas, só depois foram compradas as sementes de trigo, cevada e milho para serem distribuídas pelas inscrições realizadas. Todo o processo está registado nas extensas listas, nas folhas das atas referentes às duas vereações.

2.6 O Tesoureiro da Câmara

O tesoureiro municipal tinha a seu cargo receber todas as receitas do município, das rendas dos bens de raiz e de todas as rendas cobradas pela mesma instituição, pois eram vastos os impostos recolhidos pela câmara, mesmo não sendo sua possuidora na totalidade. Segundo as *Ordenações Filipinas*:

O tesoureiro ha de receber todas as rendas do Concelho, e ha de fazer as despesas, que pelos Vereadores forem mandadas fazer. E não receberá, nem despenderá cousa alguma, senão perante o Scrivão da Camera, o qual logo assenterá em livro, que para isso há de fazer; em o qual serão assentados os mandados das despesas, que lle houver de fazer, e serão assinados, no dito livro pelos Vereadores, que os mandarem. E de outra maneira não despenderá cousa alguma das despesas grossas, sob a pena de não lhe ser levada em conta, e as despesas miúdas fa-las-há perante o escrivão da Camera; o qual dellas terá canhenho [registo em livrete], e mostrar aos Vereadores, segundo no Regimento de seu Officio he conteúdo²⁰³.

E quando as rendas do Conselho não forem arrendadas, as arrecadará de maneira que se não percam, sob pena de as pagar dos seus bens, e compor todo o dano, que o Concelho receber.

Referem as *Ordenações Filipinas*, que nos lugares não possuidores de tesoureiros, será o Procurador do Concelho a praticar essa atividade:

(3.) E mandamos aos Tesoureiros e Procuradores do Concelho, que recebem as rendas delle, que arrecadem a terça, que a Nós pertence, assi como arrecadam as que ao Concelho ficam. São obrigados a entregar no segundo terço do anno, lha não peçam, nem os Contadores lhe tomem conta, a terão sempre guardada, sem a despenderem em coisa alguma, postoque pelos Corregedores, Juizes, ou Vereadores lhes seja mandado, sob pena de a pagarem de suas casas. [regimento de 27 Setembro de 1514. t.58.]²⁰⁴.

²⁰³ *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de. Rio de Janeiro. 1870. Livro 1. Título 70. p. 163-164.

²⁰⁴ IDEM - *Ibidem*. Livro 1. Título 70. p. 163-164.

No entanto, o Alvará de 23 de julho de 1766, no seguimento das reformas iniciadas pelo Marquês de Pombal, impõe um aumento dos impostos e conceção de novos, para uma recolha considerável monetária em tempos de crise económica. Solução para grandes males financeiros. A Carta Régia de 22 de Dezembro de 1761 estabelece as condições necessárias à criação do Tesouro Geral Régio, resumindo em duas páginas as políticas financeiras do Marquês, com o fundamento duplo de princípios elementares, de interesses superiores do Estado e do bem estar social:

*O Erário que, chamando-se Régio, é na realidade público e comum porque dele depende não só a conservação da Monarquia em geral, mas até o diário alimento de cada um dos Estados, e Pessoas principais dela no seu particular*²⁰⁵.

As receitas rececionadas pelo tesoureiro aos rendeiros das diversas atividades (*Ramos*) eram aplicadas entre outros fins, para fazer face às despesas com a administração do reino, subsistência da família real e seus funcionários, como as despesas causadas pelo envolvimento do exército português nas guerras e insurreições de movimentos elitistas facionários.

A atividade diária financeira municipal era fundamental para a caracterização da autonomia do município. A Câmara Municipal de Santarém constituiu uma das unidades de informação de elevado valor patrimonial arquivístico, com os registos de todas as verbas rececionadas e expedidas. Tarefa da responsabilidade do tesoureiro, que deveria registar (cada Ramo) em livro próprio todos os movimentos monetários e suas utilidades/fins. A legislação referida anteriormente tinha como base a arrecadação das receitas públicas através da centralidade do Erário Régio e da disciplina na fiscalização das mesmas, a evitar branqueamentos ou outros atos de corrupção económico-financeira. Operação que permitia uma possibilidade no grau de eficiência das determinações centralizadoras e uniformizadas pelo Estado e ainda sujeitas a diversos mecanismos de resistência de edilidades e imposições. Promove ainda o meio monetário, as atividades dos provedores como fiscalizadores pelas

²⁰⁵ FONSECA, Teresa (2002) - *Absolutismo e Municipalismo: Évora 1750-1820*. Lisboa: Colibri. p. 354-355. ISBN 972-772-349-7.

inspeções às contas camarárias pela arrecadação dos diversos impostos régios. Impostos, que sofreram um elevado aumento ao longo dos séculos XVII e XVIII, mais acentuados no período pombalino, para serem utilizados na recuperação da parte baixa da cidade de Lisboa, devido aos prejuízos causados pelo terramoto de 1 de novembro de 1755 e, de forma a garantir a estabilidade monárquica, através das receitas dos impostos. O arquivo é possuidor dos livros para as respetivas entradas: terços, quintos e décimas entre outras rendas como a recolha dos 4,5% e ainda do novo imposto, real de água dos géneros, da carne e vinho, das fontes pontes e caçadas (obras públicas da época) e dos livros da receita e despesa da Câmara de Santarém. A sua administração contabilística de elevado rigor organizacional, muitos desses livros ainda existem no arquivo²⁰⁶. Património incalculável, disseminado através da mostra documental bimensal, pelo arquivo histórico.

No entanto, o alvará respeitante às finanças municipais serviu para regular os aforamentos sem provisão do Desembargador do Paço, que não eram válidos. Os valores dos foros deveriam ser atualizados no fim dos prazos de arrendamentos. Os Tombos do Concelho eram registados pelos juízes de fora.

Na atividade do Tesoureiro recaía imensa responsabilidade na administração financeira da Câmara, mesmo assim, era um ofício de prestígio e credibilidade. Quando surge a desistência do tesoureiro do senado, imediatamente, na mesma vereação, foi apresentado um requerimento a solicitar o mesmo ofício por outro cidadão, na Sessão de Vereação do dia 11 de Novembro de 1801²⁰⁷. Ao tesoureiro cabia a responsabilidade de mandar caiar as prisões para evitar a propagação de epidemias.

²⁰⁶ O mesmo não acontecia em Évora e Montemor-o-Novo. Havia dificuldade na apresentação das contas em saldo negativo. In SILVA, Sandra Patrício da (2017) - *Sistemas de informação das administrações civis no concelho de Sines: 1655-1855*. Tese doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. p. 94.

²⁰⁷ AHCMSTR - *Livro de Actas da Camara Municipal de Santarem. (1800-1804)*. fl. 107-108.

Maio

2.7 Mesteres

Os mesteres eram dois, um eleito para a repartição da Ribeira²⁰⁸ e outro para a de Marvila. Eram nomeados pela *Casa dos Vinte e Quatro* em número de dois e tinham seus mandatos válidos por um ano, com início em janeiro e termo em dezembro. Faziam-se acompanhar ao Senado por uma carta precatória passada pelo corregedor da comarca, que superentendia e supervisionava as eleições dos mesmos oficiais. Eram apresentados ao coletivo municipal, na tomada de posse e juramentos aos Santos Evangelhos²⁰⁹, pelo juiz do povo, que presidia à mesma *Casa* já citada. Participavam nas sessões do Senado, e na hierarquia ocupavam o último lugar, o penúltimo cabia ao escrivão da Câmara.

Aos oficiais em questão eram-lhe atribuídas as funções referidas em *auto de obediência* no exercício das suas funções, ora vejamos: *requere pelo bem comum e dar o seu voto com o seu companheiro quando lhe tocasse e tendo requerimentos do povo fazellos com comedimento*²¹⁰. Era de sua responsabilidade a fiscalização das atividades económicas, dos preços, medidas e pesos e outras atividades, assim como, de efetuarem *corridas*²¹¹ em busca de infrações.

²⁰⁸ AHCMSTR - Foi Mester da Repartição da Ribeira, Antonio Nunes Montez Matozo, por morte de Jose Joaquim Souza. Vereação de 8 de Janeiro de 1785. In *Livro de Actas da Camara Municipal de Santarem. (1783-1788)*. fl. 8.

²⁰⁹ AHCMSTR - *Livro de Actas da Camara de Santarem. (1642-1647)*. fl. 85v.; *Livro de Actas da Camara de Santarem. (1663-1673)*. fl. 39v.e 40. Na Acta da Sessão do Senado da Câmara, a quatro de janeiro de 1645, encontra-se um juramento: *Juramento de misteres. Veio a ela o juiz do povo Manoel Figueira que foi emleito para servir este ano prezente e trouxe a ela hum mandado do Coregedor João Carreira d'Almada em que sairão emleitos para servirem de misteres este ano prezente. De Marvilla, Manoel Figueira, e para mister da Ribeira, Manoel Salgado, aos quais o juis de fora deo o juramento dos santos avangelhos sob o carguo do qual lhes emcarregou que bem e verdadeiramente servirão os ditos carguos de misters, guardando sempre odireito e justiça das partes.*

²¹⁰ AHCMSTR - *Livro de Actas da Camara de Santarem. (1663-1673)*. fl. 36-36v.

²¹¹ AHCMSTR - *Livro de Corridas da Camara de Santarem. (1683-1717); (1684-1700); (1705)*. Fiscalização extraordinária que os vereadores, procuradores e mesteres promoviam, por iniciativas próprias, a requerimento dos moradores ou através do juiz do povo. A fiscalização recaía sobre o preço dos produtos; pelo peso do pão; em vários serviços prestados e também no prejuízo causado por animais que invadiam as propriedades de outrem.

São consideráveis os registos de acontecimentos a atitudes tomadas mediante os mesmos e, para melhor compreendermos, transcrevemos o assunto levado à sessão do Senado, em 27 de maio de 1643:

E logo na dita Camara acordarão que a requerimento do juiz do povo que na forma de provizao de Sua Magestade se lhe desse um talho pera que o juis do povo e misteres partirem a carne pelo povo e logo em cumprimento da dita provizão lhe nomearão o talho de Luis Galvão. Elle não sera constrangido de pessoa alguma nem de almotase a lhe dar carne nenhuma pessoa senão per ordem dos ditos misteres e juis do povo de que mandarão fazer termo que assinarão²¹².

Os Oficiais com as ditas funções de fiscalizarem²¹³ e distribuírem pelo povo os excessos recolhidos nas operações em curso das suas atividades enfrentavam conflitos com outros oficiais administrativos, que consideravam tais funções de sua pertença. Tanto os procuradores, misteres ou juízes do povo, que enfrentavam tais situações tinham a proteção do Senado. Recordamos outro episódio relativo, em sessão do Senado, a um de fevereiro de 1644, em que foi convocado o:

Corregedor da Comarca para estar presente a fim de impedir que fosse preso o mester de Marvila, Manuel Dias, por ordem do provedor, porque o mester não lhe quisera dar carne, uma vez que o açougue estava fechado por ordem do escrivão da almotaçaria. Para ivitar a emquietação da gente que estava na praça e ocasionar que se repartisse em outra ora mais acomodada em que as pessoas de quem era a carne não perderem sua fazenda per serem de fora e a este

²¹² AHCMSTR - *Livro de Actas da Camara de Santarem*. (1642-1647). fl.95.; RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 352. ISBN 972-8491-26-3.

²¹³ AHCMSTR - *Livro de Actas da Camara de Santarem*. (1673-1680). fl. 186v. : Regista a sessão do dia vinte e sete de março de 1677, que foi requerido pelo mester de Marvila, Antonio de Matos, que viessem os almotacés, respectivos, às praças de Marvila e Ribeira almotaçar e reparti todo o peixe em que esta villa vem vender, e não consentirão que o peixe se venda fora das ditas prassas com pena de seis mil reis pagos da cadeia assim a pessoa que o cortar e vender fora da mesma penna emcorrero os almotaceis que consemtirem vender-se o peixe fora da ditta prassa e que fora della o almotaçarem.

respeito não terem o dito mester culpa e tudo diguo e aver prosedido com tanta justificação²¹⁴.

Vereação feita nelle Juiz
em ay de Juiz de Sanarém
em 17 de Jano de 1801

Donde prezente Manoel Pereira eleito pro
ra misto de Meriella e Jaci e Alana de
ny eleito para misto de Redina por vir
tude da carta pora ltra do Juiz de Sanarém
e ltra da da pau e Jurado de Sanarém e
Juiz de Sanarém e misto de Meriella de
Mestres e Juiz

Manoel Br. Joao Antonio Pereira

Carta forma e ltra de Vereação por

Figura 16 - Vereação 17 de Janeiro de 1801. Tomada de posse de Mister (AHCMSTR).

²¹⁴ RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 352. ISBN 972-8491-26-3.

2.8 O Almotacé

O almotacé, como oficial do concelho, tinha à sua responsabilidade fiscalizar o abastecimento de géneros alimentícios, os preços de alguns desses alimentos, os salários dos ofícios, os pesos e medidas e evitar que os rendeiros fizessem avença com as partes por almotaçaria²¹⁵.

Aos almotacés não lhes era permitido serem descendentes de judeus, cristãos novos ou pertencerem a familiares com ofícios mecânicos²¹⁶, mas recebiam bons privilégios. Segundo *Frei Manuel Soares, o desempenho dos cargos de vereadores e almotacés, se introduzido o costume de aquelle que hũa vez for vereador ou duas almotace adquirisse foro de nobreza, com priminencia e izenção de cidadão, ainda que não seja de geração de cidadãos*²¹⁷. As suas atribuições jurisdicionais eram enumeradas numa vasta ação de atividades. Segundo as *Ordenações Filipinas*²¹⁸, as câmaras municipais aplicavam a justiça auxiliadas pelos profissionais da almotaçaria. Nela, exerciam a autonomia própria do cargo de almotacé²¹⁹.

²¹⁵ SERRÃO, Joel [et al.] (1968) - Almotacé. In *Dicionário da História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais. p. 121. Vol. 1.

²¹⁶ HESPANHA, António Manuel (1984) - *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Cap. XIV. Administração Pública. p. 366.; REIS, Maria de Fátima (2005) - *Santarém no tempo de D. João V: administração, sociedade e cultura*. Lisboa: Colibri. p. 89. Nota 81, e p. 112-114. ISBN 972-772-515-5.

²¹⁷ RODRIGUES, Martinho Vicente (1997) - *Santarém no Tempo dos Filipes (1580-1640)*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. Vol. 1. p. 123. ISBN 972-97066-5-4.; OLIVEIRA, António de (1975) - A População das Comarcas de Leiria e Santarém em 1537. In *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: F. L. da Universidade de Coimbra. Vol. 15. p. 377.

²¹⁸ *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de. Rio de Janeiro. 1870. Livro I. Título 66. p. 144-145. Título 67. p. 153-157. Título 68. p. 157-162.

²¹⁹ AHCMSTR - *Livro de Arrematações da Renda da Almotaçaria fora de Marvila* (1642). fl. 12. Cf. No mesmo livros encontram-se as rendas das 3.^{as} e 4.^{as} do Rossio de Alvisquer, os oficiais: Cristovao Coutinho; Gaspar Dias de Oliveira, procurador do Concelho; [Eugénio] Simões e Simão Gonçalves, mestres; Belchior Dias, porteiro do Concelho, contas apresentadas em Camara. O Juiz de Fora, João de Freitas Coutinho; *Livro de Arrematações da Renda da Camara* (1683-1689). fl. 9 e v. (Arrematação da renda da almotaçaria das Portas de Marvilla, arrematada a Manoel de Faria em presso de 1\$850 réis; fl. 14 e v. Arrematações da Renda da Câmara; das

O Almotacé se pode escusar de servir, quando prove que na terra não servem pessoas da sua qualidade²²⁰. José Viriato Capela defende que:

o exercício do poder local - ao mesmo tempo legislativo, judicativo e executivo em grande medida praticamente se reduz e conduz por esta via, na qual participam em diferentes níveis, conforme a complexidade da administração local, o juiz de fora e seu juízo geral, a câmara e vereadores, os almotacés, os juizes e oficiais de vintena das paróquias e lugares²²¹.

O juiz de fora e vereadores eram presenciados pelo escrivão da almotaçaria e a participação dos atos iam para a apelação da vereação. Os processos não eram longos na composição de *grandes escrituras* e resolvidos com brevidade, segundo o estudo de Sandra Patrício²²², as audiências realizavam-se na câmara, duas vezes por semana, na presença do escrivão da almotaçaria, dos rendeiros antigos, os atuais ou outros envolvidos, o juiz de fora, vereadores e procurador do concelho e os mesteres²²³. Os autos eram elaborados pelos procuradores e assinavam todos os intervenientes, rendeiros,

Sisas das Carnes arrematadas a Antonio de Paiva em presso de 300\$000 réis e, Arrematação a Joseph da Silva, 17 moios de cevada. O juiz de fora, Castro Gomes Leitao; Vereadores, Domingos Correia da Silva, Manuel da Silva Girao e Joao Coimas Macedo; Procurador do Concelho, Pedro Barros Silva; Mesteres, Manoel Garcia e Antonio de Oliveira; Porteiro, Manoel Gonçalves, com hum ramo verde na mao de voz alta e ligivel em pregão da renda por desassete moios de cevada. (1683-1689). fl. 21 e v.

²²⁰ ALMEIDA, Candido Mendes de (1869) - *Auxiliar Juridico: Servindo de Apendice A decima quarta edição do Código Philippino ou Ordenações do Reino de Portugal: recopiladas por mando de El-Rei D. Philippe I.* Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico. Auxiliar jurídico: Apêndice às Ordenações Filipinas. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian Vol. 1. p. 49.

²²¹ CAPELA, José Viriato (1995) - *História Municipal, História Local e História Nacional: notas para um projecto de estudo.* In BARATA, Maria Rosário Themudo. Coord. - *Amar, Sentir e Viver a História: estudos de homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão.* Lisboa: Edições Colibri. p. 721-729.

²²² SILVA, Sandra Patrício da (2018) - *Sistemas de Informação das administrações civis no concelho de Sines: 1655-1855.* Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. p. 100.

²²³ AHCMSTR - *Livro de Arrendamento das Barquas deste anno de (1639-1640).* fl. 23, 80v.-81v. (Fianças das rendas da carne), escrivão da camara: Francisco Coelho.

juiz, escrivão e pelos almotacés. O rendeiro da almotaçaria prestava fiança, correndo o risco de haver penhora dos seus bens²²⁴. As posturas municipais, entre outras funções, serviam de *regulamento* aos almotacés e suas atividades.

A almotaçaria era uma função exercida por um inspetor (almotacé) que lhe competia a inspeção dos pesos e medidas e o tabelamento dos preços dos géneros²²⁵. Não “exagerando”, ao almotacé competia-lhe fiscalizar todos os atos possíveis de transgressões, verificar se as *posturas municipais* estavam a ser aplicadas em conformidade. Averiguar o preço e peso do pão, e levantar autos de punição às padeiras, farinheiras ou moleiros.

Na descrição de Sandra Patrício:

*Cabia aos almotacés verificarem o abastecimento da vila junto aos vendedores: controlo dos preços, aferição de pesos e medidas, acompanhamento de abate de gado, fixação do preço do pescado consoante o seu tamanho. Cabia-lhes ainda assegurarem a limpeza da vila, fiscalizar a responsabilidade de cada morador na limpeza do espaço junto à sua casa*²²⁶.

Conforme estudo de Martinho Vicente Rodrigues, a atividade de Almotacé já existia desde 1145, encontrada no registo de Posturas Municipais de Coimbra. Introduzidas pelo Conde Sisnando, ficaram conhecidas através de estudo realizado por Alexandre Herculano²²⁷.

²²⁴ AHCMSTR - *Livro de Notas da Camara Municipal de Santarem*. (1689-1696). [Escrituras das rendas, fianças e obrigações]. fl. 107-108.

²²⁵ PERFEITO, Abílio Alves Bonito [et al.] (2010) - *Dicionário da Língua Portuguesa: Acordo Ortográfico - o antes e o depois*. Porto: Porto Editora. p. 82. ISBN 978-972-0-01488-7.

²²⁶ SILVA, Sandra Patrício da (2018) - *Sistemas de informação das administrações civis no Concelho de Sines: 1655-1855*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. p. 101.

²²⁷ RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 370-403. ISBN 972-8491-26-3.; TORRES, Rui de Abreu (1968) - Almotacés. In *Dicionário de História de Portugal*. Dir. SERRÃO, Joel (1968). Lisboa: Iniciativas Editoriais. Vol. 1. p. 121.; *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de. Rio de Janeiro. 1870. Livro 1. Título 67. p. 153-157.

A Postura Municipal de Santarém do Ano de 1643²²⁸ contém o traslado de um alvará do Príncipe Regente a pedido do juiz do povo, para ordenar os almotacés a tomarem funções nos meses de junho a dezembro para recolherem informações:

*emquirisões sobre os rendeiros e jurados que emtao forem, e os já servirão naquele anno e tiverem acabado seus arrendamentos asreca das avenças que fazem com os daninhos como esta disposto pella ordenação do livro primeiro titulo secenta e oito paragrafo quatorze*²²⁹.

Estes oficiais tomavam conhecimento dos casos e resolviam divergências sobre diversos temas, desde construção de casas como pequenas reparações. Aplicam multas aos transgressores e penas pecuniárias conforme o estabelecido nas *Posturas Municipais*²³⁰ e nas *Ordenações Filipinas: E eles julguem as coimas ao Concelho pagando-as os que acharem em culpa, e o rendeiro outro tanto, quando se prover, que sabendo parte dellas, as não demandou*²³¹.

Os Livros de Atas do Senado da Câmara principiam em fevereiro de 1642, livro não completo, o mesmo acontece com muitos outros posteriores, que se encontram já muito negligenciados com bastantes galerias de bibliófagos, manchas de humidade e de fungos.

Martinho Vicente Rodrigues fez o levantamento de extensos assuntos referenciados nas atas do século XVII, do senado de Santarém. Como refere sobre a ata do ano de 1643:

na sessão de abertura da pauta a 9 de janeiro, ordenou o juiz de fora aos vereadores mais velhos, cessantes, Cristovão Couceiro e Álvaro de Mancelos de Moraes, que servissem de almotacés no primeiro trimestre, recusando estes servir [...] em primeiro lugar [...] e per de todo

²²⁸ AHCMSTR - Livro de Posturas da Câmara de Santarém: *Treslado da Postura da Camara desta Muy Nobre e Sempre Leal Villa de Santarem feito por Diogo de Freitas de Maçedo Escrivão da Almotaçaria da Repartição da Ribeira, Maio do anno de (1643)*. fl. 109v. - 110v.

²²⁹ IDEM - *Ibidem*. fl. 109v.-110v.

²³⁰ IDEM - *Ibidem*. fl. 6, 10-11 e 158.

²³¹ *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de. Rio de Janeiro. (1870). Livro 1. Título 68. p. 157-162.

*recuzarem elle juiz os preendeo. Contudo na sessão do dia 14 do mesmo mês, já constava o registo do seu juramento: Cristovão Couceiro serviu em Marvila e Álvaro Mancelo de Moraes seriu na Álvaro Mancelo de Moraes seriu na ibeira*²³².

Encontramos, nas atas da câmara, inúmeras situações referentes aos almotacés, que cooperavam em conjunto, ou seja, aos pares, segundo a referência da ata de 28 de novembro de 1643:

*Requererão a eles juís e vereadores que o almotace Gaspar de Carvalho de Rezende que fora a Ribeira dar correição ontem vinte e sete deste mes sendo que pera a dita parte há lamotase particular a quem pertencia a dit acoreição e o dito Gaspar de Carvalho e a Marvilla e assim que foi a dita correição dada por juís incompetente pelo que acordarão que todas as comdenasoies que fes na dita coreisão são nulas e de nenhum vigor e que o almotase João Rebello a quem pertemse a dita coreição pelas situasoies feitas comdene o [sic]asolva [sic]os que lhe pareser conforme achar justiça, mandando tornar o dinheiro as partes que achar estar mal condenad,o avertindo a cada hum dos almotaseis que não saião fora de sua jurisdição dar semelhante coureição*²³³.

Os almotacés eram eleitos localmente, seguindo as regras das *Ordenações Filipinas* e deviam servir dois oficiais em cada mês do ano. Sendo que o primeiro trimestre pertencia à vereação cessante. No primeiro, os dois juízes; no segundo, os dois vereadores mais velhos; e no terceiro, o vereador mais novo e o procurador²³⁴. Para completar o tempo, pertencia à câmara proceder à eleição dos *nove pares de homens bons dos melhores que houver no*

²³² RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 373. ISBN 972-8491-26-3.; AHCMSTR - *Livro de Actas do Senado da Camara da Villa de Santarem*. (1642-1647). fl. 63 e v.

²³³ AHCMSTR - *Livro de Actas do Senado da Camara da Villa de Santarem*. (1642-1647). fl.120v.

²³⁴ *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de. Rio de Janeiro. (1870). Livro 1. Título LXVII. p. 153-157.; FONSECA, Teresa (2002) - *Absolutismo e Municipalismo: Évora 1750-1820*. Lisboa: Colibri. p. 217-227. ISBN 972-772-349-7.

*Concelho, que esse ano não forem oficiais dele, e que sejam pertencentes para o ser*²³⁵. A atividade de almotacé não era muito apelativa para a elite nobre, mas mesmo assim, manteve-a sempre na sua posse, para evitar desvalorização social da atividade, com semelhante atitude em relação ao cargo de vereador. O que reforça a acentuada aristocracia conservadora no reino²³⁶.

Os Almotacés eram eleitos de três em três meses, confirma-se na pesquisa em curso para o presente estudo, que todos os livros de vereações consultados registam as suas tomadas de posse e juramentos²³⁷. Também os almotacés da limpeza são recordados pelos vereadores, em sessão, para a responsabilidade de manterem a vila limpa. Recordam que a mesma se encontra cheia de entulho, pelas pessoas naturais, como do inimigo invasor junto ao átrio da igreja de Marvila²³⁸.

Em vereação estabelecem maior rigor para com os almotacés e outros oficiais, sendo chamados à atenção nos exercícios das suas funções, sob pena de prisão, assim como os avaliadores são obrigados a apresentarem os mapas dos preços dos géneros (estivas camarárias) em data estabelecida e mensalmente²³⁹.

²³⁵ *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de. Rio de Janeiro. 1870. Livro 1. Título LXVII. p. 153-157.

²³⁶ FONSECA, Teresa (2002) - *Absolutismo e Municipalismo: Évora 1750-1820*. Lisboa: Colibri. p. 227. ISBN 972-772-349-7.

²³⁷ AHCMSTR - Vereação de 9 de junho de 1759. In *Actas da Camara de Santarém*. (1755-1766). fl. 116.; Vereação de 27 de Março de 1784. In *Actas da Camara de Santarem* (1783-1788). fl. 39-40.

²³⁸ AHCMSTR - Vereação de 19 de janeiro de 1820. In *Livro de Actas da Câmara de Santarém*. (1818-1820). fl. 136v.; AHCMSTR - A vereação de 20 dezembro 1817. In *Livro de Actas da Camara de Santarem*. (1814-1818) alerta o almotacé para proceder à limpeza, no *Adro da igreja de Marvila encontrasse cheio de entulho e a mesma prassa cheia de barracas do inimigo invasor*. fl. 193-195.

²³⁹ AHCMSTR - Vereação de 30 de abril de 1803. In *Livro de Actas da Camara de Santarem*. (1800-1804). fl. 172.

§. 4.

Para os Almotacés saberem bem servir seus cargos, depois que tomarem juramento em a Câmara, e nella se lhes entregar suas varas, se lhes mandará entregar o livro destas posturas para condemnarem por ellas aos Peos, e observarem o seu Regimento, que se o seguinte.

Regimento Dos Almotacés.

Que trata a Ord. Liv. 1. Titulo 68. 18.

§ 1.º

Os Almotacés terão cuidado, que o primeiro até o segundo dia, a mais tardar, como entrarem, mandem logo pregoar, q os Camiceyros, padeiras, regateyras, almocreves, alfayates, Capateyros, e todos os outros Officiaes usrem de seus officios, e deem os mantimentos em abundancia, guardando as vereações, e posturas do Consello. E dado este prego saberam [perguntando algumas testemunhas por palavra, sem fazerem sobre isto escriptura] se eses officiaes guardam as posturas do Consello; e se as nam guardam, se as demandam os rendeiros, e jurados, e se as nam demandarem

Figura 17 - Livro de Posturas da Câmara Municipal Santarém (1745) (AHCMSTR).

2.9 Lançadores do Verde

A Câmara da Vila possuía os lançadores do verde, estes oficiais tinham a função de lançarem em pregão e com um ramo verde na mão, as arrematações dos verdes, haviam que construir formas dos campos serem vigiados por guardas campestres, a fim de protegerem as searas, sementeiras, colheitas ou mesmo as pastagens, para alimento de animais. Segundo, António Manuel Hespanha²⁴⁰:

O principal oficial das Lezírias era o provedor e contador que superentendia sobre o arrendamento e polícia, como estabelece o Regimento das Lezírias, n.º 40). Abaixo dele o Almoхарife, com funções de tesoureiro, de polícia e de justiça, competindo-lhe conhecer todas as causas das lezírias e daquelas em que fossem partes os seus lavradores, que tinham o privilégio do foro - com a alçada dos juizes ordinários, dando apelação e agravo para o Conselho da Fazenda ou, no caso dos feitos dos lavradores que não dissessem respeito às lezírias para a Relação (Reg. Lezírias, n.º 50)²⁴¹.

Os lançadores do verde ao lançarem em pregão, as terras para arrendamentos, como campos da Ribeira, rossios de Alvisquer ou de Valada, propriedades de bens de raiz da câmara e do monarca²⁴², preocupavam-se com a recolha da receita, desta era retirado o terço para entregar a sua majestade. As rendas do verde diziam também respeito ao contrato anual de arrendamento das terras e, das coimas aplicadas a quando o não cumprimento das posturas, relativas às mesmas rendas e seus pagamentos nos prazos estabelecidos. Os senhorios não deixam perder oportunidade para fazerem valer a aplicação das coimas pelos almotacés, estabelecidas nas posturas e normas municipais. Martinho Vicente Rodrigues fez o levantamento do pagamento do valor das rendas do verde de Valada, de Alvisquer e da repartição da Ribeira²⁴³.

²⁴⁰ HESPANHA, António Manuel (1994) - *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político: Portugal-séc. XVII*. p. 224-226. ISBN 972-40-0782-0.

²⁴¹ IDEM - *Ibidem*. p. 225-226.

²⁴² AHCMSTR - *Livro de Receita e Despesa da Camara Municipal de Santarém*. (1818).

²⁴³ RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p.464-467. ISBN 972-8491-26-3.

2.10 Subsídio Literário

O primeiro ministro de D. José I (1750-1777), que mais tarde lhe foi atribuído o título nobiliárquico de Marquês de Pombal, criou várias reformas, como a do Ensino, criou o subsídio literário, para sustentar o pagamento dos vencimentos aos professores régios²⁴⁴, progresso bem demarcado em Portugal²⁴⁵, progressos manifestados nos cofres do estado²⁴⁶. Mouzinho da Silveira, considerado figura carismática do Liberalismo²⁴⁷, efetuou novas reformas no campo administrativo, económico, políticas agrícolas e industriais, que não serão desenvolvidas nesta dissertação.

²⁴⁴ CARVALHO, Rómulo de (2001) - *História do Ensino em Portugal*. 3.^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. p. 455. ISBN. 972-31-0173-4.; HESPANHA, António Manuel (1997) - A Fazenda: A teoria financeira do Antigo Regime; Tributos. p. 194. In *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Dir. MATTOSO, José. [et al.] Coord. HESPANHA, António Manuel. Lisboa: Editorial Estampa. Vol. 4. p. 181-213. ISBN 972-33-1311-1.

²⁴⁵ IDEM - *Ibidem*. p. 423-483. ; TORGAL, Luís Reis (1998) - A Instrução Pública. In. *História de Portugal: O Liberalismo*. Dir. MATTOSO, José. [et al.], (1998). Coord. de TORGAL, Luís Reis e ROQUE, João Lourenço. Lisboa: Editorial Estampa. ISBN 972-33-1310-3. Vol. 5., p. 515-550.

²⁴⁶ MACEDO, Jorge Borges de (1982) - *A Situação Económica no Tempo de Pombal*. p. 85-88; 97. 2.^a ed. Lisboa: Moraes.; HESPANHA, António Manuel (1997) - A Fazenda: A teoria financeira do Antigo Regime; Tributos. p. 194. In *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Dir. MATTOSO, José. [et al.] Coord. HESPANHA, António Manuel. Lisboa: Editorial Estampa. Vol.4. p. 181-213. ISBN 972-33-1311-1.

²⁴⁷ <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3841.pdf>. [consultado em 14-02-2018].

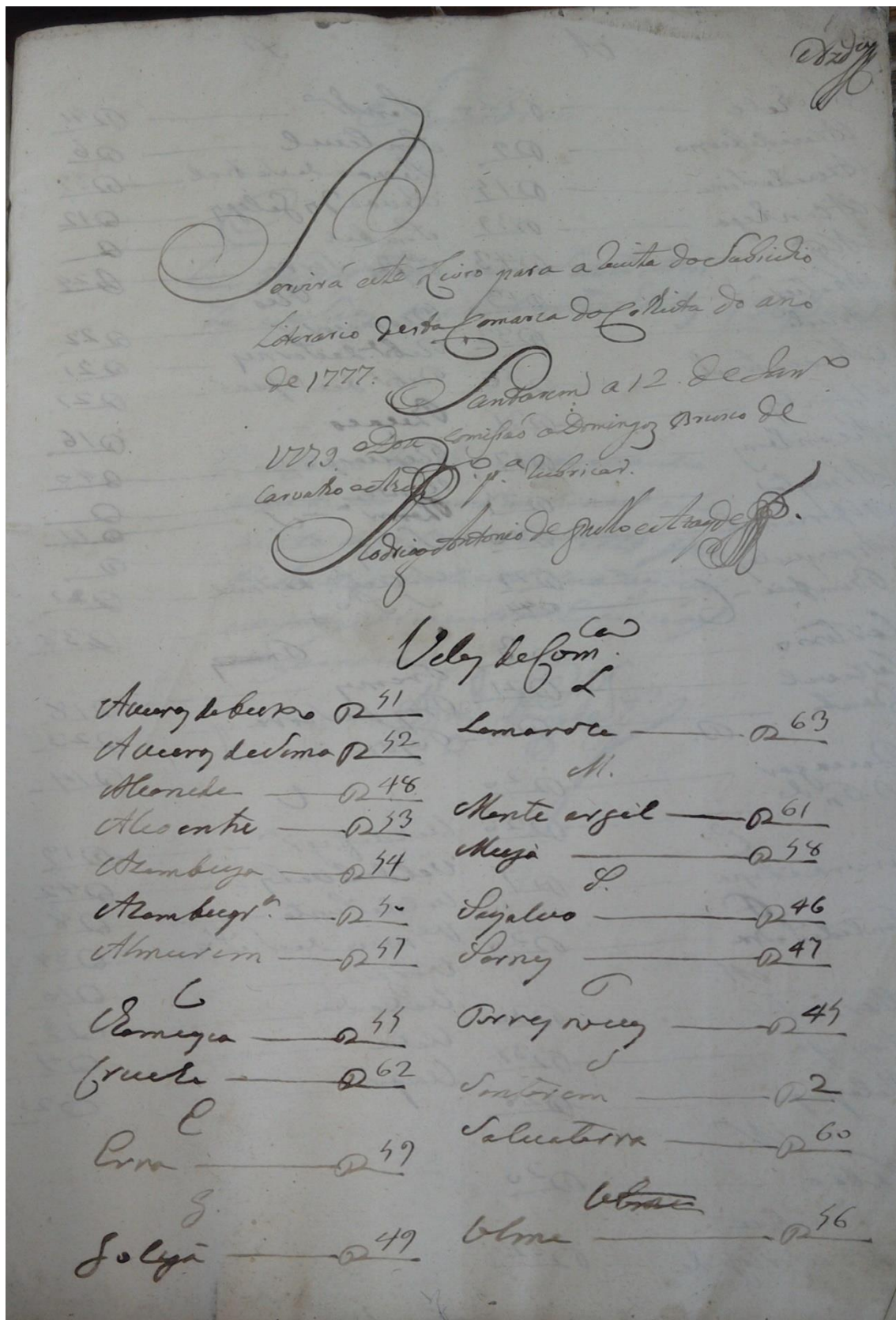


Figura 18 - Livro para a Receita do Subsídio Literário (1777) (AHCMSTR).

3. A Vila, Instituições e o Poder Central

3.1 A Correição

A origem da Correição remonta aos finais da Idade Média, espaço em que se dividiu o Reino em seis circunscrições: *Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes; Beira, Estremadura, Tejo e Guadiana e Algarve*²⁴⁸. Em 1527-1532, eram já nessa altura 27 e, em meados do século XVII, eram 32 os juízes de fora. Na estrutura administrativa do concelho, a jurisdição de primeira instancia, os juízes de fora e o poder central, alternavam-se as Comarcas ou as Correições, num território sob a jurisdição de um corregedor ou ouvidor²⁴⁹.

Porém:

*A isenção da correição tinha como efeito, de forma negativa, proibir a entrada do corregedor régio nas terras dos donatários e, de forma positiva, sub-rogar o ouvidor senhorial nas funções desse magistrado real. Assim, no caso de doação da correição, os ouvidores senhoriais exerciam todos os poderes dos corregedores incluídos os relativos ao conhecimento de feitos por acção nova ou por via de agravo*²⁵⁰.

Mas nem todos os senhorios tinham isenção completa de correição. Em determinadas situações e locais, o corregedor entra por um curto período de tempo, um mês por exemplo. Por sua vez a isenção de correição implicava a ausência de outras funções do âmbito da ação do corregedor, como por exemplo, a oposição do duque de Guimarães à execução do *numeramento* ordenado por D. João III, e, na sentença obtida pela casa de Vila Real, em 1501²⁵¹.

²⁴⁸ RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 147. ISBN 972-8491-26-3.

²⁴⁹ IDEM - *Ibidem*. p. 147. ISBN 972-8491-26-3.; HESPANHA, António Manuel (1994) - *As Vésperas do Leviathan: Instituições e poder político: Portugal - Séc. XVII*. Coimbra: Almedina. p. 98 - 100 e 394-401. ISBN 972-40-0782-0.

²⁵⁰ IDEM - *Ibidem*. p. 395.; *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de (1870). Rio de Janeiro. Livro I. Título 6. p. 22 - 25. Título 7. p. 25-31.

²⁵¹ HESPANHA, António Manuel (1994) - *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político: Portugal-séc. XVII*. p. 395. ISBN 972-40-0782-0.

Na administração municipal de Santarém, em 1820, na sessão do senado de 13 de Dezembro, o senado procedeu à:

*revogação do Acórdão de [sic] que o exclui/ outro sim que daqui por diante não haja preferência alguma em os dias da Correição; mas sucessivamente se façam Serviço das mesmas, começando na primeira segunda feira de Janeiro Joze Maria Sipriano, na Quinta Joaquim da Costa Malfeito, na outra segunda feira Francisco Rodrigues Corado, e na quinta Alexandre Lopes, na terceira segunda feira Joaquim da Costa Malfeito e na quinta Jose Maria Sipriano. E assim por diante*²⁵².

Ficaram estabelecidos os dias para os juízes realizarem as suas correições.

Foi suspensa a *correição pela repetição com frequência dos terramotos nesta villa*, registo referenciado na vereação de 11 de dezembro de 1755²⁵³.

3.2 O Corregedor

A atividade dos corregedores remonta à época de D. Dinis, num campo de ação política, de reforços de disciplina e controlo da administração, em exercício desde o reinado anterior, ou seja, D. Afonso III (1248-1279). Como magistrados extraordinários, eram quase sempre leigos da corte, encaminhados para locais onde era necessário corregerem sobre as desordens e perturbações locais. Exerciam sob a autoridade do meirinho-mor, figura institucional preparada com funcionalidades semelhantes por D. Afonso III²⁵⁴, que abrangia uma área mais extensa e outras comarcas.

A intervenção régia foi reforçada no reinado de D. Afonso IV, na administração dos corregedores locais, pelo regimento de 1332²⁵⁵. As suas funções estavam restringidas ao judicial, mas foram expandidas a outras funções como à administração local, à vereação, à administração da terra.

O corregedor da Comarca, era o magistrado que tinha jurisdição em toda uma Comarca sobre juizes della, os quais lhe devião dar parte dos

²⁵² AHCMSTR - Livro de Atas da Camara de Santarem. (1820-1823). fl. 16v e 17.

²⁵³ AHCMSTR - Livro de Actas da Camara de Santarem. (1755-1766). fl. 10-14.

²⁵⁴ FONSECA, Teresa (2002) - *Absolutismo e Municipalismo: Évora 1750-1820*. Lisboa: Colibri. p. 425. ISBN 972-772-349-7.

²⁵⁵ IDEM - *Ibidem*. p. 425.

casos mais graves que aconteciam, e para eles se recorrendo por agravo dos ditos juizes²⁵⁶. Extintos pelo art.º 18 da Disposição Provisória, forão os Corregedores das Comarcas substituídos pelos juizes de Direito. Era esse Magistrado o antigo Pretor Romano. Ao princípio, forão conhecidos em Portugal pelo nome de Meirinhos-mores, até ao século XV passarão a ter o nome de Corregedores. Na parte relativa às correições, todas as atribuições dos Juizes de Direito forão compendiadas no D. n.º 834 de 2 de outubro de 1851, podendo-se, portanto, quasi que prescindir da legislação antiga sobre um tal assumpto²⁵⁷.

Os corregedores, na aplicação do direito, eram caracterizados por uma expressão excecional, porque pelas suas jurisdições específicas não lhes era permitido as causas das competências dos juizes locais, exceto em circunstâncias de se sentirem na espécie de réus²⁵⁸. Os magistrados, nas suas jurisdições sobre a conjuntura da vida político-administrativa e social da vila de Santarém²⁵⁹, avocavam de forma defensora e não por expressão de poder hierárquico²⁶⁰. Mas confirmando com as *Ordenações Filipinas*, passaremos a referenciar as competências nas suas áreas de atuação: *Inspeção judiciária e promoção da justiça*²⁶¹; *vigilância sobre a ordem publica e social*; *fomento*

²⁵⁶ *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de (1870). Rio de Janeiro. Livro I. Título 58. p. 103-115.

²⁵⁷ IDEM - *Ibidem*. p. 103.

²⁵⁸ RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 150. ISBN 972-8491-26-3.

²⁵⁹ AHCMSTR - Vereação de 16 julho 1819. In *Livro de Actas da Camara de Santarém*. (1818-1820). fl. 93.

²⁶⁰ RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 150. ISBN 972-8491-26-3.

²⁶¹ *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de (1870). Rio de Janeiro. Livro I. Título 58. p. 103.: *O Corregedor da Comarca, tanto que for em sua correição, mandará aos Tabelliães do lugar, para onde houver de ir, que lhe enviem as culpas, querelas e stados, que tiverem de quaisquer pessoas, que sejam obrigadas á justiça.*

*económico e florestal; zelar sobre a administração municipal e superintender no levantamento das tropas*²⁶².

*Outrosim terá cuidado de saber, que tabeliães há em cada Villa e Julgado de sua correição, e se sabem bem fazer seu Officio, e se usam delle como devem. E achando que algum por seu mao ler e screver, ou outra inabilidade, não he suficiente para servir tal Officio, o que suspenda delle, e lhe assine o termo, a que apareça perante os Desembargadores do Paço, aos que quaes enviará dizer seus defeitos, e a causa porque suspendeu, como for direito*²⁶³. *E tanto que chegar a cada lugar de sua correição, saberá se he necessário fazer eleição dos Juizes e Officiais do Concelho*²⁶⁴.

Era de responsabilidade do corregedor fazer as correições anuais pelos lugares do termo da sua comarca, ou seja, da comarca de Santarém. Para verificar situações menos corretas que tivessem sido instauradas. Evitando corrupção ou mesmo evitando o envolvimento de juizes na aplicação menos correta no procedimento. Ou, ainda, por manipulação de figuras influentes.

Competia-lhes certificarem-se do grau de medicina dos médicos existentes nos lugares, ou cirurgiões, ou sangradores, ou outras pessoas que curem de cirurgia ou de sangramento e, quantos são, ou seja, deviam fazer um recenseamento dos profissionais de saúde existentes. Quando faziam correição²⁶⁵, confirmavam se a aplicação do foral estava a ser executada sem corrupção ou sem qualquer perturbação na sua aplicação.

²⁶² RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 150. ISBN 972-8491-26-3.

²⁶³ *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de (1870). Rio de Janeiro. Livro I. Título 67. p. 153-157. Título 58. p. 103.

²⁶⁴ *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de (1870). Rio de Janeiro. Livro I. Título 58. p. 104. Título 67. p. 153-157.

²⁶⁵ *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de. Rio de Janeiro. 1870. Livro I. Título 58. p. 108.; RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 152-153. ISBN 972-8491-26-3.

Ao corregedor cabia-lhe a aplicação da justiça no sentido literal da palavra, mandava prender os infratores e remetê-los ao juiz com as querelas, denúncias e informações, para o desembargador²⁶⁶ proceder conforme o relatório processual instruído. Também o livro das correições da câmara²⁶⁷ de Alcanede e Pernes, concelhos extintos em mil oitocentos e cinquenta e cinco, refere os autores punidos e os valores das mesmas punições²⁶⁸, ou seja, o exercício das funções dos corregedores e seus auxiliares.

²⁶⁶ *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de. Rio de Janeiro. 1870. Livro I. Título 58. p. 108-109. *E o dito Corregedor não mandará prender pessoa alguma, senão pelos Meirinhos, Alcaides, Quadrilheiros, e pelos Juizes dos lugares. E quando mandar prender algumas pessoas per seus Alvarás, os passará na forma, que diremos no Livro quinto Titulo 119: Como serão presos os malfeitores.*; *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de. Rio de Janeiro. 1870. Livro I. Título 37. p. 82-83.; RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 152-153. ISBN 972-8491-26-3.

²⁶⁷ AHCMSTR - Vereação de 16 julho 1819. In *Livro de Actas da Camara de Santarém*. (1818-1820). fl. 93.

²⁶⁸ AHCMSTR - *Livro para se lançar tudo pertencente a camara desta Villa e vai numerado, e rubricado com a rubrica =Darute= de que uso leva no fim encerramento. Alcanede 8 de Abril 1820 O Juiz Ordinario Jozé Manoel Duarte/ Este serve para as Correicoes da/ Cam.a da Villa de Alcanede, vai numerado e rubricado por mim, e leva encerramento Pernes [1] de Maio 1820// Jose Francisco Homem*. Contem este pequeno livro os nomes de todos os infratores, localidades pertencentes aos dois municípios e os respetivos valores.

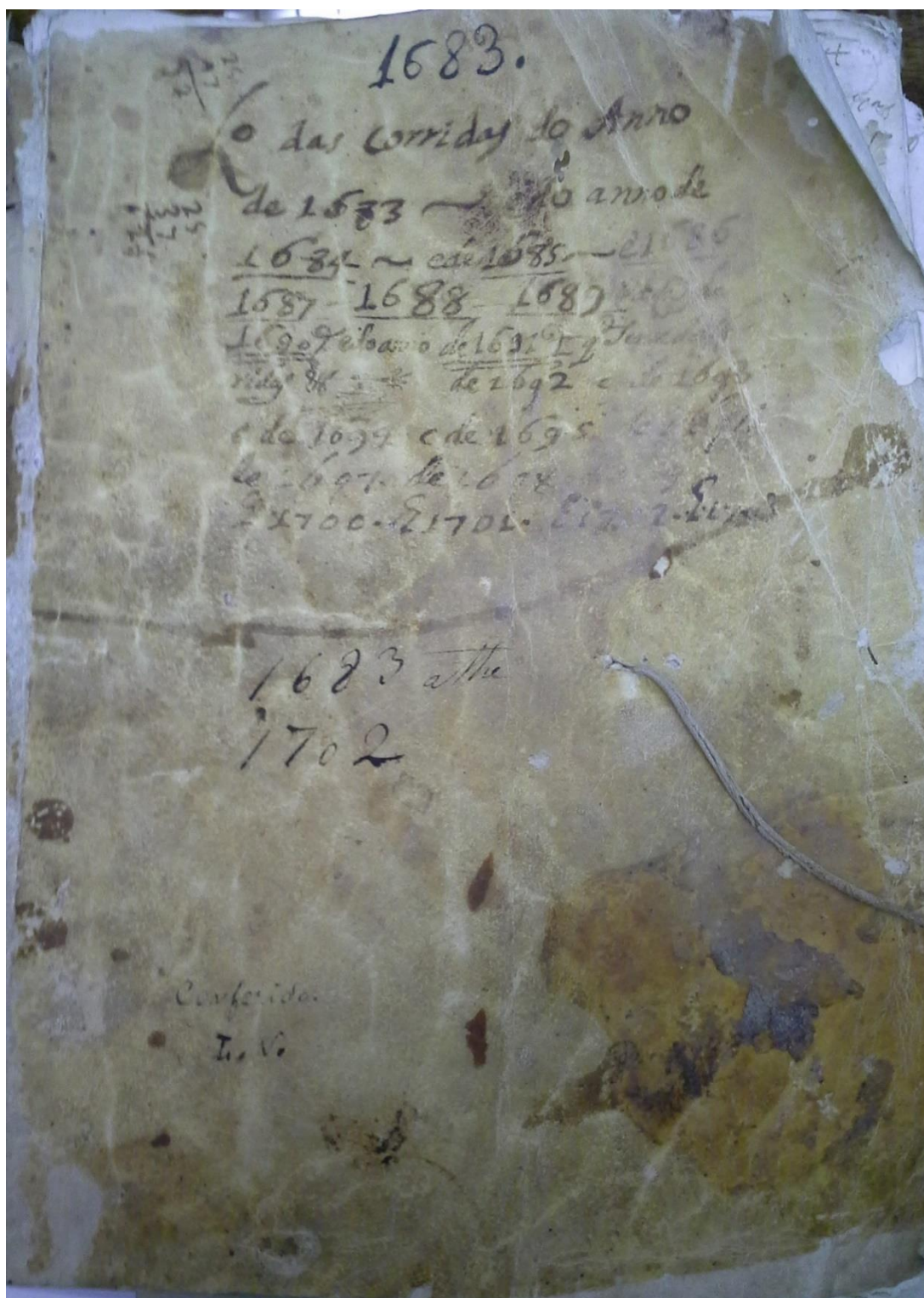


Figura 20 - Livro de Corridas. (1683-1702) (AHCMSTR).

3.3 Juízes do Povo

Os Juízes do povo eram eleitos²⁶⁹ nas mesmas pautas para o Senado da Câmara, segundo as *Ordenações Filipinas*²⁷⁰, procedimento confirmado nas pautas camarárias dos séculos XVIII e XIX²⁷¹. No entanto, nas *Ordenações Manuelinas*²⁷² não definem a forma de eleição, mas o exercício das suas atividades.

Os juízes de fora²⁷³ *era de ordinário letrado, ou antes instruído no Direito Romano*. (2) o juiz ordinário era o magistrado eleito anualmente pelo

²⁶⁹ *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de (1870). Rio de Janeiro. Livro 1. Título 65. p. 134-144: *Os Juízes de Fóra serão delegados, e nomeados por triennio*.

²⁷⁰ IDEM - *Ibidem*. Livro 1. Título 60. p. 112-115.; Título 67. p. 153-157.

²⁷¹ AHCMSTR - Livros de *Pautas da Camara de Santarem e Termo*. (1763-1820).

²⁷² DIAS, João José Alves (2002) - *Ordenações Manuelinas*. Livros 1 a 5. Reprodução em fac-símile da edição de Valentim Fernandes. Lisboa. 1512-1513. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Universidade Nova de Lisboa. Dep. Legal: 185770/02. fl. 34v-35v. Vol. 1.; *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de (1870). Rio de Janeiro. Livro 1. Título 65. p. 134: *O Alvará de 12 de Novembro de 1611*, define sobre a eleição do juiz de fora.

²⁷³ *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de (1870). Rio de Janeiro. Livro 1. Título 65. p. 134-144.: *Juiz de Fóra ou Fóra-parte como a principio se domminarão desde o primeiro instituidor o Rey D. Affonso IV (1325-1357), era o Magistrado imposto pelo Rey á melhor justiça aos povos do que os Juizes Ordinários ou do lugar, em razão de suas affeições e ódios. O fim principal da sua criação foi a usurpação da jurisdição para o Poder Régio, dos Juizes territoriaes; o que a pouco a pouco se foi fazendo, com gravame das populações, a quem a instituição sem pareceu, e foi obnoxia, até que no reinada de D. Manoel ou D João III, tomando a Realeza á seu cargo o pagamento da mór parte dos seus ordenados, imppô-los por todo o Estado. O Juiz de Fora era instruído no Direto Romano, legislação muito patrocinada pelos príncipes, ao revez do Juiz Ordinário que administrava a justiça aos Povos, tendo em vista o Direito Costumeiro, os Forais, quee não podiam ser do agrado do Poder Real. O Juiz Ordinário era um Juiz independente da Realeza, e a legislação que executava estava fora do mesmo poder e só o costume podia alterá-la. O predomínio da chicana era ali impossível, porque todos conheciam a legislação, e o arbítrio do juiz expirava com o anno*.

povo da comarca e tinha domicílio no mesmo lugar²⁷⁴ e administrava a justiça com base no Direito Costumeiro²⁷⁵. Com funções baseadas em caráter judicial e administrativo em âmbito local, mas tinham como base as obediências centralizadora do poder régio. O elevado número destes oficiais, nos primórdios da Idade Moderna, simbolizava uma decadência do municipalismo em Portugal, os concelhos que possuíam a atividade do juiz de fora eram de percentagem reduzida²⁷⁶. Mas com tendência a uma evolução positiva na sua administração, pois contribuíram para uma literatura²⁷⁷ e literacia judicial, abandonando um pouco os costumes tradicionais locais. As suas funções eram de ouvir os intervenientes em audiências, julgar os libelos de bens móveis e de raiz, despachar contendas, crimes, localizar indivíduos ausentes por fuga ou não. São extensas as suas atividades e obrigações a defender, como a jurisdição régia, quando o poder eclesiástico o tenta intimidar. Manter a vigilância sobre o alcaide para vigiar a vila, com os seus auxiliares e fazer cumprir o respeito aquando o toque do sino, para recolher.

Os juízes fiscalizavam o funcionamento das estalagens, pousadas e controlavam as atividades de almotaçaria, diligenciavam o combate aos lobos e, recompensavam os caçadores que expusessem os vestígios das suas caças, como peles e cabeças dos mesmos animais.

As nomeações dos juízes eram efetuadas por cartas régias²⁷⁸, eram convocados para se apresentarem no Senado no dia e hora determinada para

²⁷⁴ IDEM - *Ibidem*. Livro 1. Título 65. p. 134-138.

²⁷⁵ IDEM - *Ibidem*. Livro 1. Título 65. p. 134.

²⁷⁶ HESPANHA, António Manuel (1982) - *Histórias das Instituições: Épocas medieval e modernas*. Coimbra: Almedina. p. 268.

²⁷⁷ *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de (1870). Rio de Janeiro. Livro 1. Título 65. p. 134. Pelo Alvará de 30 de junho de 1652 e; o Decreto de 14 de Março de 1665: *os Juizes devião trazê-las arvoradas ao alto quando andassem á cavalo, não devendo ser delgadas; As varas vermelhas e brancas. A vara era, e ainda he, a insígnia que trazião os Juizes e Officiaes seculares em sinal de jurisdição, para que fossem conhecidos, e não sofressem em suas ordens resistência. Os Juizes ordinários, trarão varas vermelhas, e os Juizes de fóra branca.*

²⁷⁸ AHCMSTR - Vereação de 13 de Janeiro de 1808. Posse do Juiz do Povo. In *Livro de Actas da Camara de Santarem (1807-1808)*. fl. 18-18v.

receberem posse e prestarem juramento e, por triénio como referem as *Ordenações Filipinas*²⁷⁹.

A Câmara de Santarém foi presidida por juízes e vereadores mais velhos como nos confirmam as *Actas* da época em estudo. As vereações são iniciadas pelas formalidades de *Vereação do dia, do mês e do ano, feita na presença do Juiz, vereadores, procuradores e mais oficiais do Senado da Camara*. No entanto, a ordem poderia sofrer alterações na disposição do oficial que presidia à câmara, porque em muitas situações as Vereações eram presididas pelo vereador mais velho ou era presidida pelo juiz dos órfãos, ou do cível em substituição momentânea por ausência do oficial efetivo não poder comparecer ao serviço. Situações testemunhadas nas respetivas *actas* consultadas. Vários registos manifestam o mesmo²⁸⁰.

²⁷⁹ *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de (1870). Rio de Janeiro. Livro 1. Título 65. p. 134-144: *Os Juizes de Fóra erão delegados, e nomeados por triennio*.

²⁸⁰ RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 168-169. Notas 347 a 350. ISBN 972-8491-26-3.

Alouboi 238 larte 1877
Jure
Manuel Gomes P.C.
Mathias Francisco P.C.D.
João Lopez alij Manuel Lisboa
Procuradores
João Miguel — Couto
Mathias Lisboa — P.C.
João de Couto P.
Agostinho Pereira de
V. auto 1877

Figura 21 - Livro de Pautas Juizes e Procuradores. (1775) (AHCMSTR).

3.4 O Juiz de Fora

A mesma atitude é tomada perante a escolha do juiz de fora, o magistrado não podia habitar no mesmo local da sua atividade de desempenho, a fim de não serem corrompidos por elementos familiares, inimigos e evitando influência, tornando-se imparcial na aplicação da justiça, para o bem do Concelho e da administração local. Argumento do monarca para justificar a entrada de magistrados de outras localidades na administração local²⁸¹. Ao juiz de fora cabia presidir ao Concelho. Na prática, a presidência da câmara era executada pelo juiz ou pelo vereador mais velho²⁸². Em várias situações, o juiz de fora era substituído pelo juiz dos órfãos. Eram magistrados régios e subentendidos na centralização política e da uniformização administrativa local²⁸³, atuavam em diferentes esferas políticas jurisdicionais²⁸⁴, ou seja, um juiz desembargador do Desembargo do Paço podia desempenhar outras funções a nível da comarca e da câmara como, por exemplo, acumular funções como procurador local, juiz, vereador ou tesoureiro do senado local²⁸⁵. Informação extraída dos livros de receita e despesa da câmara desde as últimas décadas do

²⁸¹ FONSECA, Teresa (2002) - *Absolutismo e Municipalismo: Évora 1750-1820*. Lisboa: Colibri. p. 118-119 e 141. ISBN 972-772-349-7.

²⁸² AHCMSTR - *Livro de Actas da Câmara (1640)*.; Livro de Actas da Camara Municipal de Santarém. (1673-1680). fl. 406v-407v. In RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 55-56. ISBN 972-8491-26-3.; SILVA, Sandra Patrício da (2018) - *Sistemas de informação das administrações civis no concelho de Sines: 1655-1855*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. p. 21.

²⁸³ MAGALHÃES, Joaquim Romero (1997) - Os obstáculos à uniformização administrativa. In *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa. Vol. 3, p. 165-166. ISBN 972-33-1334-0.

²⁸⁴ SILVA, Sandra Patrício da (2018) - *Sistemas de informação das administrações civis no concelho de Sines: 1655-1855*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. p. 5.

²⁸⁵ AHCMSTR - *Livro de Receita e Despesa da Camara Municipal de Santarém (1586)*. fl.262; Idem. (1592). fl. 4. e 26; Os Livros têm o termo de abertura pelo vereador, pelo desembargador do Desembargo do Paço ou pelo provedor ou ainda pelo tesoureiro, quase todos ou mesmo todos licenciados/doutores, incluindo os escrivães, que por vezes eram as mesmas pessoas, mas com funções alternadas ou em acumulação.

século XVI ao início do século XIX. Mais tarde, os cidadãos, num novo quadro de nível social, considerados homens da governança, possuidores de bens móveis e imóveis, mas nem todos possuidores de formação específica para cada cargo ocupado, que com frequência era alterado. Serviam-se da sua formação de base para o devido desempenho, mas também eram encontrados juizes e vereadores que não sabiam escrever, e que assinavam apenas de cruz. No entanto, a par dos tempos, foi sendo rejeitado pela monarquia e pelos académicos de formação, o acesso aos lugares da governança por oficiais (juizes ou vereadores ou outros) que assinavam apenas com o símbolo de cruz ²⁸⁶.

O juiz de fora como o próprio nome indica, era um oficial estranho ao concelho, ou seja, não tinham o estatuto de vizinhos. No entanto, muitos eram letrados e recebiam ordem régia para desempenharem a sua atividade. No reinado de D. João III, as suas propinas eram pagas pela coroa, assim era determinado para todo o reino. Diferentemente, no século XVIII eram pagas pela câmara²⁸⁷.

O magistrado régio, de função de juiz de fora é membro efetivo da administração local desde o reinado de D. Dinis (1279-1325) e foi sendo

²⁸⁶ RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 144. ISBN 972-8491-26-3.

²⁸⁷ AHCMSTR - *Livro de Receita e despesa da Câmara de Santarém*. (1761). fl. 90-93. *O Vereador, Manoel Tavares Jordam pagamento de quatro moios de trigo; ordenado do juiz de fora, dois moios de trigo; ao juiz do crime, dois moios de trigo e ao Secretario do Desembargo do Paço, 27\$000 réis.; Livro dos Arrendamentos das Rendas da Camara de Santarem do ano de (1640). Livro das Rendas e Fianças 1640: Propinas do espirito Santos: mandarão Lancarem despesa as propinas do espirito santo que são as abaxo nomeadas: ao provedor da comarca mil reis; ao corregedor mil reis; ao juiz de fora dos órfãos três mil reis; aos três vereadores três mil reis; ao procurador do concelho mil reis; a mim escrivão da camara mil reis; aos dois misteres dois mil reis; ao tesoureiro da camara mil reis; ao tasureiro da camara mil reis; ao devogado da camara mil reis; ao Francisco pinheiro guarda da camara e a pero de nova homem de villa mil reis; as quais propinas manterão os vereadores aqui lançar que são dos carneiros do espirito santo e assinaram eu Francisco Coelho Teixeira, escrivão da camara e Aragão. fl.62.*

generalizado nos reinados ulteriores. O Concelho era formado por um agregado de oficiais nomeados pelo rei, pelo *concilium* de vizinhos²⁸⁸.

Esta panorâmica da criação de magistratura de carreira, para os juizes e corregedores deveu-se ao reinado de D. João II (1481-1495), provida por letrados, generalizada no reinado de D. Manuel I, sendo a coroa a suportar metade das despesas. Mas foi com D. João III (1521-1557), em 1539, que foi decretada a obrigatoriedade de serem letrados na ocupação das respetivas carreiras²⁸⁹. Estes magistrados, com entendimento de oficiais públicos e com relevância nas competências técnicas na avaliação do desempenho, nas inquirições e tomadas de *residência*, sobressaem os erros do ofício, depois surgem as delicadas *questões morais*. Os concelhos apoiavam-se na administração exercida pelo corregedor e juiz de fora, na aplicação da justiça sobre o provedor que exercia cargos de caráter económicos²⁹⁰. O Alcaide²⁹¹ mor ou governador das armas assegurava a administração régia nos concelhos, no âmbito militar.

O estudo de Martinho Vicente Rodrigues sobre a administração municipal de Santarém ressalva que a evolução da autonomização da própria gestão judicial se vinha promovendo desde da época de D. Afonso III, nomeadamente com o aparecimento de funcionários régios, com atribuição de *correição* ou a fiscalização judiciária, os *meirinhos*. Consolida-se no reinado de D. Dinis a instituição de funcionários com semelhante atribuição, que são os corregedores, vão substituindo os meirinhos. Recorda ainda o autor, que os corregedores e os concelhos sofriam tensões entre si, queixas feitas em *Cortes*,

²⁸⁸ SILVA, Sandra Patrício da (2018) - *Sistemas de informação das administrações civis no concelho de Sines: 1655-1855*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. p. 6.

²⁸⁹ RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 144. ISBN 972-8491-26-3.

²⁹⁰ IDEM - *Ibidem*. fl. 143.

²⁹¹ AHCMSTR - Na Vereação de 6 de fevereiro de 1802, é apresentado um requerimento de António José Paulo a solicitar o ofício de Alcaide, por se encontrar vago. In *Livro de Actas da Camara Municipal de Santarém. (1800-1804)*. fl. 117v.

por atraírem a si matérias pertencentes aos juizes locais²⁹². Interferiam ainda, nas eleições ou a anulação das posturas municipais, e também na aceitação de recursos de sentenças de almotacés²⁹³.

3.5 Juiz dos Órfãos

O juiz de fora dos órfãos fazia arrolamento de todos os órfãos da sua jurisdição, identificava os seus tutores, curadores e fazia levantamento dos bens e acompanhava o processo e a forma como eram administrados. Eram considerados órfãos todos os seres humanos que perdessem os seus progenitores, com idades compreendidas entre o nascimento até aos vinte e cinco anos. O juiz deveria ter, no mínimo, trinta anos de idade, por sua vez, não poderia exercer tal função com idade inferior. Era apoiado no exercício das suas funções pelo escrivão dos órfãos, que tinha como atividade escrever os inventários de todos os bens arrolados, que eram de pertenças dos órfãos, assim como as devidas notas que lhes dissessem respeito. Conforme as Ordenações Filipinas²⁹⁴, antes de exercer a função, prestava uma fiança de duzentos mil réis.

²⁹² AHCMSTR - *Livro de registo do Real de Agua (1811-1812)*. Cf. : *Copia de hum Officio do Juiz Ordinario da Villa de Alcanede derigido ao Dezembargador Provedor da Comarca sobre o tributo do Real d'Agoa Em consequencia do Officio de Vossa Senhoria sobre a arrecadação do Real d'Agoa lhe participo que pella Invasão do Exercito Francez se desencaminharão todos os Livros constantes da mesma e depois que este se retirou se tem manifestado oque tem havido e lançado em hum caderno para isso destinado por falta do Livro e o produto deste se acha em poder de quem manifestou.*

²⁹³ RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 143. ISBN 972-8491-26-3.

²⁹⁴ *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de. Rio de Janeiro. 1870. Livro 1. Título 88. p. 206-220; título 89. p. 220-222.; Em linha: <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=230> . [consultado em 27-10-2017].

A seleção dos juizes dos órfãos era de caráter eletivo, que, de acordo com as Ordenações²⁹⁵, exerciam outras funções de caráter administrativo²⁹⁶, sendo os titulares selecionados a nível local, ou seja, do Concelho. Também nos descreve tal situação Martinho Vicente Rodrigues, as funções seriam as seguintes: *escrivães, porteiros, vedores, correctores, sacadores, pregoeiros, provedores dos hospitais*²⁹⁷. É de referir que tomamos consciência que alguns dos indivíduos, que ocupavam cargos políticos, administrativos ou de justiça, eram reeleitos ou eram nomeados para cargos idênticos na administração pública, ou ainda, ocupavam cargos por hierarquia familiar²⁹⁸. Para os homens da governança, era um privilégio ocupar qualquer cargo que lhe prestigiasse a carreira profissional, tanto mais que os benefícios adquiridos eram respeitáveis, numa vila como a de Santarém.

Filipe III, por Carta de Confirmação de 29 de agosto de 1634, confirma a isenção de serem submetidos a tormentos, quaisquer que tenham sido os crimes praticados, salvo nos casos em que os fidalgos, eram condenados a isso, privilégio concedido por D. João III (1521-1557) às pessoas da Vila de Santarém, que tivessem sido eleitas para Juizes e Vereadores²⁹⁹.

²⁹⁵ *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de. Rio de Janeiro. 1870. Livro 1. Título LXXXVIII. p. 206-220.

²⁹⁶ Certificamo-nos ao consultar as diversas tipologias documentais em arquivo (Livros de Receita e despesa, de Posturas e livros de Vereação) na época em causa, compreendermos essa realidade através das assinaturas dos mesmos indivíduos em diferentes cargos, como tesoureiros, procuradores, vereadores, juizes de fora ou mesmo escrivães.

²⁹⁷ RODRIGUES, Martinho Vicente (1997) - *Santarém no Tempo dos Filipes (1580-1640)*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. Vol. 1. p. 122. ISBN 972-97066-5-4.

²⁹⁸ REIS, Maria de Fátima (2005) - *Santarém no tempo de D. João V: administração, sociedade e cultura*. Lisboa: Colibri. p. 88-89 (anexo: *Esquema Genealógico I*). ISBN 972-772-515-5. Vejamos o exemplo do caso dos escrivães da câmara, vários membros da mesma família ocuparam outros cargos, como tabeliães, tesoureiros, mas o de escrivão, todos o foram: António de Mendonça; António Furtado de Mendonça Montalvo; Pedro Furtado de Mendonça Montalvo; Simão Furtado de Mendonça Montalvo; Francisco Furtado de Mendonça Montalvo.

²⁹⁹ RODRIGUES, Martinho Vicente (1997) - *Santarém no Tempo dos Filipes (1580-1640)*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. Vol. 1. p. 123. ISBN 972-97066-5-4.

Era praticado desde finais do século XVI, para os *homens da governança*, nobreza, a escolha para atividades públicas e administrativas locais. O sistema utilizado era o de cooptação, ou seja, as pautas eram enviadas para confirmação régia, não contendo o resultado apurado na eleição (o número de votos obtidos para cada cargo), mas listava todos os homens possíveis da e para a governança, do melhor que havia para tal exercício. Sendo o Desembargo do Paço a selecionar os que deviam ocupar as funções pretendidas para cada eleição. O monarca Filipe III, determinou que, em 1620, as cidades no primeiro banco em Cortes enviassem as pautas para Madrid, a fim de serem apuradas. Santarém não era cidade, mas ocupava o primeiro banco³⁰⁰. Por sua vez, por diversas vezes, as eleições sofreram manipulações e desentendimentos, razão para muitas não serem apresentadas ao monarca. E por sua vez, indivíduos com menos preparação para o desempenho das funções. Como por exemplo, os oficiais da Câmara Municipal de Santarém apresentaram queixa do juiz de fora, Cristóvão Preto, que ilegalmente promoveu eleições para vereadores para o triénio de 1594-1596, em 1593. Filipe II, através de carta datada de S. Lourenço, a 17 de setembro de 1593, fez saber o seguinte:

*Governadores amigos. Eu El Rey vos envio muito saudar como aquellas que amo. Os officiaes da Camara da villa de Sanctarem me escreveram a carta que irá neste despacho em que se queixão do modo em que Christovão Preto, juiz de fora da ditta villa, procedeo na eleição que se fez de pessoas para servirem nella de vereadores nos primeiros três anos seguintes. Encomendo-vos que as vejais e mandeis tirar informações do caso enviado a isso pessoa particular e que conforme ao que achardes provejaes nelle o que vos parecer que convem de que me avisareis. Escrita em Sancto Lourenço a 17 de Setembro de 1593*³⁰¹.

A administração municipal obedecia a regras e procedimentos próprios e legais, não sendo fácil subscreverem comportamentos menos corretos, porque incorriam em situações semelhantes à anterior.

³⁰⁰ IDEM - *Ibidem*. Vol. 1. p. 124.

³⁰¹ IDEM - *Ibidem*. Vol. 1. p. 124; HESPANHA, António Manuel (1994) - *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político: Portugal-séc. XVII*. p. 196-200. ISBN 972-40-0782-0.

Em vereação de 9 março de 1786, procederam à nomeação dos lançadores da décima, pela Repartição do Juízo dos Órfãos³⁰². Na vereação reunida em 26 de outubro de 1807, deliberou-se o seguinte:

*Juiz de fora dos órfãos, servindo de juiz do cível foi apresentada a cópia de hum officio expedido pelo Sr. Cardial Patriarca Desembargador Vigário Geral, por ordem do príncipe regente mandou sahir em Porsição o Santissimo Milagre na forma do costume. Determina a Camara que o desembargador Vigario em que o dia deve ser sahir o Santissimo em procissão pelas ruas em ser dia 5 de Novembro*³⁰³.

O juiz dos órfãos também presidia às sessões de vereação em ausência do oficial em exercício que, por motivo extra, estivesse ausente.

Contudo, no ofício de Curador Geral dos Órfãos³⁰⁴, podia ser requerido ao senado por descendentes do proprietário, por óbito do seu proprietário. Estes eram oficiais da justiça, e mesmo sendo propostos pelo senado, a respetiva nomeação era atribuída pelo monarca.

Idêntica situação em termos de nomeação dos Claviculários para o Cofre Público. A Câmara procedia à sua nomeação³⁰⁵.

³⁰² AHCMSTR - *Livro de Actas da Camara Municipal de Santarém. (1783-1788)*. fl.118v.-122v.

³⁰³ AHCMSTR - *Livro de Actas da Camara Municipal de Santarém. (1807-1811)*. fl. 5-5v.

³⁰⁴ AHCMSTR - Requerimento apresentado pelo primogénito do proprietário do ofício na Vereação de 6 de fevereiro de 1802. In *Livro de Actas da Camara Municipal de Santarém. (1800-1804)*. fl. 117v.

³⁰⁵ AHCMSTR- Vereação de 26 de janeiro de 1803. In *Livro de Actas da Camara Municipal de Santarém. (1800-1804)*. fl. 164v.

referências da confirmação das nomeações³⁰⁸. Era nomeado pelo alcaide-mor e, por vezes, pela câmara³⁰⁹, obedecendo ao *Foral*. O alcaide-mor³¹⁰ tinha a responsabilidade de pagar aos alcaides pequenos de consentimento com os *Costumes* e das *Ordenações*³¹¹; se não lhes efetuassem o pagamento, eram tomadas as suas rendas das alcaidarias³¹² para lhes pagarem, servindo as rendas ainda para as reparações dos castelos. Ao alcaide cabia receber boa percentagem de todos os rendimentos produzidos e pagos na alcaidaria.

Os alcaides pequenos serviam e vigiavam as cidades e vilas com os homens jurados pela câmara, ou seja, os oficiais eleitos pela mesma, para as guardas dos montes, campestres e pastagens, servindo também para acompanharem nas rondas de vigias policiais realizadas pelos alcaides, nas cidades e povoados³¹³.

Conforme as Ordenações, eram nomeados de três em três anos pelo alcaide mor, mediante as condições decretadas na mesma norma. Contudo, havia alterações, ou menor rigor no seu cumprimento, por exemplo, na vereação de 13 de Março de 1679, foi lida uma carta pelo corregedor, João Sepúlveda de Matos, de Sua Majestade:

Dom Pedro Principe de Portugal, fasso saber a vos Corregedor da Comarca de Santarém que o Desembargador Francisco Melemdres Freire que por meu mandado toma residencia ao lecenceado Joam Ferraz Velho Juiz de fora que foi desta villa, me deu conta por carta sua que provemdo humo vara de alcaide na pessoa que lhe pareceo, o juiz dos orfãos, e mais oficiais da Camara se intremeteram a prouuer a mesma vara, em outra pessoa em razam de por estte modo perturbarem a ditta residencia; hei por bem e vos mando que estranheis ao juiz dos órfãos, e offeciais da Camara dessa villa quererem perturbar ao Desembargador Francisco Mellemdres Freire a residencia que por ordem desta meza esta tirando com pretexto da

³⁰⁸ AHCMSTR - *Livro de Actas da Câmara Municipal de Santarém*. (1663-1673). fl. 168v.

³⁰⁹ *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de. Rio de Janeiro. 1870. Livro 1. Título 75. p. 173. (N.3.).

³¹⁰ IDEM - *Ibidem*. Livro 1. Título 74. p. 168-172.

³¹¹ IDEM - *Ibidem*. Livro 1. Título 74. p. 171.

³¹² IDEM - *Ibidem*. Livro 1. Título 65. p. 136.

³¹³ IDEM - *Ibidem*. Livro 1. Título 65. p. 136. Nota (2).

nomeação de alcaide e deixem servir ao nomeado pelo semdicante; e que se não intremetão por si nem outrem a caluniar e perverter a verdade; O Príncipe Nosso Senhor mandou pelos Doutores Luis Gomes de Bastos e Belchior do Reguo e Andrada, ambos do seu Concelho e seos Desembargadores do Paço, Luis Godinho de Niza a fes em Lisboa a nove de Março de mil seis sentos e setenta e nove. Jose fagundes Bezerra a fes escrever. Luis Gomes de Basto. Belchior do Reguo e Andrada³¹⁴.

No seu estudo, Martinho Vicente Rodrigues enfatiza que as reconduções não estavam interditadas, mas havia um cuidado redobrado para que não deixassem vagas por ocupar nos cargos referidos. Sendo logo promovida a ocupação nas atividades interinamente, diligência tomada pelo Corregedor, pelo Juiz de fora ou mesmo pelo Alcaide mor³¹⁵.

3.7 Quadrilheiro

O quadrilheiro pertencia às forças de segurança, ou seja, ao corpo policial da vila e seu termo, atividade de consentimento obrigatório, não renumerada, ou seja, sem vencimento. As suas funções estavam determinadas nas *Ordenações Manuelinas e Filipinas*:

Cada quadrilheiro tinha vinte homens na sua quadrilha, os quais lhe serão dados em Rol ao tempo, que receber juramento. E o treslado do dito rol ficará na Camera, para se saber os que lhe forão ordenados; e serão obrigados todas as ditas vinte pessoas a terem continuamente lança de dezoito palmos para cima, ou menos meia lança. E as mesmas armas terão os moradores dos termos e terras chãs, para tanto que huns e outros ouvirem algum apelido (2), ou chamar os quadrilheiros,

³¹⁴ AHCMSTR - Livro de Actas da Câmara Municipal de Santarém. (1673-1680). fl. 352v.

³¹⁵ RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 192.: *Em 4 de Setembro de 1683, quando o juiz dos órfãos, servia de juiz ordinário, requereu que se provessem os lugares de alcaides, que estavam vagos, para que eventuais diligentes no serviço de Sua Alteza não fossem prejudicadas, pedindo certidão deste requerimento. Responderam os vereadores e mais oficiais da Câmara, que faziam presente ao Alcaide Mor, de uma carta onde era explicada a situação e o requerimento, para que: seja servido apresentar pessoas capazes e suficientes para escreverem digo para exersitarem o dito officio porquanto o dito juiz nos requiere lhe mandemos passar certidão de seu requerimento. Cf. também AHCMSTR - Livro de Actas da Câmara Municipal de Santarém. (1680-1692). fl. 206v.-207; 212 e 398.*

*poderem logo ir onde lhes for mandado, ou cumprir por nosso serviço e bem de justiça. E logo não tiver casa as ditas armas, pague por cada vez cinquenta réis para o Meirinho, que o acusar*³¹⁶.

Variadas eram as suas funções, mas sempre em prol da segurança, ordem e moral do bem-estar público. Fazer levantamento de informação de certo modo discreto para melhor desempenho das devidas tarefas. Observadores de práticas de furtos e seus autores, a fim de serem levados à presença das autoridades. Ou quando na presença de *homens vadios, ou de má fama, ou estrangeiros*, deveriam investigar o motivo da sua presença. Como lhes competia, também vigiarem as casas de jogos, as pousadas e estalagens. Era de responsabilidade destes oficiais vigiarem as mulheres grávidas sempre que pudessem causar dúvida sobre o destino do feto ou recém-nascido³¹⁷.

3.8 Carcereiro

O carcereiro era, igualmente, um oficial de justiça e o seu provimento deveria ser idêntico ao dos restantes ofícios³¹⁸.

Os carcereiros e os alcaides que tinham a responsabilidade de vigiarem as cadeias, ou prisões públicas, assim como no acompanhamento da deslocação de prisioneiros à presença do juiz, nas audiências, estes cativos não podiam circular soltos nas cadeias. Nomeadamente, podiam libertá-los mediante mandado judicial³¹⁹. Na situação de fuga, e que o preso tivesse deixado pertences seus na cadeia, o carcereiro, ou o alcaide, assim como os homens seus, não se poderiam apropriar deles, podendo servir apenas, como forma de pagamento das despesas tidas para com o mesmo durante o tempo cativo.

³¹⁶ *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de. Rio de Janeiro. 1870. Livro 1. Título 78. p.166- 168.

³¹⁷ RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 205. ISBN 972-8491-26-3.

³¹⁸ AHCMSTR - *Livro de Actas da Câmara Municipal de Santarém. (1642-1647)*. fl. 191.

³¹⁹ *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de. Rio de Janeiro. 1870. Livro 1. Título 77. p.178.

O escrivão da alcaidaria deve ter um livro com os registos de todas despesas das carceragens, esse livro deve ser acertado com o do carcereiro dos registos dos Alvarás com os pagamentos³²⁰.

Todo o homem, que for preso na cadeia da Corte, pague dez réis de entrada, por os quais o Carcereiro há-de dar candeia, com que se alumiem os presos de noite, e mais água para beberem. E pagará, quando o soltarem, dez reis de carceragem. E se o preso for Scudeiro, Meste de Não de castello davante, ou navio de carga de oitenta toneis, ou outro homem de semelhante, ou maior condição, e quizer andar pela cadeia com ferros, sem jazer mais aprisoado, seu feito for tao leve, que razoadamente lho deva e possa assi fazer, pague de carceragem cinco e vinte reis (2). E isto ora sejam presos por casos crimes, ora cíveis³²¹.

Os Alvarás de libertação dos presos eram assinados pelos julgadores dos presos, ou seja, pelos juízes. Tipologia documental registada nos livros de registos dos alvarás e respetivos pagamentos de carceragem. Registo efetuado pelo escrivão, que levava pela sua elaboração catorze reis³²².

Os carcereiros da Vila de Santarém pagavam fiança do cargo ocupado e, quando não possuíam a totalidade do valor, tinham de apresentar o fiador³²³.

Contudo, estes oficiais de justiça subalternos tinham as suas funções regulamentadas pelas *Ordenações* e outros documentos régios. Vejamos o documento lido e registado em sessão de vereação do dia de 13 de julho de 1678, sobre as penas de multa e condenações sujeitos ao degredo para África:

Dom Pedro, Príncipe de Portugal, fasso saber a vos Corregedor da Comarca da villa de Santarem que eu passei ora huma lei por mim assinada e passada por minha Chancelaria da qual o traslado he o seguinte. Eu, Principe de Portugal, fasso saber aos que lei virem que por me constar que sendo as prizois dos linquentes o meio mais justo e necessário que as leis imtreduziram para evitar e castigar os delitos asi

³²⁰ IDEM - *Ibidem* - Livro 1. Título 77. p.174- 179.

³²¹ IDEM - *Ibidem* - Livro 1. Título 34. p.79.

³²² IDEM - *Ibidem*. Livro 1. Título 34. p.79.

³²³ AHCMSTR - *Livro de Actas da Camara Municipal de Santarém. (1642-1647). fl. 20v.; Livro de Actas da Camara Municipal de Santarém. (1642-1647). fl. 191.; Livro de Actas da Camara Municipal de Santarém. (1673-1680). fl. 55.: Apresentou seu sogro como fiador, Manoel Fernandes Valor. Cordoeiro e morador na Ribeira desta Villa.*

pella pena na falta de liberdade que he mais sensível como pelo temor na segurança do castigo que mais atemoriza; oje tem chegado a tanto exceção o abuso e a faculdade dos carcereiros, así nesta corte como a maior parte das cadeas do Reino com as licenças e liberdades que dão aos presos obrigados de seus emteresses para andarem soltos e fora das prisões que já se animão os delinquentes na confiança de refúgio a cometer e contínuar os delittos como mostra a experiencia o que tudo procede a bem da sua malicia e mau procedimento por causa da limitada pena a ordenação livro primeiro titollo setemta e sete do paragrafo [...] segundo se acha imposta contra os carcereiros que faltam neste particular a sua obrigação e porque convem que o crescimento de maior pena aja nelles maior temor e emmenda na comcepção de semelhantes licenças com tam grande escandallo de justiça e dano das partes ofendidas mandei fazer esta lei pella qual ordeno e mando que daqui em diante nenhum carcereiro, alcaide ou outra qualquer pessoa que per rezam de seu officio tenha por sua conta a guarda e segurança dos presos lhes dem licença para saírem fora da prisão assi no mesmo lugar della como para fora delle. Lisboa, a treze de Julho de mil e seiscentos e setemta e oito. Francisco Galvam, a fés screver. Principe³²⁴.

3.9 Meirinho

Ao oficial meirinho era dada indicação para que não levasse os prisioneiros ou outros delitos sob pena, em presença do escrivão, no período da noite, sob pena da sua suspensão e sob pena de pagarem por cada vez, vinte cruzados e metade para quem o acusar e, outra metade para os cativos³²⁵.

Nem alcaides, nem meirinhos nem seus homens podiam soltar quem prenderam a mando da justiça, sem mandado oficial da Justiça. Se o fizessem e que a pessoa desertasse à justiça, o alcaide, meirinho ou seus homens, ou aquele que o soltou, era obrigado a reparar o erro. Quando cometido o crime, deveriam efetuar logo o ato de prisão e feita justiça, ou seja, levado à presença do juiz. Se fosse o alcaide mor o autor da libertação, não o deveriam prender,

³²⁴ AHCMSTR - *Livro de Actas da Câmara Municipal de Santarém*. (1673-1680). fl. 309-311.

³²⁵ *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de. Rio de Janeiro. 1870. Livro 1. Título 75. p. 175.

mas emprazá-lo a que fosse forçado a ir à corte, para receber ordens que o monarca determinasse³²⁶.

³²⁶ IDEM - *Ibidem*. Livro 1. Título 78. p.174-175.

3.10 Monteiro-mor e pequeno

As matas eram da responsabilidade dos monteiros-mores e pequenos, que as vigiavam, mantendo-as de forma proporcionar as montarias e caçadas reais³²⁷.

Importância semelhante têm os oficiais da administração dos montados de Campo de Ourique, zona de pastagem pertencente à coroa onde vinham pastar os gados do termo e, ainda, no Inverno gados das comarcas. A utilização dos pastos e da água, além da lenha e mato para os pastores, obrigava ao pagamento de uma percentagem (normalmente 1%; para a vara dos porcos, 2% das cabeças do rebanho) (monta)³²⁸.

Eram oficiais nomeados pelo monarca, que ordenava à câmara para lhes dar posse e tomar o juramento dos mesmos³²⁹.

A câmara deu posse, perante o juramento aos Santos Evangelhos, a Francisco Pedro Basto, como proprietário do cargo de monteiro pequeno das montarias e coutadas da vila de Santarém.

O cargo de monteiro pequeno era um oficial da casa real, que coadjuvava o monteiro mor e tinha a função de administrar as matas e montes, vigiar a vida selvagem, de forma a proporcionar caçadas reais, e aplicar multas aos que nelas caçassem sem pertencerem à corte. Inspeccionava o consumo da lenha retirada e o pagamento da mesma.

³²⁷ AHCMSTR - Vereação de 8 de fevereiro de 1800 a Câmara de Santarém dava posse de monteiro pequeno. In Livro de *Actas da Camara Municipal de Santarém. (1796-1800)*. fl. 191v.

³²⁸ HESPANHA, António Manuel (1994) - *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político: Portugal-séc. XVII*. p. 225-226. ISBN 972-40-0782-0.

³²⁹ AHCMSTR - Vereação de 8 de fevereiro de 1800 a Câmara de Santarém dava posse de monteiro pequeno. In Livro de *Actas da Camara Municipal de Santarém. (1796-1800)*. fl. 191v.

4. A Fazenda Régia

4.1 A Provedoria de Santarém

Podemos confirmar na documentação, principalmente nos livros de recolha dos tributos, as vilas e termos que pertenciam à Provedoria de Santarém. Referência também mencionada no estudo levado a cabo por Martinho Vicente Rodrigues. Como por exemplo as seguintes:

*Golegã; Torres Novas; Alcanede; Pernes; Alcoentre; Azambujeira; Aveiras de Baixo; Aveiras de Cima; Azambuja; Almeirim; Muge; Salvaterra de Magos; Coruche; Lamarosa; Erra; Montargil*³³⁰.

Outras localidades são mencionadas nos livros da receita das terças, da décima, ou dos quintos, existentes no arquivo como: Paialvo; Cartaxo; Marmeleira e Coruche.

³³⁰ RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 213-214. ISBN 972-8491-26-3.

4.2 O Provedor

Ao Provedor pertenciam jurisdições específicas de gerir consideráveis questões relativas à elaboração dos testamentos e listagens dos bens dos órfãos e outros assuntos relacionados com os mesmos e seus interesses; dar proteção às viúvas; ou simples testamentos, cumprindo as ideologias dos testamenteiros; controlava os bens das capelas; superintendia ainda sobre hospitais e seu funcionamento, gafarias, albergarias e confrarias; geria os legados pios. Administrava ainda os bens dos ausentes (exilados ou outra razão que motivava a ausência).

Controlava a ação dos juizes dos órfãos e seus tutores nomeados para a administração dos bens dos órfãos, que eram partilhados por alguns membros eclesiásticos. Todas estas funções serviam para proteger os bens.

Porém, não tinha o provedor só as referências precedentes descritas. tinha, sim, a obrigação de fiscalizar a contabilidade das vilas da responsabilidade da Provedoria. Referem as *Ordenações Filipinas* o seguinte:

Os Provedores correrão cada anno todos os lugares de suas Provedorias posto que sejam da Rainha, Principe, Infantes e quaiquer Fidalgos, que terras tiverem, ou do Mestrados da Ordem. E mandarão aos Scrivães das Camaras, que lhes mostrem os livros dos arrendamentos dos bens e cousas do Concelho, e per eles tomarão conta do que renderam. E o que pertencer ás terças, o farão entregar ao Recebedor dellas, e carregar sobre elle em receita³³¹.

Outros registos são identificados pela ação dos provedores. Ora vejamos o registo na ata da vereação de 8 de agosto de 1682, por ordem do Provedor, o pagamento das férias aos oficiais que trabalhavam nas calçadas fosse feito sem a sua presença³³².

³³¹ COSTA, Mário Júlio de Almeida - Nota de Apresentação (1985) - *Ordenações Filipinas*. Livro 1. Ed. Reprod. “fac-simile” da edição de ALMEIDA, Cândido Mendes de. Rio de Janeiro. 1870. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. Livro 1. Título 62. p. 130.

³³² RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. p. 216. ISBN 972-8491-26-3.

PARTE III

1. O Liberalismo na administração local

Portugal sofreu três invasões pelos franceses, no espaço de quatro anos, a primeira, em 27 de dezembro de 1807, aproximou-se de Lisboa as tropas de general Andoche Junot, debilitadas e desorganizadas. Consequência da partida da Família Real para o Brasil. Ficando os nobres, burgueses e clero para tomarem conta da Nação e o povo para sofrer miseravelmente. Foram criadas as juntas governativas e o exército português desmantelado.

Arthur Wellesley, futuro duque de Wellington, organizou o exército português e com as suas tropas expulsaram o inimigo em setembro de 1808. A segunda invasão, logo em 1809, comandada pelo general Soult, que encontrou o exército inglês e as tropas lusas organizadas, entrou pelo Porto e teve pouca durabilidade. A terceira, em julho de 1810 comandada por André Massena, entrando por Almeida, seguiu Castelo Rodrigo, Coimbra, Buçaco, símbolo de resistência das tropas anglo-lusas, como consequência da expulsão do inimigo. Esta última, é vencida pelos britânicos e lusos nas chamadas Linhas de Torres Vedras, que evitavam a chegada dos invasores a Lisboa. Exército constituído por militares regulares, como pelas milícias e, pelas ordenações militares, homens dispostos a tudo para impedirem os franceses de avançarem em território nacional. Invasor enfraquecido, só lhe restava afastar-se de Portugal.

No Concelho de Santarém, foi registada entre outubro de 1810, tempo de circulação dos exércitos, posicionados com apoio da campanha francesa ao teatro de operações decorrido nas Linhas de Torres Vedras.

No primeiro impacto, decorreu a saída em massa da população local, uns foram para localidades seguras, outros não tendo para onde nem como fugir, ficaram para sofrer às mãos e armas dos invasores.

Um segundo momento, de novembro de 1810 a março de 1811, ocupação do concelho pelos exércitos em confronto³³³. Por último, o regresso das

³³³ RITA, Fernando Manuel da Silva (2011) - *A Guerra Peninsular em Santarém: Impactos da Terceira Invasão Francesa na região em 1810-1811*. Lisboa: Prefácio. p.11. ISBN 978-989-652-075-5.

populações aos locais de origem. Estes apoiados pelas organizações estatais alegando que saíram para defender Lisboa e, pelo apoio britânico³³⁴. O Concelho de Santarém foi abundantemente fustigado pelo sofrimento causado pelos invasores franceses.

1820 foi o momento de rotura com o “Antigo Regime”, de caracterizado de absolutista, déspota, conservador de elites nacionais e locais, dos grandes senhorios.

Em 1820, o exército, em conjunto com outros sectores sociais, sacudiria o domínio inglês e daria início à primeira experiência constitucional. Mas eram bastante fortes ainda as forças apegadas ao «Portugal velho» rural e senhorial.

Derrubado o frágil regime, constitucional vintista em 1823, seria reinstaurado um absolutismo ainda matizado pela moderação de D. João VI. Após a morte deste último, D. Pedro outorga a Carta Constitucional, mais moderada que a constituição de 1822³³⁵.

O Liberalismo surgiu com fundamento essencial no âmbito das lutas contra o despotismo do Antigo Regime e como forma de modernização na administração pública e local, ou seja, do desejo de alcançar novas reformas administrativas. Mas centralizado e hierarquizado a fim de controlar as comunidades locais. Portugal encontrava-se fragilizado, um pouco antes, pelas invasões francesas, pela saída da família real para o Brasil e por um processo sistemático de nomeações de agentes do Estado. Representantes do poder de Estado, que múltiplas gerações de governantes desejavam vanguardear Portugal face à Europa. No entanto, ficando sempre distante face ao desejado e dos projetos de reformas³³⁶.

³³⁴ AHCMSTR - *Livro de Actas da Camara Municipal de Santarém. (1807-1811)*. fl. 26v. Regista a distribuição de sementes compradas com oferta de dinheiro Inglês.

³³⁵ MARQUES, Fernando Pereira (1996) - *Do Vintismo ao Cabralismo*. In *Portugal Contemporâneo*. Dir. REIS, António [et al.] (1996). Vol. 1, p.23. Lisboa: Pub. Alfa. ISBN 972-609-159-4.

³³⁶ OLIVEIRA, César de [et al.], (1995) - *História dos Municípios e do Poder Local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Portugal: Círculo de Leitores. p. 195-205. ISBN 972-42-1300-5.

Portugal criava, então, condições para a desconstrução das instituições eclesiásticas do Antigo Regime, construindo uma nova reorganização eclesiástica, pela elite liberal. Pretendiam os liberais esclarecidos, em número reduzido, um projeto do tipo iluminista para a construção de estruturas políticas e administrativas³³⁷. Num Portugal caracterizado por rural e dependente de uma economia agrária, objetivavam reduzir o poder económico religioso e metamorfoseá-lo a favor do Estado, forma aceitável pelo clero em relação ao liberalismo³³⁸. Os novos líderes políticos liberais recorriam aos serviços eclesiásticos para a difusão das suas ideologias liberalistas de reformas, o que veio mais tarde a acontecer também com as ordens religiosas, em 1834, a extinção de vários mosteiros e conventos religiosos³³⁹.

Com a implementação do liberalismo, as reformas começaram a surgir com o aparecimento da formação dos distritos, para reforçar a hierarquia local controlada pelo ministério do reino. As alterações administrativas referidas, que foram surgindo, caracterizavam-se pelas medidas, tomadas por Mouzinho da Silveira que não iremos abordar profundamente devido ao nosso estudo se limitar ao ano de 1820. As mutações administrativas, que Portugal viria a receber à época são de influência afrancesada, modelo importado da *Constituição francesa*. Efeitos que se fizeram sentir até ao final do Estado Novo, ou mesmo, até ao final do terceiro quartel do século XX³⁴⁰.

Na revisão da literatura para o presente estudo, tentámos compreender, interpretar a história local e os seus poderes do caciquismo e das elites na administração local. Portugal encontrava-se no início do liberalismo e muito debilitado pelo radicalismo liberal e com dificuldade de se implementar por vários obstáculos, difíceis de serem ultrapassados. A sociedade económica,

³³⁷ NETO, Vitorino (1998) - Do Antigo Regime ao liberalismo. In *História de Portugal: O Liberalismo*. Dir. MATTOSO, José [et al.], (1998). Coord. de TORGAL, Luís Reis e ROQUE, João Lourenço. Lisboa: Editorial Estampa. Vol. 5, p. 227-228. ISBN 972-33-1310-3.

³³⁸ IDEM - *Ibidem*. p. 227.

³³⁹ MATTOSO, José [et al.], (1998) - Do Antigo Regime ao liberalismo. Por: NETO, Vitorino. In *História de Portugal: O Liberalismo*. Coord. de TORGAL, Luís Reis e ROQUE, João Lourenço. Lisboa: Editorial Estampa. Vol. 5, p. 228. ISBN 972-33-1310-3.

³⁴⁰ OLIVEIRA, César de [et al.], (1995) - *História dos Municípios e do Poder Local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Portugal: Círculo de Leitores. p. 196. ISBN 972-42-1300-5.

cultural e social encontrava-se pouco desenvolvida, sendo as forças conservadoras verdadeiras barreiras ao desenvolvimento do liberalismo, registo referenciado na *Constituição* de 1822. *A sociedade profundamente rural, ficava longe de tudo e todos, os povos, os lugares, as vilas e as próprias cidades confinadas a espaços geográficos excessivamente delimitados sem poderem comunicar entre si*³⁴¹.

³⁴¹ IDEM - *Ibidem*. p. 180.

1.2 Aspetos da Revolução de 1820 na vila

Perspetivando a Revolução de 1820, a 24 de agosto ocorreu o movimento militar que modificou a sociedade portuguesa, rebelião que durou três anos e com ecos no início do século XX com a Implantação da República. Todos aqueles que se propunham construir um Portugal melhor, liberal e moderno, a seguirem as evoluções e influências europeias, ansiavam tal metamorfose. Uns porque já conheciam os benefícios de um governo representativo e todos queriam o retorno da *corte* a Lisboa, ausente no Rio de Janeiro, de modo a que Portugal não continuasse a ser considerada uma colónia³⁴² do Brasil. Razão para o regresso do monarca a Portugal em 1821.

Assim, se pôs termo a um período tradicionalmente apodado de absolutista, o *Antigo Regime*, por se desenvolver numa base de despotismo, autoritarismo do poder real, que dominava todos os poderes da Nação, no entanto vários autores adornam esta caracterização.

Na vereação realizada a 12 de abril de 1820³⁴³, já se fazia sentir a falta de tranquilidade pública. E na sessão de 15 de setembro do ano corrente³⁴⁴, foi lida e registada uma Provisão de Sua Majestade, dirigida ao Juiz de Fora do Cível, o Bacharel José Maria de Vasconcelos Mascarenhas, presidente do Senado. A Revolução Vintista no nosso país foi registada na Vereação Extraordinária de 18 de setembro de 1820³⁴⁵:

foi presente a Precatória do Juízo da Provedoria, datada de dezoito de Setembro do corrente ano e por virtude delle mandarão e se cumpra e se cumprão as Ordens para convocação do Clero Nobreza e Povo. E desta forma houveram a Vereação por finda e assignarão eu Domingos José da Costa a escrevi. Assinaram a ata referida, Vasconcelos; Leitão; Marecos; Matteu Silva; Filipe Madeira e José Rodrigues Casado³⁴⁶.

³⁴² MATTOSO, José [et al.], (1998) - O Processo de Formação do Primeiro Movimento Liberal: A Revolução de 1820. Por: VARGUES, Isabel Nobre. In *História de Portugal: O Liberalismo*. Coord. de TORGAL, Luís Reis e ROQUE, João Lourenço. Lisboa: Editorial Estampa. p. 41-55. ISBN 972-33-1310-3. Vol. 5.

³⁴³ AHCMSTR - *Livro de Actas da Camara Municipal de Santarem*. (1818-1820). fl. 149v. - 150.

³⁴⁴ IDEM - *Ibidem*. fl. 182v.-183.

³⁴⁵ IDEM - *Ibidem*. fl. 183 e v.

³⁴⁶ IDEM - *Ibidem*. fl. 183 e v.

Em vereação de 19 de setembro do mesmo ano, estiveram presentes:

*o Doutor Juiz de Fora do Cível José Maria de Vasconcellos Mascarenhas, os actuais Vereadores, Procuradores, Mesteres, Juiz do Povo e os Vinte e Quatro, Nobreza, Clero e Povo, todos comodados de Ordem do dito Doutor Juiz de Fora foi cartas, pregões e formalidades do estillo. Logo na forma o Juiz Presidente fez ler em voz alta a deprecada expedida pelo Juízo da Provedoria desta Comarca, a qual cumpre hum dia o Aviso da Junta Provisional do Supremo governo destes Reynos. Foi lido na presença de todas as autoridades civis que se achavão na Villa*³⁴⁷ [...].

A Ata da Vereação é extensa, constituída por doze fólhos de frente e verso, sendo só de assinaturas seis fólhos. No entanto, todos estão rasurados com riscos, mas de forma a podermos ter acesso à informação. Na mesma reunião do senado procederam ao registo do presente auto:

*convocação e nomeação do presidente António da Silveira Pinto e os Vogais Desembargador, Manoel dos Santos Thomas; João da Cunha Souto Maior; Pedro Leite Pereira de Mello; José Maria Xavier de Araújo; e os secretários vogais: José Ferreira Borges; José da Silva Carvalho e Francisco Gomes da Silva, não compareceram mais membros que compõem a referida junta por se achar fora desta Cidade*³⁴⁸. *Foi deferido o juramento do Presidente pelo Juiz de Fora do Cível e por ele os demais juramentos.*

O documento termina com:

vivas ao rei D. João VI, à religião sagrada, às cortes e Constituição. Assina João Joaquim de Oliveira Santiago, escrivão da câmara. Assinam também: Miguel Martins de Deos Pereira Mello; José de Sousa Mello; Joaquim de Sousa Pereira Coutinho; José Augusto Leite Pereira de Mello; João Monteiro de Sousa Carvalho; João Pedro Gomes Carvalho; Damaso da Silva Guimarães; Thomas José Ferreira Braga; José Marques de Carvalho; João; Bispo do Porto; Ayres Pinto de Sousa; T. de Sousa

³⁴⁷ AHCMSTR - Vereação de 19 de Setembro de 1820. in *Livro de Actas da Câmara Municipal de Santarém. (1818 -1820)*. fl. 184-196v.

³⁴⁸ AHCMSTR - Vereação de 19 de Setembro de 1820: Documento produzido na Sessão realizada na Relação da Casa do Porto e enviado à Câmara de Santarém. In *Livro de Actas da Câmara Municipal de Santarém. (1818 -1820)*. fl. 189 e v.

Canavarro; Tenente General; O Comendador Sebastião Drago Vallente de Britto Cabreira; Coronel da Artilharia número quatro; Bernardo Correia de Castro Sepulveda Coronel do Regimento número dezoito; Domingos António Gil de Figueiredo Sarmiento; Tenente Coronel do Regimento número seis José Pereira da Silva Leite Berredo; Tenente Coronel Comandante interino do Regimento das Milícias do Porto; José Pedro Cardoso Silva major comandante interino do Regimento da Maja; António da Silva Pinto da Fonseca; Manoel Fernandes Thomas e João da Cunha Souto Maior; Pedro Leite Ferreira de Mello; José Maria Xavier de Araújo; Francisco José de Barros Lima; José Ferreira Borges; José da Silva Carvalho; Francisco Gomes da Silva [...]. Cumpras-se apreciar ordens. Santarém, dezassete de Setembro de mil oitocentos e vinte. Telles. Por bem desejo officio e meu despacho de Cumpras-se³⁴⁹.

Na Sessão da Vereação de 23 de setembro do mesmo³⁵⁰ ano, foi deferido o Requerimento do estalajadeiro, Alexandre Ferreira da Silva e por razão de não existir verba suficiente para o pagamento dos Estalajadeiros, foi efetuado juramento³⁵¹ em dividirem a verba existente por todos os profissionais, até nova entrada de receita.

Em Sessão de Vereação do Senado de 30 de setembro de 1820, foi acordado em câmara que se fizesse rever a *Postura* que interdita a presença de porcos nas ruas. Registrando-se em editais, realizaram pregões para o efeito e remeteram cópias para os juízes e almotacés para darem a examinação nas localidades e ficarem responsáveis perante o senado pelo incumprimento das Posturas e dos acórdãos relativos³⁵².

³⁴⁹ AHCMSTR - Vereação de 19 de Setembro de 1820. In *Livro de Actas da Câmara Municipal de Santarém*. (1818 -1820). fl. 189-191.

³⁵⁰ IDEM - *Ibidem*. fl. 196v.

³⁵¹ AHCMSTR - Nota na margem esquerda da ata. In *Livro de Actas da Câmara Municipal de Santarém*. (1818 -1820). fl. 196v.

³⁵² AHCMSTR - *Livro de Actas da Câmara Municipal de Santarém*. (1818 -1820). fl. 197v-198. Ata assinado pelo escrivão da Câmara, Domingos José da Costa; presidente, José Maria de Vasconcelos e Mascarenhas, vereadores e procurador, Leitão; Marecos; Mendes Costa; Mattos Silva e José Rodrigues Corado.

A ata da seguinte vereação³⁵³ nomeava os recebedores da *Décima* para as freguesias de S. Julião e S. Lourenço para o *Quinto* e *Novos Impostos*. Ordenava aos almotacés pelos acórdãos estabelecidos, que vigiassem as sisas fora da vila, e ainda, os entulhos das obras em locais públicos e das obras da igreja de S. Julião³⁵⁴, embaraçando a passagem, o controlo nas portagens em dias de feira e entradas de géneros³⁵⁵. Determinavam que fosse entrega de duas resmas de papel ao escrivão da Superintendência, mediante a requisição do Corregedor da Comarca.

Outra situação que encontramos registada em vereação do dia 8 de Novembro do presente ano, referente a bens essenciais, ou seja, de primeira necessidade, o coletivo, recomendou aos Juízes da Almotaria presentes que tomassem medidas nas diligencias para que não houvesse falta de pão na vila e que as padeiras não transgredissem as Posturas da Câmara e não abonavam do seu dever e, que notificassem todos os moleiros do termo para moerem farinha para fora dele, com pena de seis mil réis e aos transgressores vinte mil réis³⁵⁶. Foi também apresentado um ofício pelo presidente, remetido pelo Provedor da Comarca, para que fossem tomadas as contas do Concelho, e determinaram que fossem vistos os livros das contas para se tomarem as mesmas.

Recordamos que, na vereação de 25 de Novembro de 1820, entre outras medidas, se determinou o valor de:

60 reis a canada de leite e remetem cópia deste acórdão aos Juízes Almotacés, para ficarem na inteligência deles passando-lhe a saber a camara com o aumento da taxa para evitar a alteração constante do leite e por porcionarem aos lavradores o meio de o poderem dar puro

³⁵³ AHCMSTR - Vereação de 4 de outubro de 1820. In *Livro de Actas da Camara Municipal de Santarém. (1818 -1820)*. fl. 198v-199.

³⁵⁴AHCMSTR - Vereação de 11 de Outubro 1820. In *Livro de Actas da Camara Municipal de Santarém. (1818 -1820)*. fl. 199v.

³⁵⁵ AHCMSTR - Vereação de 4 de outubro de 1820. In *Livro de Actas da Camara Municipal de Santarém. (1818 -1820)*. fl. 198v-199.

³⁵⁶AHCMSTR - *Livro de Actas da Câmara Municipal de Santarém. (1820-1823)*. fl. 11. Cf. a ata da vereação de 24 de dezembro de 1801, em que o senado refere a fraude das padeiras em relação às onças de peso que o pão deveria ter e determinado nas Posturas Municipais e peso efetivo do pão. In *Livro de Actas da Camara Municipal de Santarém. (1800-1804)*. fl.113.

2. Reformas jurídica e fiscal

Dona Maria I (1777-1816) ficou conhecida como a *Viradeira*, por tomar decisões completamente opostas às que estavam a ser desenvolvidas pelo ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo. Possuidora de elevada cultura, visão alargada pelo conhecimento, da sociedade portuguesa e europeia, do ir mais além, em todas as áreas do conhecimento³⁵⁸. Implementou reformas económicas, jurídicas e culturais³⁵⁹, de racionalização e atualização do *Direito Público*. Projetou reformar e estruturar a complexa legislação incluída nas *Ordenações Filipinas*. Igualando-se aos seus congéneres, Frederico II da Prússia, Catarina da Rússia, José II da Áustria e do Grão-Duque da Toscana. Criou a *Junta de Revisão do Novo Código*³⁶⁰, liderada pelo visconde de Vila Nova de Cerveira (Tomás Xavier de Lima Teles da Silva). Obteve maior impulso quando foi presidida por José de Seabra da Silva.

Os diplomas, Carta de lei de 19 de julho de 1790 e o Alvará de 7 de janeiro de 1792, foram mais uma ação no âmbito da reforma judicial e novo alcance político e administrativo. Aboliu as ouvidorias e extinguiu importante prerrogativa senhorial da jurisdição intermédia, reforçando o poder judicial da coroa e uniformando a aplicação da justiça e por sua vez, criou o *Novo Código de projeto*³⁶¹.

³⁵⁸ RAMOS, Rui (Coord.), SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2012) - *História de Portugal*. 7.ª ed.. Prémio D. Dinis, 2009. Lisboa: Esfera dos Livros. p. 425-435. ISBN 978-989-626-366-9.

³⁵⁹ SOUSA, Manuel de (2001) - *Reis e Rainhas de Portugal*. 4.ª ed. Mem Martins: SporPress. p. 133. ISBN 972-97256-9-1.

³⁶⁰ FONSECA, Teresa (2002) - *Absolutismo e Municipalismo: Évora 1750-1820*. Lisboa: Colibri. p. 637-638. ISBN 972-772-349-7.

³⁶¹ IDEM - *Ibidem*. p. 638.; REIS, António (dir.) (1990) - *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Pub. Alfa. p.110-111. Vol. 1. Dep. Leg. B. 11026-1990.

O Alvará de 24 de outubro de 1796³⁶² duplicou o valor a pagar da décima, ou seja, da dupla décima³⁶³, ou o quinto dos bens dos donatários. Outro alvará da mesma época veio ampliar o pagamento da décima aos bens das comendas e ordens militares. Sendo na mesma altura, outro Alvará de 8 de julho de 1800, que anulava a isentava o pagamento da Sisa. Em 1809, surgiu outro diploma que veio a penalizar a contribuição da décima sem considerar qualquer instituição ou classes sociais. Contribuições que serviam para fazer face às despesas da máquina militar (devido às conflitualidades bélicas internas do reino, a participação das tropas portuguesas na campanha do Rossilhão; a tomada de Olivença e na Juromenha pelos Espanhóis, como na Guerra das Laranjas³⁶⁴) do Estado como à própria monarquia. Situações que se repetiam muitas mais vezes e, logo se seguiram as invasões francesas, com a continuação de gastos económicos elevadíssimos. O Alvará de 2 de agosto de 1810 veio determinar que as câmaras municipais também eram obrigadas a pagar as duas terças para maior arrecadação de impostos.

No entanto, as *Ordenações* determinavam o seguinte:

De tempo antigo he ordenado(4), que das rendas que tem as cidades, villas, lugares e Concelhos de nossos Reinos, se tome a terça parte para repairo dos muros e castelos, e para outras cousas necessárias á defesa dos lugares, e as duas partes ficam aos Concelhos para as suas

³⁶² Este decreto veio anular o privilégio concedido por D. Maria I, em 1777, aos eclesiásticos, misericórdias e hospitais, concedido pelo Alvará de 6 de agosto de 1777. Cf. FONSECA, Teresa (2002) - *Absolutismo e Municipalismo: Évora 1750-1820*. Lisboa: Colibri. p. 639. ISBN 972-772-349-7.; HESPANHA, António Manuel - A Fazenda: teorias financeiras do Antigo Regime. In *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Coord. HESPANHA, António Manuel. Dir. MATTOSO, José [et al.] (1998). Vol. 4, p. 181-213. ISBN 972-33-1311-1.

³⁶³ A Fazenda: teorias financeiras do Antigo Regime. In *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Coord. HESPANHA, António Manuel. Dir. MATTOSO, José [et al.] (1998). Vol. 4. p. 213. ISBN 972-33-1311-1.

³⁶⁴ RAMOS, Rui (Coord.), SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2012) - *História de Portugal*. 7.ª ed.. Prémio D. Dinis, 2009. Lisboa: Esfera dos Livros. p. 434. ISBN 978-989-626-366-9.

*necessidades. As quaes rendas se hão de arrecadar ás terças do anno, Natal, Paschoa e S. João*³⁶⁵.

Caminhando para a conclusão do objetivo do estudo da história e do contexto de produção da informação acumulada no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Santarém, proveniente de distintas entidades produtoras, locais e da administração periférica do Estado do Antigo Regime ao início do Liberalismo, entre elas, vereadores, procuradores locais, escrivão, almotaçaria; Juiz do Povo, Juiz de Fora, Juízo dos Órfãos, Juízo do Crime; Alcaidaria, Comarca, Provedoria e Tabelionato, entre outras. A sistematização de factos justifica-se apenas para que do seu conteúdo possamos retirar o essencial para a compreensão da evolução da história administrativa da vila e termo escalabitano. É um estímulo gratificante esta investigação de teor académico. A pesquisa nas fontes existentes em arquivo levou-nos à reconstrução e compreensão da vida económica, social, política e religiosa da época, tendo nós aberto caminhos a novas pesquisas e novos interesses científicos académicos, valorizando o seu acervo informacional, afirmando o significado de *Sociedade da Informação*³⁶⁶.

Desejamos dar luz ao Património Documental Arquivístico do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Santarém, consultado por diversas individualidades da nossa história, como já referimos, no entanto, desconhecido para muitos. A Informação existente encontra-se, porém, à espera de novas pesquisas. Com algumas considerações, a serem tidas em

³⁶⁵ *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de. Rio de Janeiro. 1870. Livro 1. Título 62. p.130.

³⁶⁶ *A Sociedade da informação está baseada nas tecnologias de informação e comunicação que envolvem a aquisição, o armazenamento, o processamento e a distribuição da informação por meios electrónicos, como a rádio, a televisão, telefone e computadores, entre outros. Estas tecnologias não transformaram a sociedade per si só, mas são utilizadas pelas pessoas em contextos sociais, económicos e políticos, criando uma nova comunidade local e global: a Sociedade de Informação. [ou seja uma Sociedade Digital da Informação]. Teoria defendida por GOUVEIA, Luís Manuel Borges (2004):*

in http://homepage.ufp.pt/lmbg/reserva/lbg_socinformacao04.pdf [consultado em 07-10-2017].

apreciação, devido à longevidade da informação manuscrita. Vários projetos estão em curso, desde o tratamento do acervo documental, descrito em programa informático, passando pela digitalização e disponibilização ao público através de Base de Dados, acessível em linha. Mesmo assim, consideramos moroso demais.

E porque a *história é testemunho dos tempos, luz da verdade, memória e mestra da vida, anunciadora da antiguidade*³⁶⁷, e sobretudo interpretação, desenvolvemos este estudo procurando o necessário rigor científico assente no conjunto informacional acumulado no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Santarém. Um estudo que tem por desígnio transformar a informação ali acumulada em conhecimento. Simultaneamente, procuramos desconstruir o mito de que os arquivos são só locais edificadas de custódia documental. Para isso, é necessário, como já referimos, bibliografia de auxiliar técnica, ou seja, instrumentos de trabalho, para se formarem séries documentais, descrição documental e inventariação da informação e por sua vez a atribuição uma classificação documental e, inserida em base de dados própria para documentação histórica. E facultada em online (em catálogo em linha), para o utilizador que se encontre num outro ponto do país ou mesmo noutro, possa ter acesso à informação, ou pelo menos saber que existe. Porque, também já foi referido que informação armazenada em prateleiras ou caixas e não disseminada não é informação, não gera conhecimento e não tem valor. É esta a desconstrução do mito de um arquivo que apenas guarda documentos não conhecidos/disseminados. Mais uma vez referimos o objetivo da continuação da análise documental para a elaboração do Inventário e classificação da informação existente no arquivo histórico municipal de Santarém.

³⁶⁷ RODRIGUES, Martinho Vicente (2017) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local: Corpus Documental - Introdução e Leitura de Martinho Vicente Rodrigues*. Vol. 1, p. 13. ISBN 978-989-9889-4-8.

3. Conclusão

A presente dissertação levou-nos para a concretização do objetivo geral, desenvolver uma ação relevante para o estudo da administração local de Santarém entre os séculos XVI e XIX. É o arranque do estudo dos contextos de produção da informação acumulada no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Santarém, com o intuito de preparar a sua inventariação e classificação. Integra ainda este objetivo a função de promover o acesso a esta informação de forma a transformar e adaptar ao conhecimento útil. Esta tarefa, com um novo olhar, realizar-se-á num futuro próximo, sugere um Inventário da informação acumulada em continuidade da investigação em análise.

Com a concretização deste trabalho respondemos à pergunta de partida: “Que informação acumulada possui o Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Santarém para o período entre 1506-1820?”

Referente ao século XVI a informação é diminuta, o arquivo não possui livros de Vereações, nem os livros de Posturas Municipais, apenas o Foral e os dois volumes de Registos de Sentenças e Cartas dos Senhores Reis e pouco mais. Mas, na intervenção dos tempos, por determinação régia outros foram mandados conservar no Arquivo Régio, *Torre do Tombo instalado numa das torres do Castelo de Lisboa*. Todavia, mais tarde mudou para o edifício próprio, na atual Torre de Tombo (ANTT / DGLAB: Arquivo Nacional Torre do Tombo/ Direção Geral do Livro, Arquivo e Bibliotecas).

Não procedemos à criação do Inventário a incluir nesta dissertação, porque na atualidade encontra-se projetado/objetivado a elaboração de um Quadro de Classificação abrangente a todos os arquivos históricos nacionais. Trabalho a realizar por um grupo Especializado em Ciências da Documentação e Informação.

As técnicas usadas na atualidade, estão envolvidas pela desatualização, carecem da aplicação de novos princípios científicos e técnicos.

Porem, torna-se necessário de consubstanciar o nosso estudo dado à história local de Santarém, na submissão aos factos concretos sobre a história da administração local no Antigo Regime e inícios do Liberalismo. Mais com a superação de obstáculos e contradições, contar com a história da arquivística

e, devida gestão na Informação e Inquirição feita na revisão bibliográfica. Podemos então compreender a história local, como células do tecido da história nacional em função dos vários regimes monárquicos.

A Investigação foi realizada mediante observação direta nas fontes, para a obtenção do facto concreto na efetivação do levantamento dos dados informacionais. Pesquisa que nos fez sentir algumas limitações, como por exemplo a falta do melhor espaço no tempo. Razão que subordinou à experiência, no sentido de fonte de observação e método de verificação que logo, prolongou o termo da presente dissertação.

Na presente intervenção arquivística, não podem ser esquecidas as obras de referência que proporcionam uma boa interpretação, assim como as normas estabelecidas, quer nacionais, como internacionais, que nos fazem compreender um conjunto de regras utilizadas na descrição da informação pertinente, inseridas na bibliografia geral.

A Vila de Santarém, ao longo do tempo em estudo, passou por rigorosas dificuldades na sua administração, revoltas, insurreições e mais a perda da nacionalidade, durante sessenta anos, para as mãos do domínio filipino (1580-1640).

Iniciámos o nosso estudo observando o reinado de D. Manuel I (1495-1521), tendo atenção a data do Foral, doado a Santarém no ano de 1506-02-01, em Almeirim. A administração local é o que podemos considerar como Coluna Vertebral do sistema, ao qual os senhores locais obedeciam à sua ordenação e por sua vez à câmara. No entanto, embora não haja qualquer documento que mostre a estrutura do estabelecimento da câmara nessa data. Deve ser o Foral, considerado a *Constituição* da Vila, o qual estabelecia as regras a cumprir (direitos e obrigações).

Tudo se torna mais claro no seguimento de uma época de reformas foraleiras, iniciada por D. João II. O antigo Foral encontrava desatualizado, com leitura deficitária e em latim.

Os tempos de Portugal no domínio filipino, consubstanciaram o desenvolvimento local. No entanto, predominavam as elites locais na administração filipina. Filipe I, foi um bom administrador, o mesmo já não aconteceu com os seus sucessores que entregaram a administração de Portugal

aos validos de suas confianças, situação que levou os processos administrativos a demorarem meses ou anos a serem despachados e resolvidos. Tinham de ir junto do rei e voltarem.

Portugal ficava cada vez mais debilitado. O povo estava sacrificado com a sobre carga de impostos e sem recursos, com fome e vitima de epidemias, enquanto os homens bons da terra que sonhavam um monarca português, lutavam com a utopia de voltarmos à monarquia nacional.

O Duque de Olivares de grande poder em Portugal e Espanha limitou o poder económico e perde o seu próprio controlo, e lavra o descontentamento entre França, Inglaterra e Holanda, que se manifestaram contra Filipe III. Situação favorável a Portugal, que no dia 1 de Dezembro de 1640, o duque de Bragança, futuro rei de Portugal, efetivou a detenção da vice-rainha (duquesa de Mântua), que assim, devolveu o trono ao duque, futuro D. João IV.

Filipe III, ainda tentou recuperar o trono na batalha do Ameixial, mas não conseguiu. Nesta fase, já Portugal tinha perdido várias colónias em África, Brasil e Oriente.

D. João IV, foi aclamado (antes de 6 de Dezembro de 1640) em Santarém. Este monarca, como o cognome indica foi um restaurador, consolidou a Restauração de Portugal.

Não vamos listar todos os monarcas, mas ressaltamos D. Afonso VI (1656-1683), (documento em anexo), de saúde debilitada, foi aclamado rei aos treze anos de idade, foi afastado do poder, auxiliado pela sua mãe D. Luísa de Gusmão, o que determinou o Infante D. Pedro a tomar o reino, dado à história com D. Pedro II (1683-1706).

Melhores tempos se aproximam, D. João V, apaixonado pelas artes e pelas Ciências. Acaba por *criar pelo decreto de 8 de Dezembro 1720, a Academia Real da História Portuguesa, uma semana depois, ou seja, a 15 de Dezembro, é criada em Santarém a Academia dos Laureados, com vida curta, não passou de um ano. Outra, a dos Aventureiros Scalabitanos (a 25-08-1745), fundada pelo Padre Luís Montez Matoso e presidente da mesma, caracterizada pelos estudos da História. Outras surgiram em diferentes pontos do reino. Época continuamente déspota.*

Na governação de D. José I (1750-1777), regime também fortemente caracterizado por despota e de elites cortesões, constituído por um ministro com poder autocrata, iluminista e de autoridade elevada em relação ao próprio monarca. Com o objetivo de transportar para Lisboa as influências apreendidas e trazidas da Europa e colocadas em prática após o terramoto de 1 de Novembro de 1755. Foi positivista para a reconstrução de Lisboa, na reforma do ensino e das Universidades, mas fez tombar muitas vidas para impor a sua supremacia face aos seus contemporâneos.

De tal modo assim aconteceu, a reposta pela considerada *Viradeira*, levou D. Maria I, a demitir o então marquês de Pombal, e restabeleceu algumas famílias sacrificadas e perseguidas pelo anterior governo, assim como cristãos novos e velhos, tendo de imediato ordenado a abertura das prisões para libertar os que se encontravam privados de liberdade.

Senhora muito culta era a D. Maria I, que muito apreciava boa música, fundou a Academia Real das Ciências em 1779, dedicada aos estudos científicos, dissertações de matemática, física e crítica de livros, entre outras iniciativas. Procedeu a reformas jurídicas e fiscais, criou a *Junta de Revisão do Novo Código*, liderada pelo visconde de Vila Nova de Cerveira, Tomás Xavier de Lima Teles da Silva.

O seu reinado verificamos foi considerado como estável, até à primeira invasão francesa, que ocupa o espaço de tempo de em 30 de Novembro de 1807 até Setembro de 1808, que obrigou a afastamento da família real para o Brasil, a 29 de Novembro de 1807. Portugal sofreu mais duas invasões francesas como podemos constatar nos documentos inclusos e descritos na presente dissertação. A última invasão pelo inimigo, situou-se entre 1810-1811. Já os aliados (Britânicos) mantiveram-se até 1814 em Portugal. Situação um pouco desfavorável para o reino de Portugal.

Depois do violento embate que se fez sentir através de lutas, que se prolongaram numa tentativa de reformar as formas de governar e administrar o país. Portugal ficou nas mãos de elites, mais pelos aliados (britânico no governo em Lisboa, Charles Stuart) representante da monarquia ausente, que só regressa à metrópole em 1821. Com um novo monarca a comandar a nação D. João VI (1816-1826), pelo falecimento de sua mãe D. Maria I.

Apresentamos algumas das situações, no imenso de diversidades que nos permitiram compreender a situação local e a administração camarária na época em estudo (1506 a 1820). Assim, atendendo a respetiva produção documental, quando deparamos na forma organizada que os oficiais do Senado tinham na elaboração dos livros e na apresentação das contas relativas aos impostos e aos direitos reais (terços, quintos, a décima entre outros), para fazerem face às despesas com as guerras, viagens realengas e outros privilégios.

Pode este estudo ser conclusivo na discussão histórica e servirá de base à futura elaboração do Inventário do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Santarém. Continuidade duma posição operatória do projeto de investigação, como já referimos.

Porém, com a presente dissertação pretendemos aproximar um tempo mais longínquo de um tempo mais próximo, para uma atual configuração histórica. Partimos embrenhados pela luz da investigação, em busca da história produzida pelos nossos antepassados, que nos deixaram referências de remanescente do Homem no Tempo, aproximando-nos da verdade...

4. Bibliografia

Fontes Primárias Manuscritas

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Santarém (AHCMSTR)

Foral de D. Afonso IV. (1331). AHCMSTR.

Foral de D. Manuel dado a Santarem. (1506). AHCMSTR.

Registo de Cartas e Sentenças dos Senhores Reis (1594-1606; 1594-1623). AHCMSTR.

Livro de Arrendamento das Barquas (1639-1640). AHCMSTR.

Livro de Corridas da Camara Municipal de Santarem. (1683-1717). AHCMSTR.

Livro de Receita e despesa da Camara Municipal de Santarem. (1586-1820). AHCMSTR.

Livro de Pautas do Termo de Santarem. (1763). Câmara Municipal Santarém. AHCMSTR.

Livros de Actas da Camara Municipal de Santarem (1640-1654, 1673-1692, 1704-1719, 1755-1766, 1783-1788, 1796-1800, 1807-1811, 1814-1818, 1820-1823). AHCMSTR.

Livro para a Receita e Despesa do Subsídio Literario. (1777). AHCMSTR.

Livro de Notas da Camara Municipal de Santarem. (1689-1696). AHCMSTR.

Livro de Notas do Tabelião da Azinhaga. (1543). AHCMSTR.

LEMOS, Frois de (1726) - *Noticias historicas e topograficas da villa de Alcanede* (...). AHCMSTR.

Livro de Registo do Real de Agua. (1811-1812). AHCMSTR.

Estudos

ADCOCK, Edward P. (2004) - *Directrizes da IFLA para a conservação e o manuseamento de documentos de biblioteca*. Col. Dir. por CABRAL, Maria Luísa. (2004) - IFLA-PAC-International Preservation ISSUES. Lisboa: BN. Publicações técnicas P&C. ISBN 972-565-306-8.

ALMEIDA, Cândido Mendes de (1869) - *Auxiliar Jurídico: servindo de appendice à décima quarta edição do Código Philippino ou Ordenações do Reino de Portugal: recopiladas por mandado de El-Rey D. Philippe 1*. A primeira publicada no Brasil. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. (1985). Dep. Leg. N.º 10404-85.

ALMEIDA, Cândido Mendes (1870) - *Ordenações Filipinas*. Livros 2 e 3. Rio de Janeiro. Ed. “fac-simile”. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. (1985). Dep. Leg. 10402.

ALMEIDA, Fortunato de (1903) - *História das Instituições em Portugal*. 2.^a ed. Porto: Liv. Magalhães & Moniz.

ALVES, Ivone [et al.] (1993) - *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Lisboa: Inst. Da Biblioteca Nacional e do Livro, Organismo de Normalização Sectorial para a Informação e Documentação. ISBN 972-565-146-4.

BARROS, Gama [s.d.] - *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII ao XV*. 2.^a ed. Lisboa.

BARROSO, Pedro Augusto de Lima; SALES, Igor Vinícius Pinto de e MELO, Josemar Henrique de - *Os Repositórios Digitais: da sua origem a atualidade tecnológica dentro da arquivologia*. Universidade Estadual de Paraíba. Em linha:

<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/viii/sesa/paper/viewFile/4589/2785>. [consultado em 14-01-2018].

BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha (1980) - *Santarém Medieval*. Lisboa: Faculdade de Ciências e Humanas. Universidade Nova de Lisboa.

BELLOTTTO, Heloísa Liberali (2002) - *Como Fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado.

CAETANO, Marcello (1994) - *Estudos de História da Administração Pública Portuguesa*. Org. e Pref. de AMARAL, Diogo Freitas do. Coimbra: Coimbra Editora. ISBN 972-0644-7.

CAPELA, José Viriato (1997) - *Política de Corregedores: a actuação dos corregedores nos municípios minhotos no apogeu e crise do Antigo Regime (1750-1834)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais - Centro de Ciências Históricas e Sociais e Mestrado de História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea da Universidade do Minho.

CARVALHO, Rómulo de (2001) - *História do Ensino em Portugal*. 3.^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN. 972-31-0173-4.

CATROGA, Fernando (2009) - *Os Passos do Homem como Restolho do Tempo*. Coimbra: Almedina. ISBN 978-972-40-3857-5.

COELHO, Maria Helena da Cruz (2007) - *Foral de D. Manuel I a Santarém: estudo, transcrição e glossário*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. ISBN 978-972-8491-33-8. Foral de D. Manuel I (1506) - *fac-simile*.

COELHO, Maria Helena da Cruz e, MAGALHÃES, Joaquim Romero (2008) - *O Poder Concelhio: Das Origens às Cortes Constituintes*. Coimbra: CEFA Centro de estudos e formação autárquica. 2.^a ed. ISBN 978-972-8809-28-7.

Collecção da Legislação Antiga e Moderna do Reino de Portugal. Parte I. da legislação antiga. Por Sua Majestade de 2 de Setembro de 1786. In *Ordenações Manuelinas*. Liv. 1. Título 44. e Título 45. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Nota de Apresentação de COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1984).

CORUJO, Luís Miguel Nunes (2014) - *Repositórios Digitais e Confiança: um exemplo de repositório de Preservação Digital: o RODA*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação - Área de especialização: Arquivística (2014). Orientadores, Professor Doutor Paulo Alberto Farmhouse e Professor António Gil Matos. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

COSTA, Mário Júlio de Almeida (1984) - *Ordenações Manuelinas*. Liv. 1. Nota de apresentação. Ed. Reprodução fac-simile da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra (1797). Por [MATTOS, Francisco Xavier de Oliveira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

COSTA, Mário Júlio de Almeida (1985) - *Ordenações Filipinas*. Nota de apres. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por DIAS, Luís Fernandes de Carvalho (1962) - *Forais Manuelinos nos Reinos de Portugal e do Algarve*. Beja: ed. do autor.

CRUZ MUNDET, José Ramon (2006) - *La Gestión de documentos en las organizaciones*. Madrid: Ed. Piramide. ISBN 978-8436820652.

DOMINGOS, Sónia - *Procedimentos básicos para a conservação de documentos com suporte em pergaminho*.

http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/norma_pergaminho.pdf [consultado em 20-11-2017].

DURANTI, Luciana (2001) - The impact of digital technology on archival science. *Archival-Science*.1:39-55.

https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/36270618/The_impact_of_digital_technology_on_archival_science.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWY YGZ2Y53UL3A&Expires=1512332112&Signature=4xqKPrO6buc%2FTcSSvA%2BmE KZU4ZY%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DThe_impact_of_digital_technology_on_ar ch.pdf. [consultado em 03-12-2017];

DURANTI, Luciana (2001) - *The Long-Term preservation of Authentic Electronic Record*. Proceedings of the 27th VLDB Conference. Roma, Itália. Em linha: http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip1-2_dessemination_cpr_duranti_vldb_2001.pdf. [consultado em 03-12-2017].

FARIA, Maria Isabel e PERICÃO, Maria da Graça (2008) - *Dicionário do Livro: da escrita ao livro eletrónico*. Coimbra: Almedina. ISBN 978-972-40-3499-7.

FERNANDES, Maria Eugénia Matos; RIBEIRO, Fernanda - O Sistema de Informação Arquivística da Universidade do Porto: potenciar o uso da memória informacional retro-prospectivamente. *Páginas a&b : arquivos e bibliotecas*. Lisboa. 11.

FERNANDES, Valentim (1512-1513) - *Ordenações Manuelinas*. Liv. 1 a 5. Reprodução em *fac-simile* da edição de Valentim Fernandes (1512-1513). Introd. DIAS, João José Alves (2002). Lisboa: Centro de estudos históricos Universidade Nova de Lisboa. D. L. n.º 185770/02.

FERREIRA, Luís Eugénio (1977) - Santarém: entre as guerras liberais 1820-1835. Santarém: Junta Distrital de Santarém.

FONSECA, Teresa (2002) - *Absolutismo e Municipalismo: Évora 1750-1820*. Lisboa: Colibri. ISBN 972-772-349-7.

GALVÃO, Rosa Maria (2010) - NP 4438-1 (2005). In *Normas Portuguesas de Documentação e Informação CT7*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal e Instituto Português de Qualidade. ISBN 978-972-565-457-6.

HENRIQUES, Maria de Lurdes, Coord. (2004) - *Olhares Cruzados entre Arquivistas e Historiadores: Mesas-Redondas na Torre do Tombo*. Lisboa: Torre do Tombo e Ministério da Cultura. ISBN 972-8107-82-X.

HERCULANO, Alexandre (1986) - *Opúsculos*. Lisboa: Presença. 5.^a ed. Vol. 5.

HESPANHA, António Manuel (1984) - *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Cap. XIV.

HESPANHA, António Manuel (1982) - *História das Instituições: Épocas medieval e moderna*. Coimbra: Almedina. Reg. n.º 1292.

HESPANHA, António Manuel (1994) - *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político - Portugal séc. XVII*. Coimbra: Almedina. ISBN 972-40-0782-0.

HESPANHA, António Manuel (1997) - Os Poderes de Centro: A Fazenda. In *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Dir. MATTOSO, José. Coord. HESPANHA, António Manuel. Vol. 4. ISBN 972-33-1311-1.

LEITÃO, João Filipe (2010)- *A Gestão Documental e a Gestão da Qualidade: O Município da Lourinhã*. Dissertação de Mestrado orientada pelo Professor Doutor Carlos Guardado da Silva. Curso de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Universidade de Lisboa pela Faculdade de Letras. 2010. Em linha:

http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2061/1/23152_ulfl0782781_tm_tese_anexos_1_2_3_5.pdf . [consult. em 26-11-2017].

LESSARD-HÉBERT, Michelle, GOYETTE, Gabriel e BOUTIN, Gérald (2010) - *Investigação Qualitativa: Fundamentos e práticas*. 4.^a ed. Lisboa: Instituto Piaget. ISBN 978-989-659-064-2.

LIÃO, Duarte Nunes do (1796) - *Leis Extravagantes e Repertório das Ordenações: de Duarte Nunes do Lião*. Nota de apresentação por COSTA, Mário Júlio de Almeida. (1987). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. Dep. Leg.16053.

LIMA, Batista de (1939) - *Terras Portuguesas: Arquivo Histórico - Corografia Histórica Portuguesa*. Póvoa do Varzim: Tipografia Camões.

MACEDO, Jorge Borges de (1982) - *A Situação Económica no Tempo de Pombal*. 2.^a ed. Lisboa: Moraes.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (1997) - Os Concelhos. In *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa. ISBN 972-33-1334-0. Vol. 3.

MANIQUE, António Pedro, Coord. [et al.] (1999) - *Alexandre Herculano: Liberalismo e Romantismo - Santarém. Actas do Colóquio: 12 a 14 de setembro de 1997*. Santarém: ESES - Escola Superior de Educação Santarém. Dep. Leg. N.º 140445/99.

MARQUES, Fernando Pereira (1996) - Do Vintismo ao Cabralismo. In *Portugal Contemporâneo*. Dir. REIS, António [et al.] (1996). Vol. 1. Lisboa: Pub. Alfa. ISBN 972-609-159-4.

MARQUES, Suzete Lemos (2016) - *A Organização arquivística: o fundo administração do concelho de Torres Vedras*. Lisboa: Colibri. ISBN 978-989-689-076-6.

MARTINHO, Teresa Duarte, LOPES, João Teixeira, GARCIA, José Luís (Org.) (2016) - *Cultura Digital em Portugal*. Porto: Afrontamento. ISBN 978-972-36-1503-6.

MCILWAINE, John (2008) - *Prevenção de Desastres e Planos de Emergência: manual básico da IFLA*. Dir. VARLAMOFF, Marie-Thérèse. Lisboa: BNP (Biblioteca Nacional Portuguesa). ISBN 978-972-565-424-8.

MATA, Luís (2006) - *Os Paços do Concelho*. Em linha: http://museu.cm-santarem.pt/multimedia/Documentos/memorias_descritivas/memdescritiva_pacosconcelho.pdf. [Consult. em 17-01-2018].

MOTA, Isabel Ferreira da (2011) - *D. Maria I: A Piedosa 1734-1816*. Vila do Conde: Academia Portuguesa da História. Col. Rainhas e Infantas de Portugal. ISBN 978-989-554-832-3.

NORMA PORTUGUESA (405-1: 1994). In *Normas Portuguesas de Documentação e Informação CT7* (2010). Coord. GALVÃO, Rosa Maria. Lisboa: Biblioteca Nacional; Instituto Português de Qualidade. ISBN 978-972-565-457-6.

NORMA PORTUGUESA (4438-1: 2005). In *Normas Portuguesas de Documentação e Informação CT7* (2010). Coord. GALVÃO, Rosa Maria. Lisboa: Biblioteca Nacional; Instituto Português de Qualidade. ISBN 978-972-565-457-6.

OLIVEIRA, António de (1975) - A População das Comarcas de Leiria e Santarém em 1537. In *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: F.L. da Universidade de Coimbra. Vol. 15.

OLIVEIRA, César [et al.] (1996) - *História dos Municípios e do Poder Local: dos Finais da Idade Média à União Europeia*. Portugal: Círculo de Leitores. ISBN 972-42-1300-5.

Ordenações Filipinas. Nota de apresentação. COSTA, Mário Júlio de Almeida (1985). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. ed. *Fac-simile* da edição feita por ALMEIDA, Cândido Mendes de (1870). Rio de Janeiro. Livros 1-3.

PEDRO, António Mário (1980) - *Contribuição para um Inventário do Arquivo Municipal de Santarém*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém

PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme (1912) - In *Dicionário Histórico, Corográfico, Bibliográfico, Heráldico, Numismático e Artístico*. Lisboa: João Romano Torres & C.^a.

PINTO, Maria Manuela de Azevedo (2009) - *PRESERVMAP: Um Roteiro da preservação na era digital*. Porto: Aforamento. ISBN 978-972-36-1070-3.

Portugaliae Monumenta Historica: A Saeculo Octavo post Christum Vsque Ad Quintumdecimum Ivssu Academiae Scientiarum Olisiponensis. Edita. Leges Et Consuetudines. Volumen 2. Olisipone: Typis Academicis. (1868).

RAMOS, Rui (Coord.), SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2012) - *História de Portugal*. 7.^a ed. Prémio D. Dinis, 2009. Lisboa: Esfera dos Livros. ISBN 978-989-626-366-9.

REIS, António (1996) - Do Antigo Regime à nova ordem Liberal. In *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Pub. Alfa. Vol. 1. ISBN 972-609-159-4.

REIS, António Matos (2007) - *História dos Municípios [1050-1383]*. Lisboa: Livros Horizonte. ISBN 978-972-24-1496-8.

REIS, Maria de Fátima (2005) - *Santarém no tempo de D. João V: administração, sociedade e cultura*. Lisboa: Colibri. ISBN 972-772-515-5.

RIBEIRO, Ana Margarida Pereira (2009) - *Análise de um Sistema de Informação: A Câmara Municipal de Vila Nova de Ourém (do Liberalismo à Primeira República)*. Relatório de Estágio Curricular do Mestrado em História e

Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2008/2009. Porto: Faculdade de Letras.

RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos (2003) - *O Sistema de Informação Arquivística da Universidade do Porto: potenciar o uso da memória informacional retro prospectivamente* (11) 2003. ISSN 0873-5670.

RIBEIRO, Fernanda (2003) - *O Acesso à Informação Nos Arquivos*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação Para a Ciência e a Tecnologia. ISBN 972-31-1017-2.

RITA, Fernando Manuel da Silva (2011) - *A Guerra Peninsular em Santarém: Impactos da terceira Invasão Francesa na região em 1810-1811*. Lisboa: Prefácio. ISBN 978-989-652-075-5.

RODRIGUES, Maria Eduarda Pereira e RODRIGUES, António Moitinho (2014) - Os repositórios científicos e a função preservação: realidade ou desafio. In *Encontro de Arquivos Científicos*. Lisboa: FCSH-UNL. 3-4 de julho de 2014.

RODRIGUES, Martinho Vicente (1997) - *Santarém no Tempo dos Filipes (1580-1640)*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. Vol. 1-2. ISBN 972-97066-5-4.

RODRIGUES, Martinho Vicente (2002) - *O Santíssimo Milagre de Santarém*. 2.^a ed. Santarém: Santuário-Santarém. ISBN 972-98895-0-3.

RODRIGUES, Martinho Vicente (2004) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. ISBN 972-8491-26-3.

RODRIGUES, Martinho Vicente (2011) - *Santarém Ilustrada: Transcrição do Texto e Estudo Introdutório*. Santarém: Junta de Freguesia de Marvila. ISBN

978-989-20-2621-3. Manuscrito de MATOZO, Luiz Montez (1738) - Santarem Ilustrada. [Évora: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora].

RODRIGUES, Martinho Vicente (2011) - *O Instituto Politécnico de Santarém no “Sítio” Ideal: Descoberta de Luiza Andaluz: Sonhos Santarenos de Séculos*. Santarém: Amigos Luiza Andaluz. ISBN 978-989-97314-0-0.

RODRIGUES, Martinho Vicente (2017) - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local: Corpus Documental - Introdução e Leitura de Martinho Vicente Rodrigues*. Vol. 1-5. ISBN 978-989-9889-4-8.

RODRIGUES, Susana (2017) - *O Sistema de informação Presidência da República Portuguesa: estudo orgânico-funcional (1910-2014)*. Lisboa: Colibri. ISBN 978-989-697-3.

SHELLENBERG, Theodore R. (2003) - *Modern Archives: principles and techniques*. With an introduction by H. G. Jones. 2.^a ed. Chicago: Society of American Archivists.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1959) - *Santarém História e Arte*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1975) - Uma Estimativa da População Portuguesa em 1640. In *Separata de Memórias da Academia das Ciências*. Vol. 16. Lisboa: Academias das Ciências.

SERRÃO, Joel [et al.] (1968) - Santarém: as cortes de 1331. In *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 3. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

SILVA, Armando Malheiro da e RIBEIRO, Fernanda (2008) - *Das «ciências» documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. 2.^a ed. Porto: Afrontamento. ISBN 978-972-36-0622-5.

SILVA, Armando Malheiro [et al.] (1998) - *A Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento. ISBN 972-36-0483-3.

SILVA, Armando Malheiro da (2006) - *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: CETAC, & Ed. Afrontamento. ISBN 972-36-0859-6

SILVA, Carlos Guardado da (2013) - A Classificação da informação arquivística da administração local nos países ibéricos: uma análise comparada. *Jornadas Ibéricas de Arquivos Municipais: políticas, sistemas e instrumentos, 4 e 5 de junho de 2013*. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. [em linha] [URL:http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/guardado_silva.pdf](http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/guardado_silva.pdf). [consultado em 20-11-2017].

SILVA, Carlos Guardado (2016) - *A Vila e o Concelho de Santarém sob a invasão francesa de 1810-1811*. [em linha]: <http://matriadigital.cmsantarem.pt/index.php/arquivodigital/ensaio-ano-i/> [consultado em 30-08-2017.]

SILVA, Francisco Ribeiro da (1988) *O Porto e o seu termo (1580-1640): Os homens, as instituições e o poder*. Porto: Câmara Municipal. Vol. 1.

SILVA, Joaquim Candeias (2009) - *Filipe III: O Grande. Dinastia Filipina 1621-1640*. Lisboa: Academia Portuguesa da História. Coleção Reis de Portugal. ISBN 978-989-554-595-7.

SILVA, Sandra Patrício da (2018) - *Sistemas de informação das administrações civis no concelho de Sines: 1655-1855*. Tese de Doutoramento. Orientador: Prof. Doutores Fátima Reis e Carlos Guardado da Silva. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SILVA, Sandra Patrício da (2011) [PDF]. *O sistema do Arquivo Municipal de Sines nos séculos XVII-XIX* - BAD. [Em Linha]: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/download/.../51> [Consultado em 04-12-2017].

https://www.google.pt/search?source=hp&ei=6apSWvnAGYaqU5HSuegL&q=A+Estrutura+administrativa+local%3A+arquivo+de+Sines&oq=A+Estrutura+administrativa+local%3A+arquivo+de+Sines&gs_l=psy-ab.3...5920.5920.0.8514.1.1.0.0.0.116.116.0j1.1.0....0...1c..64.psy-ab..0.0.0....0.Lcj68w8omLM [Consultado em 04-12-2017].

SOARES, Lina Maria Marques (2005) - *Foral Antigo de Santarém: Edição Crítica e Estudo*. Lisboa: Colibri. ISBN 972-772-558-9.

SOUSA, Manuel de (2001) - *Reis e Rainhas de Portugal*. 4.^a ed. Mem Martins: SporPress. ISBN 972-97256-9-1.

TORGAL, Luís Reis (1998) - A Instrução Pública. In *História de Portugal: O Liberalismo*. Dir. MATTOSO, José. [et al.], (1998). Coord. de TORGAL, Luís Reis e ROQUE, João Lourenço. Lisboa: Editorial Estampa. Vol. 5. ISBN 972-33-1310-3.

TORRES, Rui de Abreu (1968) - Almotacés. In *Dicionário de História de Portugal*. Dir. SERRÃO, Joel (1968). Lisboa: Iniciativas Editoriais. Vol. 1.

VASCONCELOS, Inácio da Piedade de (Pe.), (1740) - *História de Santarém Edificada: que dá Notícia da sua Fundação, e das couzas mais notáveis nella sucedidas*. Livro 2: Capítulo 1. Lisboa Occidental.

WILDEN, Anthony (2001) - Informação. In *Enciclopédia Einaudi*. Comunicação, Cognição. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. Vol. 34. ISBN 972-27-0923-2.

<http://www.ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3481.pdf> [Consultado em 18-02.2018].

<http://www.antt.dglab.gov.pt/informacoes-uteis/arquivo-de-documentos/>

https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS_2007_Guidelines_ISDF_First-edition_PT.pdf. [Consultado em 10-09-2017].

http://www.bad.pt/publicacoes/Serie_ISO_30300.pdf . [consultado em 10-09-2017].

<http://www.oribatejo.pt/2017/09/21/sancta-herena-como-era-santarem-apos-a-conquista-por-d-afonso-henriques/> [consultado em 05-10- 2017].

https://www.youtube.com/watch?time_continue=12&v=xjhzkTwgTXc .
[consultado em 05-10-2017].

<https://www.youtube.com/watch?v=lqgnCjgHg0s> [consultado em 05-10-2017].

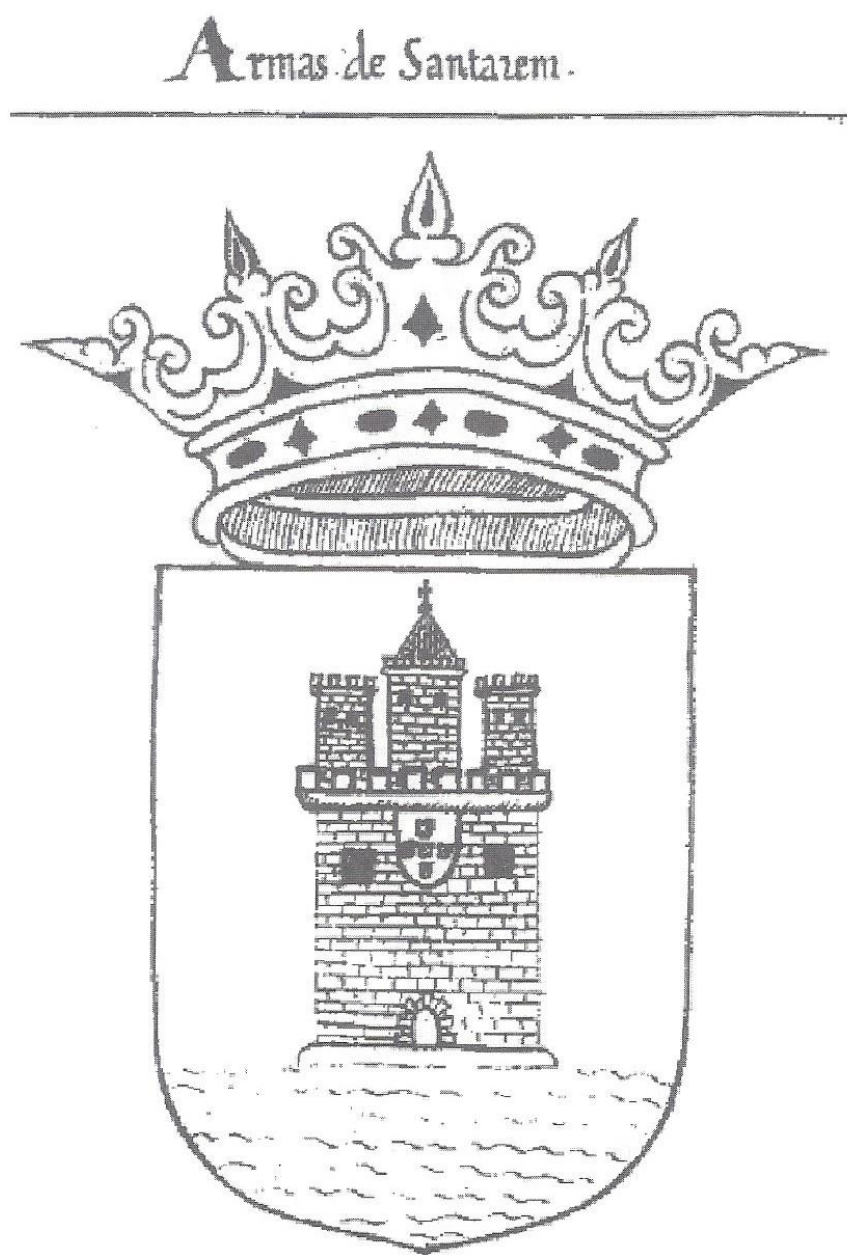
<http://antt.dglab.gov.pt/inicio/identificacao-institucional/6-2/> [consultado em 21-02-2018].

http://homepage.ufp.pt/lmbg/reserva/lbg_socinformacao04.pdf [consultado em 07-10-2017].

<http://www.cm-santarem.pt/servicos-municipais/cultura-turismo/agenda-cultural>. [consultado em 19-02-2018].

ANEXOS

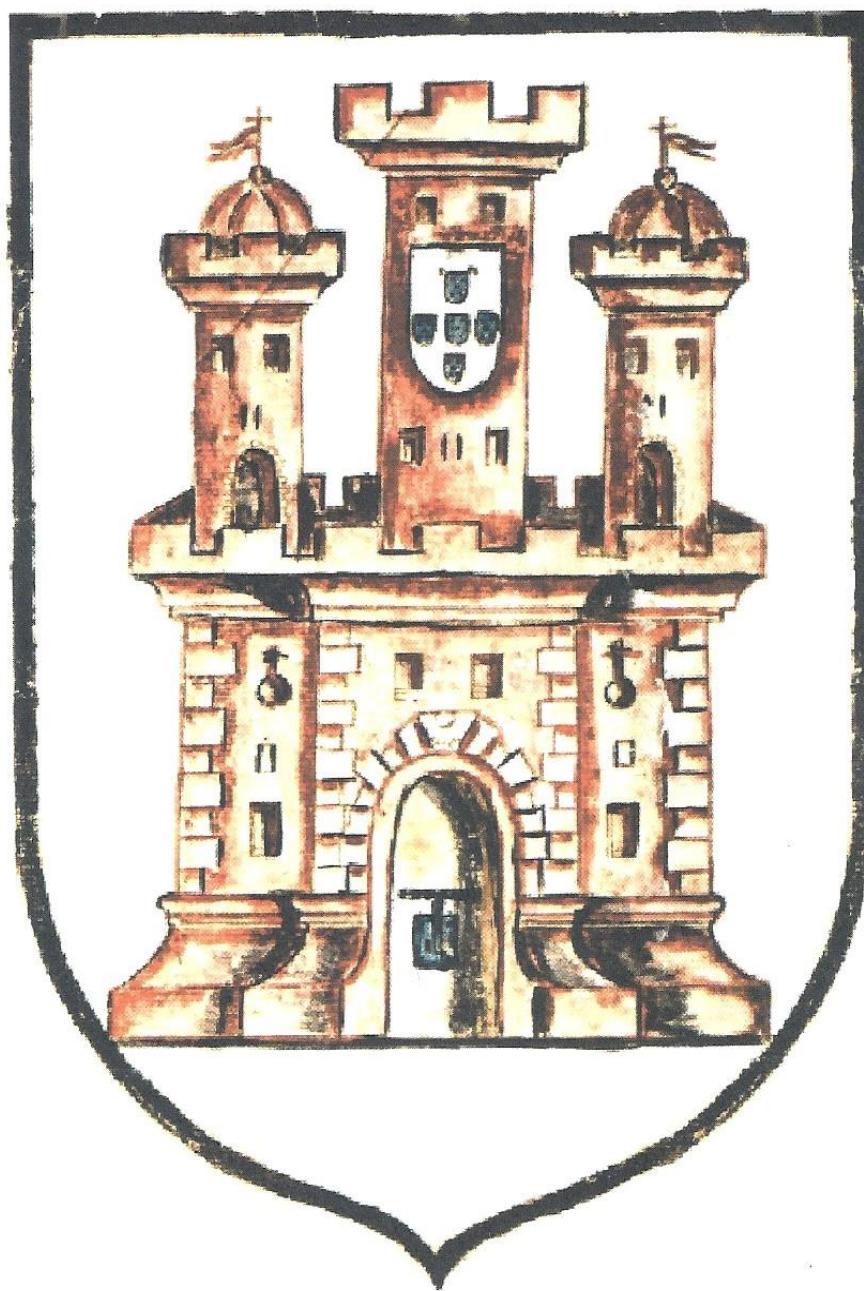
1. Outras Imagens



Armas de Santarém

In, *Compêndio Breve na matéria da nobreza & fidalgos destes Reinos (...)* –
manuscrito anónimo da segunda metade do século XVII, fl. 39.

Figura 24 - Armas de Santarém. IN RODRIGUES, Martinho Vicente - *A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local*. p. 8.



Escudo da Vila de Santarém, in Livro das Posturas da Câmara Municipal de Santarém, datado de 1643

Figura 25 - Escudo da Vila de Santarém. in RODRIGUES, Martinho Vicente Rodrigues - A Vila de Santarém (1640-1706): Instituições e Administração Local. p. 6.



Figura 26 - *Imagem do Arquivo Histórico.* (2018). Isabel Santos.



Figura 27 - *Arquivo Histórico* (2018). Isabel Santos.



Figura 28 - Planta da Vila de Santarém no século XVIII. BMS.

Cauza de Nullidade de
Matrimonio

Entre Partes de humo como
Autora.

Aserenissima Rainha

Maria Francisca Izabel de Saboya
Nossa Senhora.

Contra o Promotor da Justica
Eccleziastica
Official de Procuração de S. Mag.
o Rey.

Dom Afonso Sexto ≈
Nosso Senhor anno de

1667



Figura 29 - Anulação do matrimónio de D. Afonso VI. In Simão Frois de Lemos - Noticia Historica e topográfica da vila de Alcanede. (1726) (AHCMSTR).

Noticia Historica
e
Topografica
Da Villa de Alcanede, na qual
se expõem a sua descripção
dos Lugares do seu
Termo
As suas Parochias, numero
dos seus moradores, Nobre
za que entre elles se con
terra os seus rios mon
tes, fontes, fructos, Co
menças, Igrejas of
fícios civis e mili
tares, pessoas de
mais distincção
que nella
houve.
E alguns Successos notaveis
Escrepita
Por Simão Frois de Lemos
no anno de 1726

Figura 30 - Noticia Historica e topografica da Vila de Alcanede. Simão Frois de Lemos. (1726) (ACMSTR).

R.
Libr.

Recheio das Carradas de pedra, para se reduzirem em braças dos concertos mais precisos das Calçadas desta villa	
Calçada da Armazém da porta de S. Provedor da Comarca, q. foi a lre opo- nho, levará duzentas e vinte Carradas	220
Rua do meio, quinze Carradas	15
Rua da Brasa, q. vai p. ^a as catalages.	60
Rua do Rumor, - - - - -	12
Rua, q. vai da Brasa, p. ^a digo, q. vai da Continha, p. ^a Santa Iria, - - -	20
Rua, q. vem de Santiago, até passar o alago, levará oitenta Carradas, - - -	80
da Continha te a Brasa, - - - - -	50
da botica de Fran. ^{co} Gomer, te o largo de Bahia, - - - - -	70
Calçada de Santa Clara, da ribeira até S. Fran. ^{co} - - - - -	130
Importará toda a lre. bira, - - - - -	657
Exceto bestos e travessas algumas, que pelos inundações das ruas se não medem.	

Figura 31 - Real de Água - Relação de Carradas de Pedra para as Calçadas. Sec. XVIII. (AHCMSTR).

Índice de Figuras

Figura 1 - Folha de rosto do Foral D. Manuel I, doado a Santarém (1506). Fonte: Foral D. Manuel I doado a Santarém (1506) (AHCMSTR).	41
Figura 2 - Folha de rosto do Foral D. Manuel I, doado a Santarém (1506). Fonte: Foral D. Manuel I doado a Santarém (1506) (AHCMSTR).	41
Figura 3 - Costumes e foros de Santarém. Portugaliae Monumenta Historica. fl. 18 Vol. 2.	45
Figura 4 - Foral D. Afonso IV (1331), [doado a Santarém]. BF/BMS.	48
Figura 5 - Posturas da Câmara de Santarém, D. João V (1745) (AHCMSTR).	50
Figura 6 - Pautas dos Juízes e Procuradores (1775) (AHCMSTR).	58
Figura 7 - Carta Régia de Nomeação, de 15 de Novembro de 1784 (AHCMSTR).	69
Figura 8 - Carta Régia. In Vereação de 3 Dezembro 1712 (AHCMSTR).	79
Figura 9 - Carta Régia. In Livro de Atas da CMSTR. fl. 301-302. (1704-1719) (AHCMSTR).	84
Figura 10 - Vereação de 20 de Abril de 1807 (AHCMSTR).	88
Figura 11 - Estiva Camarária. Vereação de 7 de Abril de 1808 (AHCMSTR).	89
Figura 12 Vereação de 18 de Novembro de 1811. Valor do donativo britânico para sementes.	91
Figura 13 - Lista da distribuição das sementes pelos lavradores pobres. In Vereação de 18 de Novembro de 1811 (AHCMSTR).	92
Figura 14 - Vereação 11 de Novembro de 1801. Tesoureiro pede rescisão do ofício (AHCMSTR).	96
Figura 15 - Vereação 20 de Julho de 1803. Notificação para apresentação de contas (AHCMSTR).	97
Figura 16 - Vereação 17 de Janeiro de 1801. Tomada de posse de Mister (AHCMSTR).	100
Figura 17 - Livro de Posturas da Câmara Municipal Santarém (1745) (AHCMSTR).	107
Figura 18 - Livro para a Receita do Subsídio Literário (1777) (AHCMSTR).	110
Figura 19 - Vereação 9 de Junho de 1800. Feita com assistência do Juiz de Fora do Crime servindo de Corregedor (AHCMSTR).	116
Figura 20 - Livro de Corridas. (1683-1702) (AHCMSTR).	117
Figura 21 - Livro de Pautas Juízes e Procuradores. (1775) (AHCMSTR).	121
Figura 22 - Vereador mais velho servindo de Juiz dos Órfãos. In Livro de Sentenças e Cartas dos Senhores Reis. fl. 314. (1594-1609) (AHCMSTR).	129
Figura 23 - Vereação de 19 de Setembro de 1820 (AHCMSTR).	147